

# Uma década da Usina de Belo Monte

Habitação, lazer e (re)existências

José Queiroz de Miranda Neto  
Francivaldo José da Conceição Mendes



Panamazônica Editora

José Queiroz de Miranda Neto  
Francivaldo José da Conceição Mendes

# Uma década da usina de Belo Monte

## Habitação, Lazer e (re)existências



**PANAMAZÔNICA EDITORA**

CNPJ: 32.511.965/0001-35/ Insc. Estadual: 15.630.168-7  
Avenida: Brigadeiro Eduardo Gomes 3500 Apartamento 7  
Bairro: Esplanada do Xingu Altamira – PA  
CEP: 68.372 – 005 Altamira - Pa  
Contatos: (93) 99195-7024/99160-2945  
E-mail: panamazonicaeditora@gmail.com  
mirandaneto@ufpa.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

M672d Miranda Neto, José Queiroz de.

Uma década de Belo Monte: habitação, lazer e (re)existências / José Queiroz de Miranda Neto, Francivaldo José da Conceição Mendes. — Altamira: Panamazônica, 2022. 154f.

ISBN: 978-65-00-56713-7

1. Usinas Hidrelétricas. 2. Usina Hidrelétrica de Belo Monte.  
3. Aspectos sociais. I. José da Conceição Mendes, Francivaldo.  
II. Título.

CDD: 621.312134

CDU: 627

---



# Uma década da usina de Belo Monte

## Habitação, Lazer e (re)existências

José Queiroz de Miranda Neto  
Francivaldo José da Conceição Mendes



■ Imagem aérea do RUC  
Tavaquara, nas margens do Rio  
Xingu. Foto: Miranda Neto (2021)

## ORGANIZAÇÃO EDITORIAL

### EDITOR CHEFE

João de Barros

### PESQUISA

*José Q. Miranda Neto*

*Fracivaldo J. da C. Mendes*

### PROJETO GRÁFICO

*José Q. Miranda Neto*

### REVISÃO TEXTUAL

*Felipe Augusto da Silva Souza*

### FOTOS

*José Q. Miranda Neto*

*Fracivaldo J. da C. Mendes*

*Laboratório de Estudos  
Populacionais e urbanos  
(LEPURB-UFPa)*

*A. M. Teixeira/Shutterstock.*

### FOTO DE CAPA

*Copyright (c) 2018 A. M.*

*Teixeira/Shutterstock.*

### MAPAS

*José Q. Miranda Neto*

*Fracivaldo J. da C. Mendes*

*Laboratório de Estudos  
Populacionais e urbanos  
(LEPURB-UFPa)*

### APOIO

Universidade Federal do Pará  
Faculdade de Geografia (UFPa)  
Programa de Pós-Graduação  
em Geografia (PPGEO-UFPa)

### PANAMAZÔNICA EDITORA

João de Barros – Editor Chefe

### Comissão Científica:

Prof. Dr. César Martins de Souza  
Prof. Dr. Wellington de Pinho Alvares  
Prof. Dr. Gabriel Alves Veloso  
Prof. Dr. Mateus Monteiro Lobato



■ Casa em demolição na Lagoa do  
Independente I. Foto: Miranda Neto (2021)

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une” (Milton Santos)





■ Árvores afogadas na área diretamente afetada da Volta Grande do Xingu. Foto: Miranda Neto (2021)



■ Construção da casa de força da usina de Belo Monte. Dez de 2013. Foto: Miranda Neto (2013)

## Agradecimentos

O sentido da construção coletiva deste livro se irradia para além da cooperação empreendida pelos seus dois autores. Trata-se de uma correlação de forças que articula e reflete a contribuição de múltiplas instituições e de diferentes pessoas.

Institucionalmente, ressaltamos o apoio do Campus Universitário de Altamira e a valiosa contribuição da Faculdade de Geografia (FACGEO) do Campus de Altamira e o incentivo construído junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA, do qual participamos enquanto docente e discente de doutorado. Agradecemos, igualmente, ao ambiente frutífero cultivado junto ao Laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos (LEPURB/FACGEO) a partir do qual muitas ideias aqui apresentadas foram discutidas e formuladas. Tendo em vista que o sentido destas instituições somente se completa pela atuação dos diferentes sujeitos que nelas atuam, estendemos, a partir desses locais citados, nossos agradecimentos a toda a comunidade acadêmica.

Ademais, convém destacar o papel de determinados sujeitos ao longo deste processo, sem os quais a publicação deste livro não se efetivaria. De início, agradecemos ao Editor Chefe da Editora Panamazônica, João de Barros, por ter acreditado neste projeto e empreendido esforços para que esta edição se tornasse uma realidade não apenas para região do Xingu, mas para outras partes do mundo.

De igual maneira, agradecemos ao Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, que de forma generosa aceitou a tarefa de prefaciar este livro. Ao fazê-lo, identificou de maneira cuidadosa os elementos estruturantes deste livro, presenteando-nos com um texto fluído e didático. Sem dúvidas, sua interpretação de nossa obra confere segurança e estimula a continuidade da nossa caminhada acadêmica no interior da Região Amazônica, em que pese as dificuldades que enfrentamos.

Aos habitantes de Altamira-PA, que nos auxiliaram em entrevistas e conversas informais que contribuíram grandiosamente na realização desse projeto. Ressaltamos, ainda, um agradecimento especial aos sujeitos que atuam nos diferentes movimentos sociais desta região e assumem a difícil tarefa de tensionar a mudança da realidade em que vivemos.

Por fim, e igualmente importante, agradecemos aos nossos familiares e amigos, sem a possibilidade de nomeá-los todos aqui, os quais estiveram presentes em diferentes momentos desse percurso. A ternura e a descontração nos momentos de lazer certamente foram tão importantes nestes meses de trabalho e muito significantes para a sua realização.

## Sumário

Prefácio .....	9
Introdução .....	15
1. Usina de Belo Monte: espaços de hidronegócio e espoliação.....	21
2. Os exilados do rio: as remoções urbanas e os RUC .....	49
3. Do lazer como fábula ao lazer real: o plano de requalificação urbana ....	81
4. O lazer encarcerado: as praças fechadas e a arquitetura do medo.....	97
5. Esse rio é minha rua? Fluvialidades reprimidas e insurgentes.....	116
Considerações Finais .....	143
Referências .....	148

# Prefácio

## Usina de Belo Monte: um olhar de perto e de dentro

Por muito tempo a Amazônia foi lida e explicada principalmente de fora. Isso não chega a ser exatamente um problema, posto que, ainda que ela nem sempre tenha sido interpretada sob a perspectiva dela própria, sem dúvida, muitos pesquisadores e intelectuais de grande respeito nacional e internacional dela se ocuparam e realizaram importantes trabalhos que, em muito, contribuíram para a sua compreensão sob uma perspectiva crítico-analítica e considerando o bem-estar e a defesa dos que nela vivem e a permanência do que nela existe.

Inobstante a importância desses estudos, hoje se tem, cada vez mais, a oportunidade de intelectuais, oriundos e/ou estabelecidos na própria região, também contribuírem para o entendimento de suas questões e de seus problemas. Isso ocorre mormente em razão da capacitação dos profissionais regionais e da interiorização das instituições públicas de ensino superior, que têm contribuído, em consequência, para que professores e pesquisadores dessas instituições, especialmente das situadas naqueles espaços considerados epicentros de novos processos e relações, venham a realizar estudos e a divulgar amiúde os resultados de suas investigações voltadas para a realidade que os envolve e os toca diretamente.

Esse é o caso da obra *“Uma década da usina hidrelétrica de Belo Monte: habitação, lazer e (re)existências”*, de José Queiroz de Miranda Neto e Francivaldo José da Conceição Mendes. Intelectuais pertencentes à região amazônica, os autores nos oferecem para leitura um trabalho que faz um balanço adequado, pertinente e necessário de um dos mais recentes empreendimentos de grande porte construídos na Amazônia; empreendimento esse que impactou profundamente não apenas o espaço local onde foi instalado, como também toda a sub-região na qual



Voltar ao  
sumário

se insere, bem conhecida por ambos, por nela viverem e sobre ela pesquisarem. Trata-se, portanto, de um olhar de “perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), conforme salientam os próprios autores.

Obras anteriores já procuraram fazer balanços de diferentes eventos que também impactaram a vida regional passados alguns anos dos marcos referenciais de seus acontecimentos. Como exemplos, destacamos os livros *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois* (LENA; OLIVEIRA, 1991), *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia* (HÉBETTE, 1991), *10 anos da Estrada de Ferro Carajás* (COELHO; COTTA, 1997), *Amazônia, o século perdido (a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização)* (PINTO, 1997) e *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão* (CASTRO, 2008). A obra que ora prefaciamos também segue na mesma direção, buscando, por seu turno, dar conta de um evento que, mesmo concebido há algumas décadas, é relativamente recente do ponto de vista de sua implantação - a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Município de Vitória do Xingu, na porção sudoeste do Estado do Pará -, mas que, como muitos outros, aflige e demanda reflexões sobre o que acontece na região.

Ao considerarem seus impactos e a reestruturação socioespacial decorrentes do empreendimento, os autores têm a preocupação de abordar o assunto mais geral por meio de recortes temáticos que se referem diretamente aos objetos de seus estudos e a respeito dos quais se tornaram profundos conhecedores, sem a pretensão, obviamente, de esgotarem o entendimento de todas as questões que a esses mesmos temas se associam; questões essas que requerem estudos e contribuições outras que devem servir de motivo para uma gama variada de empreendimentos de investigação científica.

O recorte de análise apresentado no livro centra o foco em temas como a habitação, o lazer e as (re)existências humanas em face do “grande objeto” implantado, conforme assim nomeou Santos (1995) esse tipo de infraestrutura relativamente recorrente no espaço regional

desde a segunda metade do século XX. É, portanto, a partir desse recorte que os autores nos colocam a par da situação local e sub-regional relacionada diretamente à instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e nos permitem avaliar a sua inserção como parte da nova realidade regional amazônica, que se apresenta, nos dias de hoje, sob a abordagem de um discurso neodesenvolvimentista e que, nesse caso, aparece como uma opção de energia limpa, renovável e sustentável, a despeito de todo o impacto causado às populações e ao meio ambiente locais.

Além da introdução e das considerações finais, o livro está dividido em cinco capítulos que tratam dos seguintes assuntos: a) a usina hidrelétrica, como parte do espaço do hidronegócio e da espoliação na/da região; b) as remoções urbanas, decorrentes do projeto hidrelétrico, e o papel dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs); c) os programas de requalificação urbana, que formatam novos espaços e definem novos conteúdos de lazer; d) a arquitetura e o ordenamento espacial, concebido e imposto à vida cotidiana urbana e as respectivas resistências deles decorrentes; e) a relação da população local com o rio, com ênfase às espacialidades e territorialidades reprimidas e insurgentes.

Para a análise, instrumentais teórico-conceituais importantes são mobilizados, como a noção de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2005), já no primeiro capítulo, quando se fala da implantação da usina como parte das estratégias do hidronegócio na região amazônica; e a de “exílio coletivo”, no segundo capítulo, proposta pelos autores para explicar as remoções forçadas em razão da elevação dos níveis da água do Xingu na cidade de Altamira e entorno e as novas condições de moradia e de vida urbana que lhes foram impostas nos RUC.

Por outro lado, a ideia de “fábula”, que oculta a de “perversidade” das práticas reais e que faz emergir a noção de “possibilidade” a partir das resistências concretas dos sujeitos – ideias inspiradas em Santos (2000) quando este trata das diferentes expressões da globalização -,

aparecem no terceiro capítulo, com o propósito de ajudar a esclarecer a concepção, a materialização e as respostas aos processos de requalificação urbana decorrentes da racionalidade imposta pelo grande empreendimento em face das opções e sugestões de lazer na sede e em outros espaços do Município de Altamira, fortemente impactado pela hidrelétrica. Da mesma maneira, os conceitos de “cidade do medo” (SOUZA, 2008) e de “arquitetura do medo” (LIRA, 2017) são mobilizados e associados a ações decorrentes do empreendimento em comento; desta feita para estabelecer a crítica às novas materialidades dos espaços públicos criados e a uma psicofera urbana assentada na fobia generalizada e na “cultura do medo”, reveladas em ações instrumentalizadas por aparatos de segurança, ostensividade e coerção que remetem ao controle e à materialidade das formas encarceradas de lazer e entretenimento, conforme mostram os autores no capítulo quarto.

Por fim, a noção pertinente e oportuna de “fluvialidades” (OSEKI, 2000), caracterizada no livro em três tipos – determinantes, fragilizadas e reprimidas –, aparece no quinto e último capítulo para dar conta do misto de espacialidades e territorialidades referenciadas nos cursos fluviais e que, conforme sustentam os autores, tornaram-se fios condutores entre mundo rural e mundo urbano, ainda que hoje se apresentem marcadamente alteradas pela magnitude, funcionalidade e implicações catastróficas do grande projeto hidrelétrico imposto à realidade local e sub-regional.

A obra, em seu conjunto, apresenta-se, assim, como uma boa oportunidade de reflexão e de entendimento sobre um projeto emblemático implantado no espaço amazônico. Mas não apenas isso. Representa, igualmente, uma contribuição que nos permite pensar a Amazônia de forma não fragmentada, pois, através de um de seus recortes, de uma de suas partes, portanto, remete-nos, dialeticamente, à inteligibilidade de um todo: a região.

Para além dessas possibilidades, o livro coloca-se ainda como um incontestável instrumento de lutas, baseado em um arcabouço de elementos que estabelecem conjuntamente um bom contraponto às políticas urbanas e regionais responsáveis por impactar diretamente a vida local e os espaços de existência imediata de seus sujeitos; sendo, também por isso, um bom elemento de resistência em forma de documento escrito de natureza acadêmica.

Nesse sentido, faz-se imperativo destacar que toda a sistematização realizada é alicerçada em fortes argumentos científicos que, apoiados em evidências empíricas e em rigorosos critérios teóricos e metodológicos de interpretação e análise, anunciam o potencial intelectual de dois pesquisadores que se situam fora dos já reconhecidos eixos de produção intelectual, seja no âmbito nacional, seja no âmbito regional.

Leitura indispensável, a obra revela, por isso, a importância do descentramento e da interiorização da produção científica para compreender o País e, dentro dele, uma região como a Amazônia que, conforme sugere **Eliane Brum**, assume hoje também a condição de centro da realidade brasileira e mundial, em razão de sua relevância (ecológico-ambiental, econômico-política e sociocultural), de suas tensões, de seus processos e dos problemas que ora enfrenta e que são fortemente representativos do que acontece na escala do País e na escala global.

Entender Belo Monte sob essa perspectiva, muito bem analisada pelos autores, significa conhecer as implicações diretas de um empreendimento de grande porte na vida dos que habitam e/ou trabalham no rio Xingu, nas suas margens e no seu entorno imediato e mediato, mas, igualmente, visualizar a materialização, no plano local e sub-regional, de interesses de sujeitos outros envolvidos nas tramas econômicas e políticas situadas em escala regional, nacional e internacional.

*Refere-se ao discurso "A Amazônia é o centro do mundo", apresentado por Eliane Brum durante jantar no primeiro encontro do 'Rainforest Journalism Fund' na cidade de Manaus (BRUM, 2019).*

Por esses motivos, o livro é um verdadeiro convite à imersão em uma região do Brasil profundo e ao esclarecimento de questões que são suas, mas que, sem sombra de dúvida, dizem respeito a qualquer cidadão brasileiro, situado ou não no espaço amazônico. E, como questões nacionais que são, alcançam o País como um todo; afinal, para existir, o sistema de produção e de distribuição de energia elétrica brasileiro depende incontestavelmente de uma região como a Amazônia. Essa é, inclusive, a razão da existência de uma usina hidrelétrica como Belo Monte!

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*  
*Geógrafo, Bacharel em Direito e Doutor em Geografia Humana*  
*Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,*  
*Universidade Federal do Pará*  
*Pesquisador Nível 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento*  
*Científico e Tecnológico*  
*Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*

## Introdução

Desde o momento em que chegaram as primeiras frentes de trabalho na região Amazônica direcionadas à Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) já se passaram mais de dez anos, compreendendo um período significativo de transformações socioespaciais na área entre o rio Xingu e a Rodovia Transamazônica. Considerando que a licença prévia<sup>1</sup> deste grande projeto foi autorizada pelo IBAMA ainda no ano de 2010 e as últimas turbinas começaram a operar no final de 2019, podemos afirmar que entre 2010 e 2020 tivemos a “década de Belo Monte”, momento de sua efetiva construção e da eclosão um conjunto de efeitos diretos e indiretos, alguns previstos e outros não, que agora merecem ser analisados sob uma perspectiva conjuntural dos processos.

Tendo em vista a complexidade do evento de Belo Monte, diferentes temas poderiam ser abordados com a devida importância, mas isso tornaria difícil um recorte que incluísse todos os seus desdobramentos. Para esta obra em específico, resolvemos nos atentar às dimensões da habitação e do lazer, reunindo temáticas que podemos tratar com maior densidade neste momento e que nos ajudam a entender o papel da UHBM no processo de (re)produção da dinâmica socioespacial. No caso da habitação, pelo fato de alterar o local de residência de mais de vinte mil pessoas na cidade de Altamira-PA, constituindo o maior evento de reassentamento urbano promovido por hidrelétricas no Brasil. Em relação ao lazer, trata-se de uma prática que tanto demonstra a capacidade do grande projeto em quebrar relações socioespaciais tradicionais (muitas das quais associadas ao Rio Xingu e seus afluentes) quanto se revela como elemento de coesão, capaz de (re)unir grupos que foram alienados de sua antiga sociabilidade.

A obra que aqui se apresenta é, igualmente, fruto de uma década de reflexões, de teses de doutorado, de trabalhos publicados em artigos científicos e anais de eventos, bem como de conversas nos corredores da universidade e nos encontros informais, tão proveitosos quanto as



Voltar ao  
sumário

1. A licença prévia é a fase preliminar do planejamento do empreendimento, aprovando sua localização e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Fonte: <http://www.ibama.gov.br/>

realizadas no ambiente acadêmico. Trata-se de uma trajetória de vida científica (e porque não pessoal) dedicada às temáticas aqui abordadas. Para além disso, é uma obra sobre a Amazônia produzida por amazônidas, o que torna este livro uma oportunidade de falar com propriedade de onde se vive e de compartilhar, em certa medida, os medos e anseios dos que passaram pela experiência da instalação de grandes barragens. Parafraseando Magnani (2002), que aborda sobre um olhar “de fora e de longe”, caracterizando uma visão fragmentada e atomizada dos atores sociais, acreditamos ser este um foco de análise “de perto e de dentro”, o que nos coloca, ao mesmo tempo, como promotores e sujeitos da pesquisa.

Pelo fato de sermos partícipes desse processo, não nos furtamos de explicar sobre a nossa experiência direta em relação aos efeitos adversos da barragem, sem a qual talvez teríamos uma obra bem diferente da que ora propomos. Houve, porém, um esforço para que este trabalho estivesse no campo da análise científica e não constituísse apenas um relato pessoal e reflexivo dos fatos, daí a necessidade de elaborar um plano metodológico que conversasse de forma geral com as diferentes temáticas aqui abordadas. Assumimos, por isso, a adoção de uma abordagem materialista histórica e dialética do fenômeno analisado. Tal direcionamento, pela complexidade que exige, nos traz certos desafios no percurso, porém cremos da necessidade de admitir uma filiação teórica num contexto em que, cada vez mais, discussões que sempre foram importantes no debate social ficaram um pouco a margem da produção científica dos últimos anos.

Por tal caminho metodológico, alguns elementos precisam ser anteriormente apresentados no sentido de fundamentar a análise empreendida. Em princípio, é necessário considerar que não conseguimos enxergar a iniciativa de instalação de um grande projeto como o de Belo Monte descolado de uma totalidade, isto é, faz parte de um plano maior de construção de uma sociedade que não se resume ao fenômeno localizado, como nos ensina o filósofo Alexander Cheptulin, “cada formação material manifesta-se ao mesmo tempo como alguma coisa dividida em partes e como um todo organicamente ligado” (CHEPTULIN, 1982, p. 271). Em visão semelhante, Santos (1997, p. 73) afirma que “cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam

a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes”.

Ao se abordar a temática da usina hidrelétrica, é importante reconhecer que se trata de um componente de um processo mais amplo de racionalização espacial e que, apesar de suas especificidades, se repete em outros lugares do mundo. Não por acaso, Santos (1998) utilizou a expressão “unicidade técnica” para se referir a forma pela qual o modo-de-produção capitalista tende a produzir um motor único, criando padrões de estruturação espacial que possuem certa regularidade, como uma espécie de engrenagem necessária ao funcionamento do sistema. Há, por isso, uma série de processos gerais que comandam a dinâmica pela qual tem passado a área sob influência da usina hidrelétrica, os quais convergem para a realização de um *modus-operandi*.

Tais forças totalizantes, contudo, operam apenas parte dos acontecimentos e não se efetivam sem a realização que ocorre nos lugares, de sorte que a construção dessa unicidade técnica é derivada de tensões e articulações nos âmbitos local e regional. Nestes termos, o evento da usina hidrelétrica, como um fenômeno socioespacial é, por um lado, um fato que define a si mesmo, que se encerra e se delimita em uma parte do mundo e, por outro lado, ajuda a dar sentido a algo maior, revelando, de acordo com Kosik (2002), uma “totalidade concreta”. É nessa perspectiva que expressamos os diferentes fatos abordados sobre este momento pelo qual passou a cidade de Altamira como inseridos em uma dinâmica mais ampla de reprodução da sociedade, que muito embora sejam determinados por processos gerais, são igualmente reveladores destes mesmos processos.

Com base neste pensamento, elaboramos o primeiro capítulo denominado *Usina de Belo Monte: espaços de hidronegócio e espoliação*, que analisa o significado dos grandes projetos hidrelétricos na movimentação dessa grande engrenagem capitalista, tendo em vista que a construção da barragem é um componente de um sistema técnico cada vez mais integrado e sofisticado de dominação. Como nem todos os lugares são propícios para esse tipo de atividade, produz-se uma reserva, um estoque estratégico de potenciais energéticos que ora ou outra são efetivados e concretizados como “espaços de hidronegócio” (BATISTA e MIRANDA, 2019). Ainda no primeiro capítulo, fazemos

uma trajetória do processo de instalação de Belo Monte e definimos pelo menos três estratégias integradas que são utilizadas pelos agentes que mobilizam esse processo: a metáfora do interesse coletivo nacional, as ideologias de redenção e a espoliação direta. Tais argumentos, muito embora estejam num campo mais amplo de análise, conduzem às temáticas desenvolvidas nos demais capítulos deste livro e nos orientam como linha mestra.

No Capítulo 2, denominado *Os exilados do rio: as remoções urbanas e os RUC*, abordamos sobre uma nova espacialidade urbana que emerge na cidade de Altamira: os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) como formas-conteúdos representativas do projeto racionalizador da usina hidrelétrica (com infraestrutura mínima exigida na legislação nacional), mas que revelam contradições desde à sua concepção até o seu uso efetivo. Fazemos um percurso sobre o momento imediatamente anterior às remoções, com entrevistas e fatos capturados durante o processo de negociação entre os atingidos e a Norte Energia, destacando os conflitos e algumas ações de resistência. Abordamos, também, sobre os desafios da vida nos RUC, sobretudo no tocante à elevação dos custos de vida e das dificuldades daqueles que se utilizam do rio como principal meio de sobrevivência. A utilização do termo “exilado” condiz com os afastamentos que esse tipo de habitação proporcionou à população atingida, que em geral passou a viver mais longe do rio (e das sociabilidades dele emanantes), assim como dos serviços presentes na área central da cidade.

O projeto hidrelétrico, ao se estabelecer na Volta Grande do Xingu, produz um conjunto de novas espacialidades, sobretudo nas áreas mais próximas do rio Xingu e de seus afluentes, com a presença de obras urbanas que alteraram definitivamente as práticas de lazer tradicionalmente ali desenvolvidas. Esse fato nos motivou a elaborar o Capítulo 3, com o título: *Do lazer como fábula ao lazer real: os programas de requalificação urbana*, que associa o processo de “requalificação” à disseminação de uma “arquitetura da ordem hegemônica” provida de um conteúdo alienante em relação à realidade local. Neste capítulo, o lazer é o elemento central da análise, primeiramente apresentado como uma fábula, uma visão superficial que nega a cidade como espaço do encontro, da festa e do sentido público. Em oposição a esta visão, propomos a existência de um lazer real, fruto da negação do que é

articulado de fora e elaborado por iniciativas dos que a vivenciam a cidade em sua plenitude.

Ainda na temática do lazer, apresentamos ao leitor uma característica de espaço público que, muito embora não seja uma exclusividade de Altamira, tornou-se um padrão local, sobretudo após a emergência do projeto de Belo Monte e do aumento dos índices de violência: o fenômeno das praças fechadas. No Capítulo 4, denominado *O lazer encarcerado: as praças fechadas e a arquitetura do medo*, tratamos de uma temática que nos surgiu após verificar que das oito praças públicas de Altamira, seis delas passaram por modificações urbanísticas e foram fechadas com cerca e portão, além de adotarem um sistema de câmeras de vigilância. Apresentamos esse fenômeno associado a ideia de espaço público e da praça como uma espacialidade que, historicamente, remete às áreas livres da urbe, geralmente voltadas ao lazer e ao convívio da população. Ao longo deste capítulo, apresentamos argumentos que indicam a característica do fechamento como expressão da arquitetura do medo, atribuindo ao espaço público elementos que são mais presentes na esfera privada, a exemplo da falsa sensação de segurança pelo auto aprisionamento do cidadão.

Como última temática abordada neste livro, tratamos sobre a relação entre a cidade e o rio, mediada pela noção de “Fluivialidade” (OSEKI, 2000), que constitui parte de uma agenda de pesquisa que perseguiamos atualmente. Tendo em vista que o processo de construção de Belo Monte implica na leitura sobre a transformação da materialidade do Rio Xingu e suas consequências na dinâmica da população local, apresentamos no Capítulo 5 *Esse rio é minha rua? Fluivialidades fragilizadas e insurgentes* uma abordagem que traz à tona a perspectiva material e simbólica da relação entre as pessoas com os rios/igarapés, que tanto pode ser reforçada como destruída ou modificada em seus conteúdos. No caso de Altamira, analisamos esse processo a partir das redefinições decorrentes da UHE Belo Monte nas proximidades dos canais fluviais mais importantes, destacando os processos de apropriação e expropriação, de aproximações e de afastamentos, bem como de reencontros entre certos grupos sociais com as espacialidades fluviais (a beira, a orla, a várzea etc.) revelando uma possível reconciliação com o rio.

Esperamos que essa obra seja uma jornada não apenas ao conhecimento do impacto de Belo Monte sobre a realidade local, mas que incite o (a) leitor(a) a viajar teoricamente e identificar que, em cada mudança do ponto de vista material, existe um leque de ideias em movimento, que se interconectam em uma totalidade. As temáticas da habitação e do lazer são os componentes que, na análise empreendida, nos fazem entender um pouco de como funciona o projeto de dominação em curso e suscita, igualmente, as possibilidades de resistência ao que se impõe de fora e de longe. Confiamos, igualmente, que o conhecimento compartilhado em cada uma das temáticas aqui apresentadas provoque novos debates, sugestões e questionamentos, de modo a dar sentido ao que ora propomos para a transformação real da sociedade a qual participamos.

Uma boa leitura!

# 1. Usina de Belo Monte: espaços de hidronegócio e espoliação

*Ao reconfigurar os sentidos e significados atribuídos aos rios amazônicos (...), eles foram substantivados como objetos/produtos/mercadorias (...). Em síntese, suas águas como fonte de energia transformaram-se, também em hidronegócios.*

*(Batista e Miranda, 2019)*

Planejada desde a década de 1970, porém executada somente a partir de 2011, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) foi construída no Rio Xingu, a 54 quilômetros da cidade de Altamira-PA, num trecho encachoeirado conhecido como volta grande do Xingu. Concluída em novembro de 2019, provocou profundas mudanças socioespaciais entre o Rio Xingu e a Rodovia Transamazônica, incluindo porções dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Anapu e Senador José Porfírio.

O objetivo deste capítulo é apresentar o complexo da UHBM como um componente do processo de reprodução capitalista em nível mais amplo, traduzindo-se num evento que se soma à tentativa constante do capital em transformar, de forma fictícia como afirma Polanyi (2012), os elementos fundamentais à vida como a terra, o ar e a água em mercadorias.

Em princípio, abordamos sobre as transformações na materialidade do capital ao longo dos anos, que por diversas vezes alterou sua base energética até a emergência dos “hidronegócios”, objetificados pelas diferentes formas de apropriação da água como um recurso fundamental e estratégico. Em seguida, tratamos dos principais aspectos que movem a indústria da energia no mundo e no Brasil, culminando na opção de Belo Monte que, no discurso neodesenvolvimentista atual, aparece como uma opção de energia limpa, renovável e sustentável.



Voltar ao  
sumário





■ **Figura 1**

*Usina de Belo Monte em processo de construção – agosto de 2016*

*Foto: José Queiroz de Miranda Neto (acervo do LEPURB)*

### 1.1 O capital e as mercadorias fictícias: o advento do hidronegócio

Existe um certo consenso a respeito da ideia de que precisamos de energia tal como necessitamos comer, beber e vestir. Desde os primeiros homens que dominaram a técnica do fogo (liberação de luz e do calor pela combustão), passando pelos métodos de tração animal e energia hidráulica da antiguidade (potência mecânica), até as modernas formas de utilização dos combustíveis da revolução industrial (minerais fósseis e a hidroeletricidade), a sociedade aprendeu a elaborar e incorporar cada uma dessas formas de energia ao seu processo produtivo. Trata-se um componente básico, fundamental à existência humana, que se ampliou expressivamente ao longo dos séculos ao ponto de se falar, hoje, de uma “segurança energética”.

Entretanto, quando se avalia essa realidade é comum que se produzam alguns “esquecimentos”, desconsiderando, por exemplo, o fato de que nada se produz sem que antes se estabeleçam certas relações sociais. Ao se aprofundar neste aspecto, é possível entender que a forma, o grau de desenvolvimento técnico e a distribuição da energia em uma dada sociedade pouco se relacionam ao conjunto de suas necessidades básicas em si e mais aos processos que envolvem as relações sociais de produção. Ao se reproduzir os discursos que apagam essa realidade, tem-se o mecanismo da *fetichização*, termo designado por Marx (2013) ao processo que tende a ocultar a exploração do trabalho e revelar tão somente as características de troca das coisas, como uma espécie de idolatria (daí o termo “fetiche”) ao seu caráter de mercadoria.

É, portanto, sobre essas relações que vamos nos concentrar neste momento, pois são elas que nos revelam aquilo que não se expõe de forma concreta. Em sua obra *A grande transformação*, Polanyi (2012) afirma que a economia de mercado é um sistema controlado e dirigido pelos preços de mercado. Por essa lógica, quaisquer fatores que adentram ao processo produtivo, seja: força de trabalho, terra ou a própria moeda, precisam ser concebidos como mercadorias e possuir um equivalente monetário (um preço). A questão é que elementos como força

de trabalho e terra “não são outra coisa senão os próprios seres humanos em cada sociedade e as condições ambientais naturais que acompanham a sua existência” (POLANYI, 2012, p. 214). Nesse raciocínio, a vida e a natureza formam uma totalidade articulada, uma natureza social na concepção de Santos (2004), de modo que se torna impossível conceber a humanidade sem os seus meios: o solo, a vegetação, os rios etc. e qualquer tentativa, ainda que superficial, de amputar a organicidade dessa relação não seria menos que a violência desmedida.

Ocorre, porém, que a força do capital é, por natureza, alienante. Ao longo de séculos percebeu-se a separação dos homens em relação à terra, do tempo do trabalho em relação ao tempo livre e do produto do trabalho de seu criador. Em todos esses processos, o caráter da mercadoria foi o elemento central da transformação, sendo este o pilar fundamental da *reificação*, ou seja, da “transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com a lei do mundo das coisas” (BOTTO-MORE, 2012, p. 464). Essa reificação não é senão um aparato de controle dos processos envoltos numa economia de mercado, sem o qual não seria possível o seu pleno funcionamento. Para se estabelecer uma regulação, é inevitável dominar todos os elementos vinculados à indústria, livrando-os de quaisquer constrangimentos, ainda que para isso seja necessário subordinar a própria sociedade: o homem e sua força de trabalho, a terra e, por conseguinte, a própria natureza.

Como dito anteriormente, são as relações sociais que produzem essa objetificação, isto é, se dá ao passo da conformação econômica particular em que os agentes da produção mantêm entre si e com a natureza. Marx (2013) ao abordar sobre o que denomina “a fórmula da trindade”, entende que capital, terra e trabalho não são propriamente mercadorias, mas acabam sendo transfiguradas como tal pelas representações capital-juro, terra-renda e trabalho-salário. Trata-se, nesse caso, de abstrações que se originam da própria desigualdade de classe, que para garantir sua continuidade precisa criar mercadorias fictícias, componentes da mistificação do modo capitalista de produção, “é o

mundo enfeitado, desumano e invertido, onde os manipulansos, o senhor Capital e a senhora Terra, protagonistas sociais e ao mesmo tempo coisas, fazem suas assombrações” (MARX, 2013, p. 1379).

Retornando-se à questão da energia, trata-se um componente crucial ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e, por conseguinte, um recurso cuja utilização depende inteiramente dessa reificação. Devido à forma em que se encontram na natureza, as fontes de energia precisam ser convertidas pelo trabalho humano de sua forma bruta *in natura* para energia útil (calor, movimento, eletricidade etc.). Nos primórdios da revolução industrial, a fonte de energia mais utilizada era o carvão mineral, sobretudo em função da relativa escassez de florestas na Grã-Bretanha que inviabilizavam o uso da lenha (biomassa). Indispensável ao abastecimento das máquinas a vapor e das locomotivas desenvolvidas no início do século XIX, a indústria do carvão foi decisiva na produção de uma nova materialidade do capital, em especial com o desenvolvimento das modernas vias férreas no continente europeu (HOBSBAWM, 2015, p. 90).

A partir da segunda metade do século XIX, a base energética se amplia com a utilização maciça dos combustíveis fósseis que, além do carvão, estende-se ao uso do petróleo e do gás natural, os quais facilitaram sobremaneira os custos em relação ao manuseio, a estocagem e o transporte. Uma das etapas mais importantes, porém, deu-se ao final do século XIX, com a geração de eletricidade, que combinado com as fontes existentes e a emergência do aço como matéria-prima, consolidaram o que seria um estágio crucial para a indústria, tornando os limites físicos e tecnológicos cada vez menores. Em cada uma dessas fases, transforma-se gradativamente o espaço natural e intensifica-se a utilização da força de trabalho, com domínio das forças da natureza, maquinaria, “aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafo elétrico, desbravamento de regiões inteiras, adaptação dos leitos dos rios para a navegação” (MARX e ENGELS, 2008, p. 18).

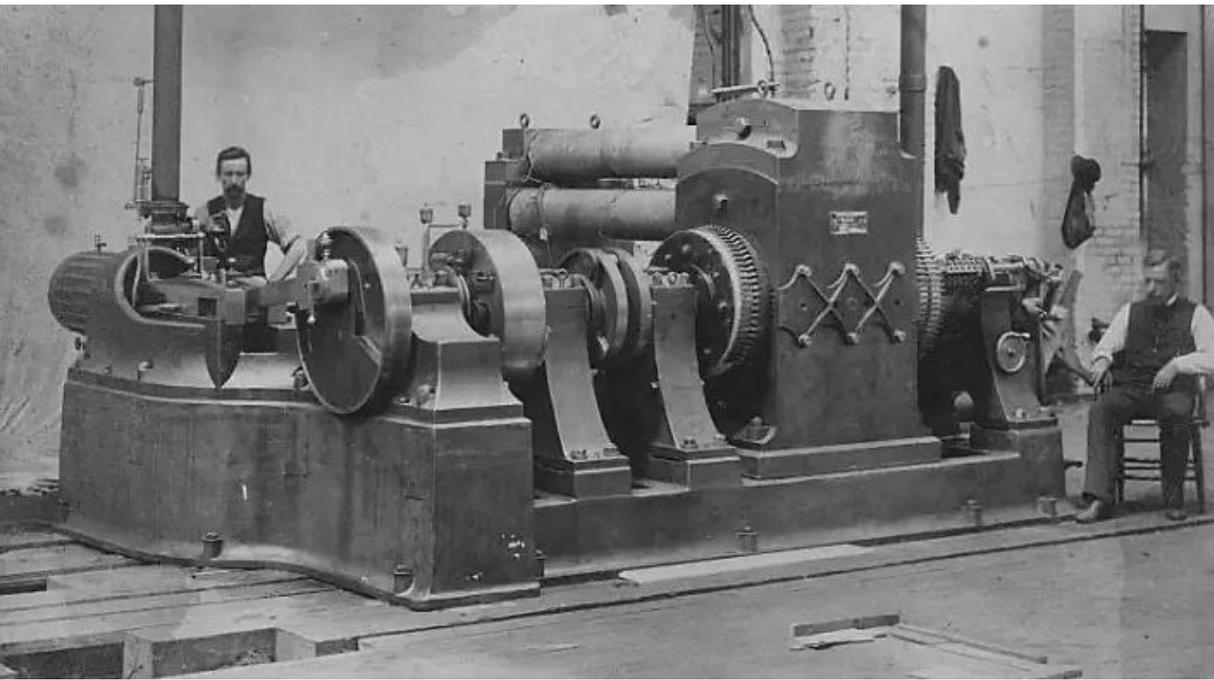
Não se pode entender o aproveitamento dessas fontes de energia como frutos do acaso ou do ponto de vista de uma linearidade evolu-

tiva. Ambas são resultado de um modelo de desenvolvimento que se baseia no valor de troca e, por isso, são subsumidos ao capital na forma de mercadoria. Tal premissa serve, igualmente, para outros componentes do progresso técnico. O uso do telégrafo elétrico, por exemplo, iniciou-se dentro das unidades industriais justamente pela demanda de uma comunicação à distância, componente vital ao projeto imperialista. De igual modo, a lâmpada elétrica desenvolvida por Thomas Edison em 1879, representava uma opção viável em relação ao uso do gás natural, com baixo preço de aquisição e manutenção.

No que tange especificamente à energia elétrica, até 1880, o único equipamento que funcionava efetivamente a base de eletricidade era a própria lâmpada, porém Thomas Edison entendia da necessidade de ampliação das bases tecnológicas para ampliação de seu negócio, foi quando desenvolveu a primeira central termelétrica do mundo, denominada central de *Pearl Street*, em Manhattan, com uso de um dínamo Jumbo, de 27 toneladas para atender a demanda de 400 lâmpadas de 82 clientes. Desse modo, o empresário passou a vender tanto a lâmpada quanto à energia necessária ao seu funcionamento.

Foi um grande concorrente de Thomas Edison, entretanto, que obteve maior êxito no processo de transmissão de energia em grandes distâncias. O engenheiro eletrotécnico sérvio Nicola Tesla, associado ao conhecido empresário do ramo ferroviário George Westinghouse, desenvolveu um sistema de transmissão de energia elétrica baseada na corrente alternada, bem mais eficiente e barata que a corrente contínua de Edison. Com o triunfo de Tesla na chamada “batalha das correntes”, a empresa *Westinghouse Electric Corporation* venceu a concorrência para construção da primeira usina hidrelétrica de corrente alternada, a UHE *Niagara Falls*, nos EUA, possibilitando a expansão dessa técnica de geração hidrelétrica ao mundo. Desde então, o sistema permanece praticamente o mesmo, apenas com melhorias na eficiência e na capacidade de geração em larga escala.

*George Westinghouse se destacou no ramo industrial pela invenção do freio a ar comprimido para locomotivas, aperfeiçoado na década de 1870.*



■ **Figura 2**  
*Dínamo Jumbo*  
*de Edison em*  
*1882.*

Fonte: Edison National Historic Site

Em meados do século XX, novos equipamentos e tecnologias vinculadas à indústria passam a demandar cada vez mais energia elétrica, existindo a necessidade de diversificação de suas fontes. Após a II Guerra Mundial, houve um aumento de barragens de rios para a construção de usinas cada vez maiores, capazes de suprir a necessidade de várias cidades nos EUA e na Europa. A opção por essa fonte de energia se tornou relevante às necessidades do grande capital em garantir melhores vantagens no processo produtivo, sobretudo pelo fato de ter um menor índice de perda, com eficiência de 65% frente à energia térmica, que varia entre 20% e 45% a depender da fonte utilizada. Com alta durabilidade e menor preço, torna-se a preferência para o consumo de grandes empresas, sobretudo as eletrointensivas como a indústria do alumínio primário e do aço bruto.

Concebemos uma usina hidrelétrica como uma gigantesca máquina produzida a partir de uma enorme soma de trabalho cristalizado, isto é, um monumento de trabalho morto que é utilizado para a exploração de vários ciclos de trabalho vivo. A energia gerada,

somada a sua durabilidade, é essencial à indústria de bens de produção (transformação da matéria-prima bruta), que por sua vez serve a toda cadeia industrial e ao sistema de consumo, retroalimentando um ciclo. Por essa lógica, a maior disponibilidade de energia amplia a composição orgânica do capital (a maquinaria e a produção mecanizada), contribuindo na redução da quantidade de trabalho necessário (fração da jornada paga ao trabalhador) e ampliando o trabalho excedente: a base do enriquecimento capitalista.

Ocorre, entretanto, que nem todos os lugares dispõem das condições necessárias para a construção de grandes usinas hidrelétricas. A premissa para esse sistema é, em princípio, o próprio espaço em suas qualidades físicas, pois depende de áreas com presença dos rios de alta vazão e de um relevo favorável ao aproveitamento da energia potencial. Por conta dessas especificidades, os lugares que possuem tais características são avaliados e reservados para um projeto técnico-político futuro, de modo que os rios e suas bacias passam a ser concebidos a partir de seus respectivos potenciais energéticos. Nos locais em que esses projetos se estabelecem há uma intensificação dos rios como “lugares de hidronegócio” (BATISTA e MIRANDA, 2019), uma forma de reificação que transforma a água, os rios, a várzea em seu entorno, numa objetificação de natureza mercadológica.

Tal fenômeno, apesar de constituir a própria maneira de ser do capitalismo, muda em intensidade quando se selecionam novos espaços para a sua realização, sobretudo em áreas de integração capitalista mais recente. Becker (2009), ao tratar das novas tendências de expansão do capital na Amazônia, aborda a respeito da “mercantilização da natureza” na esfera das novas mercadorias fictícias, como o “mercado do ar” pela comercialização de créditos de carbono (CO<sub>2</sub>) e do “mercado da água”. No entanto, quando se refere a este último, Becker (2009) afirma que se trata, ainda, de um negócio ineficiente, apesar das recentes investidas internacionais. A água como um recurso para o consumo direto talvez ainda não tenha se tornado um grande mercado real, mas o potencial energético dos rios para a construção de grandes hidrelétricas tem sido um inegável trunfo do grande capital nas últimas

décadas, transformando-se, igualmente, em hidronegócio.

Ao se inventariar os potenciais energéticos de uma área, tem-se a primeira forma de idealização dos rios como fonte de energia, a partir de quando se começa a avaliar a quantidade (em megawatts) e a viabilidade para sua real utilização. O espaço é, então, racionalizado, medido, concebido à forma do capital como “recurso”, tendo o Estado como principal agente regulador e responsável por elaborar os planos de execução. Nestes termos, como prefigura Baudrillard (1991, p. 9): “o território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território (...) é ele que engendra o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa”. Utilizando-se dessa metáfora, podemos dizer que, numa lógica de imposição externa, não são os planos que se adaptam ao local, é o real que se fragmenta em benefício de uma realidade ficcional, como afirma Santos (2004, p. 115): “o espaço real é substituído por um espaço ideológico sob o qual puderam assentar-se falsas teorias substantivas e de planificação”.

Para que se efetivem os projetos hidrelétricos, é necessário um intenso planejamento, incluindo inventários de viabilidade econômica, **Estudos de Impacto Ambiental (EIA)** e um sem-número de projetos executivos. Apesar de a iniciativa partir das organizações estatais, geralmente se utiliza uma empresa privada (ou um consórcio de empresas) para a qual se faz a concessão do projeto. Como afirma Ribeiro (1987, p. 9): “o poder de uma corporação também parece estar relacionado com a escala do projeto: quanto maior o projeto, mais influente ela é”. Tais empresas passam a ter o poder de comandar e executar diferentes tarefas nos locais de instalação, de sorte que muitas vezes agem como se fossem o próprio Estado, mobilizando pessoas, recursos e transformando paisagens de forma definitiva.

No processo de concessão, é calculado também o que se convencionou chamar de “custos”, sejam eles: econômicos, sociais e ambientais. No caso desse último, utiliza-se o princípio do poluidor-pagador, criado em 1972 como uma Recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por este princí-

*De acordo com o art. 225, §1º, inciso IV da Constituição de 1988, o EIA é exigido: na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.*

pio, cabe ao poluidor arcar com as despesas estatais relativas à prevenção, reparação ou repressão dos danos ambientais. Atribui-se, portanto, valor monetário à natureza por mecanismo semelhante ao que se transfigura a terra em renda.

Tal fundamento se aplica, igualmente, à existência dos *royalties* (e equivalentes), termo que, em inglês se originou da palavra *Royal* ou “daquilo que pertence ao Rei”, como referência aos valores pagos aos nobres pelos usos dos recursos contidos em suas áreas. No direito moderno, trata-se de uma renda paga aos entes federativos enquanto direito de uso para exploração dos recursos naturais, ainda que, efetivamente, seja uma abstração com propósito de dissimular (sem maiores constrangimentos) a destinação de certos territórios à finalidade privada.

Como citado anteriormente, o fato de se estabelecer preço ao que não pode ser tratado efetivamente como mercadoria (como o trabalho humano e a natureza) é uma estratégia eficaz no controle da produção. Mas no caso da construção de grandes hidrelétricas esse processo só é possível quando se expressa a partir da “acumulação pela espoliação”, termo desenvolvido por Harvey (2005) ao abordar sobre as novas estratégias de expansão capitalista no início do século XXI.

Harvey (2005, p. 117) afirma que “a acumulação por espoliação pode ser interpretada como o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado”. Trata-se de uma solução, ainda que temporária, para o problema da “sobre acumulação”, isto é, quando os investidores deixam de aplicar o capital por não ter as condições necessárias para manter sua taxa de lucro, acumulando-o em níveis insustentáveis ao ponto de gerar crises cíclicas. Em função disso, realiza-se a contínua abertura de novos mercados, sobrepondo áreas que ainda não haviam sido devidamente incorporadas e promovendo a transformação acelerada do trabalho e da terra, suprimindo direitos e destruindo formas de produção autóctones (HARVEY, 2005).

Desse modo, quando se abrem as novas fronteiras do capital energético, estão sendo acionados os mecanismos da “acumulação por

espoliação”, de maneira que tudo o que se encontra no raio de ação desses hidronegócios está sujeito aos processos que envolvem a violência (física e simbólica) manifesta tanto de forma legal (a partir dos instrumentos normativos) ou ilegal, como golpes, atentados, ameaças, expulsões violentas e assassinatos. É, entretanto, a forma legal a mais recorrente para os casos aqui tratados, tendo o Estado como principal apoiador desse processo, que pode se utilizar de mecanismos que permitam a desapropriação forçada (inclusive com auxílio da força policial) nos casos em que há resistências.

Quando da construção de grandes barragens, há exemplos em vários países de mecanismos de controle rigorosos nas áreas em que os projetos se instalam, com remoções forçadas e transformações expressivas nos modos de vida dos habitantes locais, incluindo alterações na subsistência de populações originárias (como povos indígenas). Mas como é possível que esse processo ocorra sem grandes constrangimentos uma vez que é baseado na violência e no cerceamento de direitos? A resposta passa pelo sofisticado aparato ideológico que produz a ilusão de que o Estado, enquanto promotor do interesse coletivo, age na produção do bem comum, isto é, daquilo que não é próprio de apenas uma parcela da sociedade, mas que concorre em benefício da coletividade. Para além disso, são elaborados mecanismos de compensação ou as chamadas “condicionantes” que, de igual modo, induzem os sujeitos a pensarem nas possíveis vantagens desses grandes empreendimentos.

Essas compensações, de acordo com Ribeiro (1987), referem-se ao que o autor denomina de “ideologia de redenção”, quando se produzem infraestruturas e oportunidades nunca experimentadas em determinados regiões, como a geração temporária de emprego e renda e a execução de programas de habitação, saneamento e lazer. Tal ideologia é mais forte em espaços historicamente subordinados, sujeitos à exploração de recursos sem benefícios equivalentes em termos de qualidade de vida.

Ainda neste capítulo, trataremos de algumas das ações desenvolvidas no contexto de grandes projetos hidrelétricos. Nas seções a

seguir, acrescentamos diferentes aspectos que se relacionam ao caráter dessa acumulação pela espoliação e das estratégias de dominação empregadas nas fronteiras desses hidronegócios no Brasil e da Amazônia, tomando como exemplo principal o caso da UHE Belo Monte.

### *1.2 A energia move a exploração: as hidrelétricas no Brasil e na Amazônia*

Na esteira dos processos de construção de barragens no mundo, a partir de 1970 o Brasil adota o modelo de produção de grandes hidrelétricas (acima de 3.000 MW) e, paulatinamente, essa fonte vai se tornando o padrão de geração de energia no país. No período da ditadura militar (1964-1985), pautado pelo viés da “modernização conservadora”, as preocupações sobre os impactos socioambientais eram residuais e o discurso desenvolvimentista da época consistia num eficiente mecanismo ideológico de dominação, de modo que o Estado conservador, na promoção do que seria o bem coletivo, poderia lançar mão de todos os recursos disponíveis na construção do “Brasil grande dos militares”.

Ainda na década de 1970, devido às crises do petróleo (1973 e 1979), a diversificação da matriz energética nacional se tornava uma tarefa imperiosa. A construção da usina binacional de Itaipu (Brasil/Paraguai), com capacidade de 14.000 MW, representou uma ascensão importante nesse sentido. A obra foi concluída em 1973 e foi fundamental para ampliar a participação da energia hídrica no Brasil, que passou de 19% em 1973 para 25% em 1979 (ROSA e SCHAEFFER, 1988).

De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 69): “a difusão da energia elétrica no território nacional leva, num primeiro momento, à construção de sistemas técnicos independentes, chamados a atender às necessidades locais”. Somente após a construção da Eletrobrás, em 1969, e da elaboração de um aperfeiçoado sistema de interligação é que o setor elétrico, antes fragmentado, passou a ser unificado e bem mais eficiente em atender às crescentes demandas da urbanização e da

industrialização. Tal movimento se deu sobretudo em função da tendência à unicidade das técnicas no período contemporâneo (SANTOS e SILVEIRA, 2001).



■ **Figura 3**  
*Usina  
binacional  
de Itaipu*

Fonte: International Hydropower Association (2011)

Na época em que os sistemas de geração de energia eram independentes, cada região era responsável em suprir suas necessidades energéticas e, por isso, estava suscetível ao desabastecimento, sobretudo em função da sazonalidade das chuvas para o enchimento dos reservatórios. A solução seria dotar certos territórios, ainda que distantes dos principais centros de consumo, de usinas hidrelétricas de alta capacidade instalada, a exemplo do que passou a ocorrer no Nordeste e na Amazônia. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 72): “o sistema elétrico nacional tornou-se integrado e ao mesmo tempo o seu comando político e uma parcela de seu comando técnico separam-se

dos lugares aptos para a produção”, como também afirmam Théry e Théry (2016, p. 1):

A produção e a circulação de energia elétrica articulam regiões produtoras (cuja localização depende dos recursos naturais e dos equipamentos construídos para usá-los) com as regiões consumidoras (aquelas onde a concentração da população e da atividade econômica cria uma forte demanda). A matriz energética brasileira é essencialmente baseada na hidroeletricidade e o potencial hidrográfico ainda pouco explorado encontra-se na região norte do país, provocando a o distanciamento entre as fontes de produção e de consumo.

Com essa separação, seria possível atender a demanda energética em vários lugares do país, com destaque à Região Centro-Sul, onde estão localizadas as principais atividades industriais que consomem energia, como a produção de alumínio primário, a siderurgia (aço bruto), a produção de ferroligas e a pelletização (mistura e moldagem de materiais). Uma parte importante desses produtos se destina à exportação enquanto *commodities* e contribui no suprimento da demanda internacional de grandes mercados. De acordo com Miranda Neto (2016): “um dos fatores cruciais para essa realidade é a *superurbanização*, isto é, a incorporação de novos espaços para a continuidade dos ciclos de produção e realização da mais-valia”.

A partir de década de 1990, com a reestruturação do setor de energia elétrica no Brasil, houve a substituição do monopólio estatal por um sistema de concessão dos serviços públicos, no qual se prevê a privatização de empresas e a atuação de uma agência reguladora: a ANEEL, criada em 1997. Com efeito, consolida-se um modelo público-privado de energia, elaborado aos ditames de uma política neoliberal que começa a ganhar corpo no Brasil a partir do Governo FHC (1995-2002). Não por acaso, nesse mesmo período se intensifica a crise do setor energético no país, com apagões em várias regiões e o estabelecimento de medidas que reduzem o controle do Estado, que passou a ser considerado ineficiente quanto ao planejamento e ao investimento neste setor. Neste mesmo ano, é elaborada a Medida

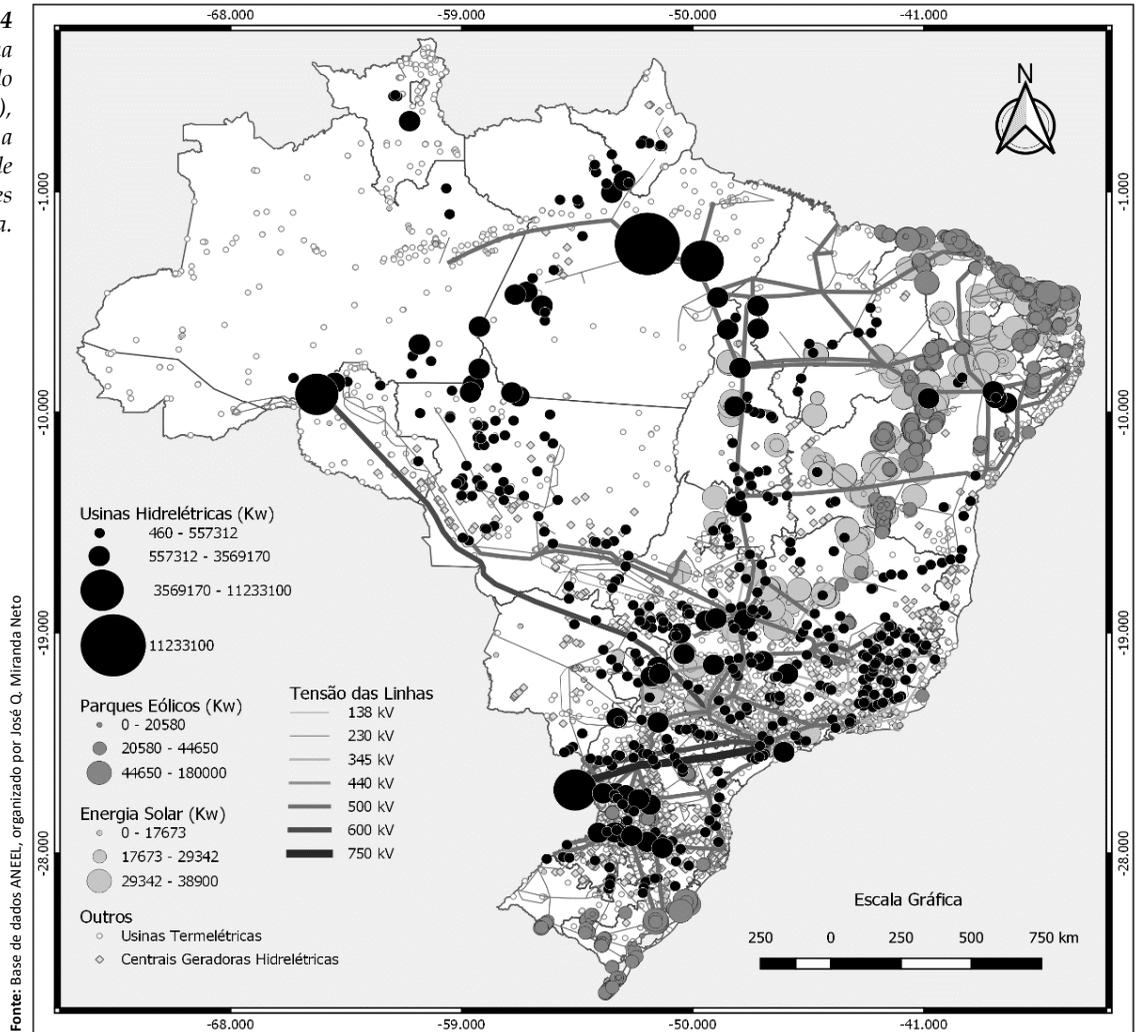
Provisória 2.152-2/2001, denominada “MP do apagão”, que permite o licenciamento simplificado de obras do setor elétrico de baixo impacto ambiental.

Com a emergência dos Governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2016, houve um aperfeiçoamento do sistema de produção e circulação da energia, com ações desenvolvidas a partir do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), incluindo, dentre outras obras, as hidrelétricas de Girau e Santo Antônio, no Rio Madeira (RO) e Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Além disso, tem-se o incremento de fontes alternativas de energia como a solar e a eólica, com geradores instalados sobretudo na região Nordeste. O mapa da Figura 4 representa o funcionamento do Sistema Interligado Nacional (SIN), no qual é possível notar a presença relevante das regiões Norte (com proeminência das hidrelétricas) e Nordeste (energias hidrelétrica, eólica e solar), conectadas à área mais densa do Brasil, com diversificação das fontes e maior quantidade de linhas de transmissão. Santos e Silveira (2001) classificam essa área como “região concentrada”, vinculada à “indústria acelerada, e ao mesmo tempo a chegada invasora dos modelos globais de aproveitamento hidrelétrico” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 71).

Tem-se, portanto, uma lógica de integração entre os espaços de consumo de energia e os espaços de produção, no qual, de acordo com Miranda Neto (2016, p. 157) “vários tipos de capitais (financeiro, imobiliário e produtivo) se articulam em um sistema que envolve a produção energética e as transformações no ambiente construído”. Isso se evidencia ao se verificar as bases acionárias de grandes empresas energéticas, que incluem a participação de fundos de pensão e de empresas do ramo siderúrgico (como Vale e Sinobrás). Desse modo, quando afirmamos que “a energia move a exploração”, estamos nos referindo a uma realidade em que as condições que movem o sistema econômico não são dadas, necessitam se expandir constantemente, de modo que o ciclo de produção energética atende vários ciclos de exploração da força de trabalho. Por essa lógica, a aceleração de processos relacionados à industrialização e à urbanização (no Brasil e no mundo), retroalimenta a produção hidroelétrica, abrindo conti-

nuamente novas fronteiras para esse tipo de atividade.

■ **Figura 4**  
Sistema Interligado nacional (SIN), com integração a partir de diferentes fontes de Energia.



Levando-se em conta o caso da Região Amazônica, a integração energética teve início na década de 1980, no contexto de instalação dos grandes projetos agrominerais. Em 1985, foi inaugurada a primeira etapa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), no Rio Tocantins, com capacidade instalada de 8.370 MW. Neste mesmo período, foram

instaladas as usinas de Samuel (RO), em 1982, com potência de 217 MW e Balbina (AM), em 1989, com capacidade instalada de 250 MW. Nesse contexto, como afirma Bermann (2012): “estavam dadas as pré-condições para a apropriação dos recursos naturais na Amazônia: por um lado, a disponibilidade de minérios, e, por outro, os recursos hídricos monopolizados para a produção de energia elétrica”. A partir de então, outras 26 hidrelétricas foram construídas, incluindo a maior usina inteiramente nacional: a UHE Belo Monte, no Rio Xingu (PA), finalizada no ano de 2019.

Em cada uma dessas obras, houve um conjunto de alterações (em diferentes proporções) no espaço produzido, impactando formas econômicas próprias dos locais e seguindo a tendência de acumulação por espoliação abordada no início deste capítulo. Como argumenta Becker (2001), a proposta de ocupação e de exploração dos recursos na Amazônia se deu a partir de “surto devassadores”, relacionados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional (a exemplo de *commodities* minerais como o ferro e a bauxita) intercalando momentos de expansão econômica seguidos de longos períodos de estagnação.

Por essa perspectiva, os rios amazônicos (como natureza socializada) foram objetificados pela atividade produtiva como hidronegócios, como coisas sujeitas à racionalidade do capital. Tal qualidade remete à ideia de que “os rios amazônicos, vias de tráfego de ideias, gente e mercadoria, foram reconfigurados em recurso natural, sem perda daquelas funções, acrescentando-lhes novas formas de negócios: as relacionadas à produção de energia hidrelétrica em escala” (BATISTA e MIRANDA, 2016, p. 118). Na seção a seguir reforçaremos essa análise especificando o caso de Belo Monte.

### *1.3 Belo Monte: neodesenvolvimentismo e estratégias de dominação espacial*

A concepção do que é, hoje, a UHE Belo Monte passou por dife-

rentes etapas do projeto de modernização nacional. Ainda no Governo Militar, a Eletronorte elaborou o Inventário Técnico da Bacia do Rio Xingu em 1979, o qual, segundo Sevá (1988), correspondia ao equivalente de 10% de todo potencial energético do país. Por conta disso, cogitou-se a construção de sete barragens nos cursos dos rios Xingu e Iriri, com prioridade à região da volta grande do Xingu, uma área em que o rio faz uma curva de 100 quilômetros de extensão entre a cidade de Altamira e a Vila de Belo Monte (Vitória do Xingu), com um declive de 94 metros. Após o estudo de viabilidade técnica, houve a proposição de construção de um complexo hidrelétrico que incluiria as barragens de Babaquara (Altamira) e *Kararaô* (atual Belo Monte).

Tais empreendimentos, contudo, não foram executados nesse período, muito embora tenham sido objeto de vários debates e lutas de movimentos sociais ao longo da década de 1980, como ocorreu no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, quando a indígena Kaiapó Tuíra encostou o seu facão do rosto de José Antônio Lopes, então diretor da Eletronorte. Após esse evento, a denominação *Kararaô*, que significa “grito de guerra” na língua Kaiapó, foi substituída por “Belo Monte”. Mais tarde, em consequência do processo de redemocratização do país a partir de 1985 e por conta da pressão de movimentos sociais e de grupos ambientalistas, o projeto foi revisado pelo DNAEE em 1994 e a proposta do reservatório foi reduzida de 1.225 km<sup>2</sup> para 516 km<sup>2</sup>, evitando a inundação da terra indígena Paquiçamba.

Somente com a ascensão dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) é que, de fato, o projeto de construção de hidrelétricas no Rio Xingu passa a tomar corpo. Em 2005, Lula assina o Decreto Legislativo nº 1.785/05 que autoriza a instalação da usina. Em 2009, é divulgado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, sob protestos de movimentos sociais como o Movimento dos atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS). Em 2010, é liberada pelo IBAMA a licença ambiental de instalação da barragem e, no mesmo ano, realiza-se o leilão para construção e operação da UHE Belo Monte. Em menos de sete minutos, decidiu-se pela vitória do Consórcio Norte Energia (Norte Energia S.A). Naquele mo-

mento, o valor do investimento era orçado em R\$ 19,6 bilhões e, hoje, é de aproximadamente R\$ 40 bilhões, incluindo o financiamento de R\$ 27 bilhões do BNDES.

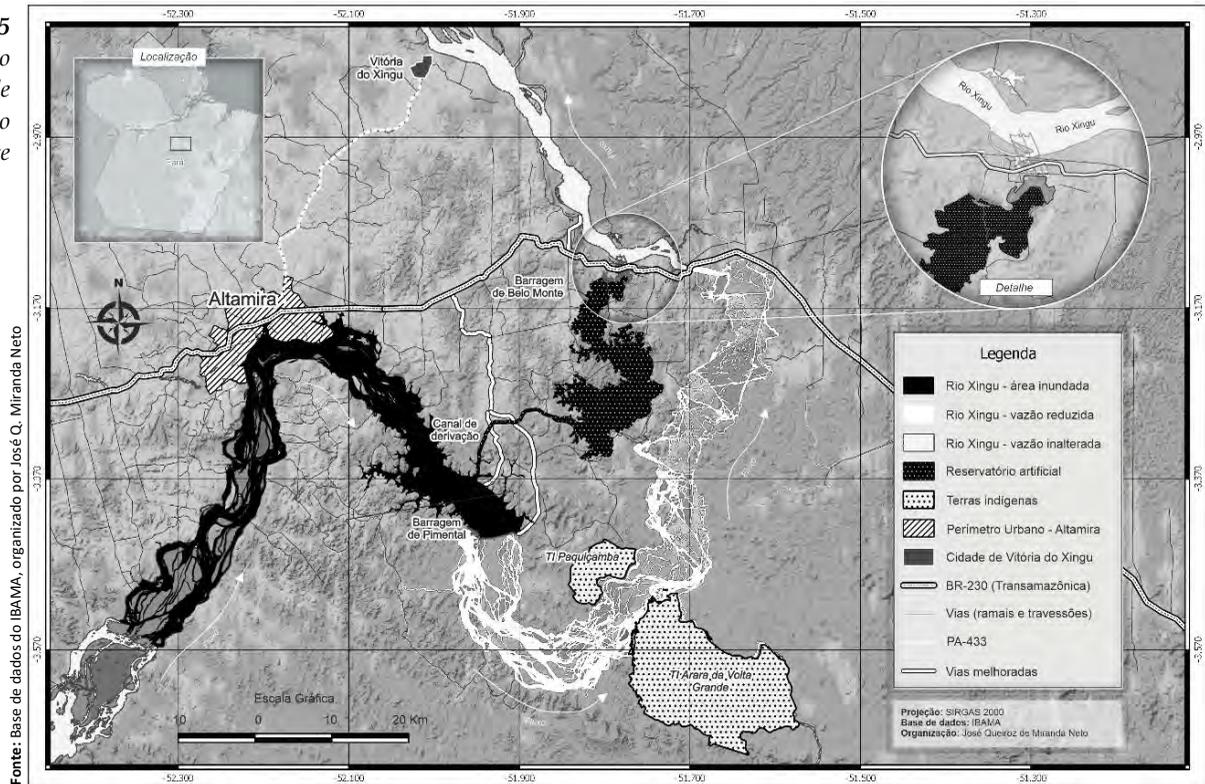
Como se pode observar na figura 5, o projeto consiste na construção de uma barragem reguladora de vazão (Pimental), que além de gerar uma parte da energia (233,1 MW) é também responsável por controlar o fluxo de água que segue o curso do rio (restrita a 20% da vazão total) e a água desviada (até 80% da vazão total) por um canal artificial de 20,2 quilômetros até a barragem de Belo Monte (11.000 MW). Há, portanto, dois trechos do rio que, a partir de 2015 (ano de enchimento do reservatório), redefiniram sua dinâmica natural: o trecho de inundação, no qual a água permanece elevada por pelo menos seis meses e atinge a área urbana de Altamira-PA; e o trecho de vazão reduzida, no qual o fluxo de água é residual, afetando terras indígenas que concentram membros do povo Juruna.

Em cada um desses trechos tem-se um conjunto de impactos, por exemplo, nas áreas de inundação à montante da Barragem Pimental houve a remoção de imóveis rurais, sobretudo nas proximidades dos canais e no reservatório artificial entre a Transamazônica e a Volta Grande (ver figura 5), que somam 11 localidades. Vários imóveis nessa área deixaram de existir e as famílias foram realocadas em Reassentamentos Rurais Coletivos (RRC). No perímetro urbano de Altamira, algumas áreas foram diretamente afetadas pela inundação, com remoção de 3,5 mil famílias e a criação, em 2015, de seis Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), em geral, situados na periferia da cidade. Após a ação de grupos sociais e manifestações de atingidos, um sétimo RUC foi construído em 2019 para abrigar indígenas citadinos e pescadores: o loteamento Tavaquara, situado em área próxima ao Rio Xingu, a 8 quilômetros do centro de Altamira.

No trecho de vazão reduzida, que fica entre a Barragem Pimental e a retomada de água da barragem de Belo Monte, tem-se um volume de água diminuído em até 80%. A partir de 2016, quando se inicia a operação comercial na energia, o fluxo passou a ser controlado pela Norte Energia no “hidrograma de consenso”, a partir do qual a opera-

dora reduz ou aumenta a vazão de acordo com valores mínimos pré-estabelecidos. Tal instrumento seria, segundo a concepção dos planejadores, uma medida de mitigação que reduziria os efeitos danosos à população que depende dos recursos nessa área, sobretudo nas terras indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande.

**Figura 5**  
Arranjo  
geral de  
Belo  
Monte



O povo Juruna (Yudjá), entretanto, denuncia tal ação como uma tragédia, com impactos no sistema ecológico e redução considerável da base alimentar local, sobretudo da quantidade de peixes (PEZZUTI et al, 2018). O hidrograma, que no discurso deveria ser de “consenso” entre as partes envolvidas, transformou-se num verdadeiro conflito pela partilha da água, que envolve grupos indígenas, movimentos sociais, ONGs, o Ministério Público Federal (MPF) e o Estado na figura

do IBAMA, que ora é tensionado em favor dos atingidos (em geral por decisões judiciais) ora atende aos interesses do empreendedor hidrelétrico. Em junho de 2021, a Justiça Federal chegou a cancelar o termo de compromisso entre a NESA e o IBAMA, criando-se um hidrograma provisório que forçou a concessionária a aplicar vazões maiores que as previstas no projeto inicial e, além disso, ordenou a existência de estudos complementares para se estabelecer “vazões seguras” na área.

Para além das mudanças diretas, registra-se um conjunto de alterações que se manifestam com maior intensidade na área urbana de Altamira. De acordo com Miranda Neto (2016), a ação da barragem como indutora de processos se tornou possível por conta de dois efeitos emergentes: o efeito catalisador, capaz de acelerar processos antes adormecidos ou em fase inicial de constituição; e o efeito gatilho, que inicia relações, práticas espaciais e processos que antes não existiam nem mesmo enquanto tendência, implicando na produção de formas-conteúdo estranhas ao local e articuladas à racionalidade imposta pelo empreendedor hidrelétrico. Para o primeiro caso, destacamos as transformações do mercado imobiliário (oferta de milhares de lotes urbanos) e na aceleração das atividades do setor terciário (aquecimento do setor de comércio e serviços). Para o segundo caso, podemos citar as remoções urbanas, a criação dos RUC e dos projetos de requalificação urbana, como a construção de parques ambientais e os sistemas de saneamento (MIRANDA NETO, 2016).

Esses efeitos são manifestações de um novo arranjo espacial que integra a área de instalação do grande empreendimento às demandas do mercado, articulando diferentes agentes: o Estado, instituições financeiras, agentes imobiliários e empreendedores particulares como franquias, hotéis, redes de comércio varejistas e atacadista etc. Essa ordem mercantil público-privada que promove uma solidariedade organizacional (SANTOS, 1997) é necessária não apenas ao projeto hidrelétrico em si, mas ao propósito fundamental de expansão das atividades capitalistas, numa realidade em que “o Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado” (SANTOS, 1998, p. 78).

Se os agentes privados promovem as mudanças mais expressivas, não se pode negar o papel do Estado como principal indutor desse processo. Entendemos que, como afirma Lipietz (1988, p. 153): “o Estado-comunidade é, primeiramente, Estado de classe, e o espaço cujo desdobramento ele organiza é o espaço da exploração”. Não obstante, tal natureza se tornaria impossível produzir modificações espaciais tão expressivas como as que se produzem a partir dos grandes projetos hidrelétricos sem que houvesse uma ideologia do Estado como “comunidade ilusória”, aparentando estar separado ou acima do interesse das classes sociais.

No caso do Brasil, essa imagem do poder público como mediador de conflitos nunca foi tão evidente como a partir da segunda metade dos anos 2000, superando o ideal desenvolvimentista dominante desde a época dos militares e promovendo uma nova elaboração a respeito das atitudes do Estado brasileiro: o neodesenvolvimentismo. Tal concepção surge a partir de teóricos como Bresser-Pereira (2003) como um movimento de rejeição ao que denomina “ortodoxia convencional”, sugerindo a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento para alcançar os países desenvolvidos.

Como aponta Sampaio Jr. (2012), diferentemente da iniciativa desenvolvimentista da época dos militares, pautada na concepção de que o crescimento econômico e a modernização poderiam ser implementados pela “vontade política” e pela iniciativa de um estado autoritário e antidemocrático, o pensamento que ora surge no primeiro mandato do Governo Lula é da possibilidade de conciliar alguns aspectos da concepção anterior, porém realizando o “comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social” (SAMPAIO Jr., 2012, p. 680).

Esse ideal neodesenvolvimentista promove discussões do tipo progressista, voltadas a certos aspectos da inclusão social que não ultrapassam a conjuntura imediata, como o fomento ao consumo e ao endividamento das classes sociais mais baixas. Entretanto, não se questiona o ciclo de dependência externa e segregação social ao qual o Brasil se submete historicamente. Pelo contrário, propõe-se a construir

a mitologia de um crescimento endógeno e sustentável, porém legitimando as mesmas forças econômicas do passado.

Além de um conjunto de reformas institucionais e na política econômica, uma das molas mestras desse novo desenvolvimentismo é o investimento pesado em infraestruturas de base para a industrialização nacional (sobretudo de commodities), como as que foram desenvolvidas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em suas duas versões. Em documento do Ministério das Minas e Energia de 2011, a Hidrelétrica de Belo Monte figurava como um importante projeto nacional pautado pela “parceria público-privada”, pela “energia limpa” em consonância com o “uso racional de recursos naturais, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável” (EPE/MME, 2011, p. 1). Como aponta Corrêa (2016, p. 244), a Amazônia se insere nesse cenário como “exportadora de energia elétrica para promover ‘segurança energética’, crescimento econômico e desenvolvimento capitalista ao país, sob uma perspectiva marcadamente neodesenvolvimentista”. O autor conclui, ainda, que:

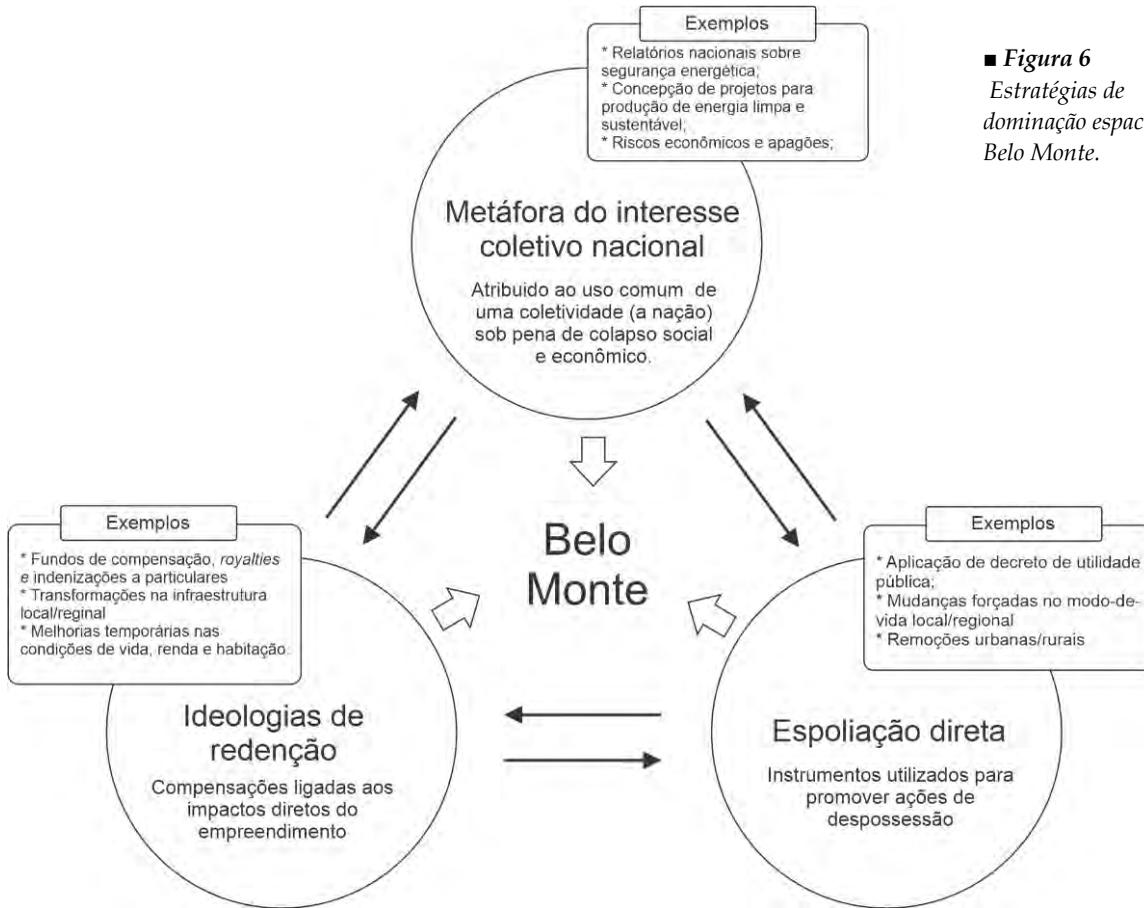
Belo Monte, como parte inerente do padrão de desenvolvimento hegemônico, recompõe um viés histórico desenvolvimentista, mas demonstra forte nexos com o mercado (nacional e transnacional), que avança sobre os recursos naturais, terras e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas, com a forte presença e anuência do Estado brasileiro, injetando vultosos investimentos públicos e recodificando os marcos regulatórios, por meio de um processo de “flexibilização”. Isso tem sido denunciado como exemplo de violações aos marcos legais e aos direitos humanos, para levar à frente esse padrão neodesenvolvimentista, que visa impulsionar seu crescimento à “luz” da reprimarização com as *commodities*, (re)introduzindo a Amazônia como uma *fronteira* em expansão, reproduzindo, assim, seu *status* de periferia da semiperiferia do capitalismo e do centro dominante capitalista e colonialista (CORRÊA, 2016, pp. 250-251).

Tal afirmação coaduna com a proposta deste capítulo, que concebe o projeto de Belo Monte como a expressão de um hidronegócio associado ao processo de acumulação por espoliação. Desse modo, a

condição de um capitalismo periférico eleva o interesse em processos que promovam a expansão das fronteiras econômicas, ainda que impliquem na remoção de pessoas de suas terras/habitações e no aniquilamento de modos de vida próprios de determinados territórios. Com efeito, a violência, a coerção e a destruição ambiental são justificadas pelo ideal do “bem-comum”, tendo o Estado como um promotor de ações metaforizadas como projetos de “interesse coletivo nacional”.

Essa armadilha ideológica, entretanto, camufla uma relação de dependência em nível mais amplo, pois a cada novo empreendimento que se instala em regiões desprovidas de melhores condições de vida, cria-se igualmente a prerrogativa dos benefícios, ainda que estes não sejam sustentáveis em longo prazo. Tal fenômeno é recorrente pois o capital, como uma relação social, apenas se realiza incluindo o outro, de sorte que não existe projeto que se estabeleça sem defensores, representantes ou porta-vozes nas classes subalternas. Isso se torna possível pela elaboração aprimorada de “discursos”, como defende Santos (1998, p. 91): “objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso”.

O caso do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte revela pelo menos três grandes estratégias no sentido de se estabelecer o controle, a dominação e cooptação de determinados grupos em seu favor. Integra-se, portanto, uma metáfora do interesse coletivo nacional, associada às ideologias de redenção e à espoliação direta. Acreditamos que, apesar de atuarem em escalas diferenciadas de ação, elas não se estruturam hierarquicamente, uma vez que o projeto apenas se estabelece quando essas três condições estão devidamente articuladas.



■ **Figura 6**  
*Estratégias de dominação espacial de Belo Monte.*

A metáfora do interesse coletivo nacional forja a concepção de que o projeto não se dá apenas em proveito de alguns grupos econômicos, mas ao coletivo, de modo que suscita simbologias ligadas ao “progresso” e ao “desenvolvimento nacional”. Não por acaso, as iniciativas de expansão do setor energético são precedidas por relatórios técnicos que atestam a “defasagem energética” e os riscos de apagões como forma de se demonstrar a expansão como inevitável, sob pena de colapso social e econômico. São, portanto, discursos que exprimem sentimentos de coletividade e altruísmo, a partir dos quais subjaz a

dominação espacial em escala mais ampla. Por essa lógica, elaboram-se sentenças como: “apesar dos impactos, o projeto é bom para o país”, ideia que se torna ainda mais efetiva quando associada à concepção da hidrelétrica como geradora de energia “limpa, renovável e sustentável”, termos repetidos como um mantra por agentes do Estado e a da Norte Energia.

As ideologias de redenção, como o próprio nome prenuncia, remetem à metáfora bíblica de salvação, de libertação e de resolução de todos os problemas a partir da instalação do empreendimento. Trata-se de uma estratégia que se efetiva prioritariamente nas escalas regional e local, pois remetem a aplicação do que seriam “compensações” atreladas aos impactos sociais e ambientais, incluindo o pagamento de recursos financeiros a estados e municípios. É um mecanismo bastante eficaz no processo de dominação espacial, pois certos benefícios sociais, arranjos institucionais e infraestruturas que nunca se realizaram naquela área justamente por conta do desenvolvimento desigual do capitalismo, agora surgem como verdadeiras dádivas que tornam sua aceitação irresistível.

As condicionantes de Belo Monte, obras e ações de mitigação realizadas pela Norte Energia antes de cada licença do IBAMA, são componentes dessa estratégia. Ao se debater os processos que envolvem essas realizações junto aos movimentos sociais, ONGs e grupos de atingidos, é comum que se tenha a sensação de conquista, de barganha e de vitórias contra o empreendimento quando, na verdade, todo esse processo é parte integrante de um roteiro que reforça a ordem social desigual de incluir para excluir. Nesta trama, a possibilidade de escolha ocorre a partir de um conjunto limitadíssimo de alternativas e possui uma regra subjacente: as mudanças são negociáveis, contanto que não alterem a continuidade do projeto.

Ao se analisar cada uma dessas compensações, naturalmente se constata que nem todas se dão a contento ou atendem as necessidades populacionais como previsto. É comum, entretanto, a existência de casos de sucesso, como reassentados rurais que prosperaram ou pequenos negociantes que se tornam empresários de expressão. Tais

acontecimentos, apesar constituírem exceção à regra, são tomados como exemplos que ajudam a realimentar o ciclo vicioso de grandes empreendimentos na Amazônia, uma espécie de “efeito ouro de tolo” no qual certos ganhos pessoais são vendidos como progresso coletivo.

A espoliação direta é aquela que se realiza sem a plena aceitação do outro, possível pela submissão forçada, coação ou pressão. Apesar de existirem os constrangimentos, ela não se dá à margem da lei, já que ocorre a partir de instrumentos como o Decreto de Utilidade Pública (DECRETO-LEI Nº 3.365, 1941) que dentre outras formas de intervenção, pode ser utilizado para se promover desapropriações no caso de construção de reservatórios de hidrelétricas, de centrais de geração e de linhas de transmissão. Além da despossessão, com saída de pessoas das áreas de interesse previstos no projeto (margem dos rios, casas de força, canais, reservatórios etc.) impõe-se, para os que ficaram, alterações drásticas no modo de vida, a exemplo do povo Juruna em relação à determinação do “hidrograma de consenso”. A espoliação direta é, então, a forma mais antiga e recorrente de subordinação ao capital, que ainda persiste como essencial ao projeto de dominação espacial no século XXI.

Concebemos que essas três estratégias, agindo em conjunto no processo de instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos como o de Belo Monte, acabam por subordinar não apenas os espaços em que se instalam, mas retroalimentam diferentes ciclos de grandes projetos em vários lugares. É, por conseguinte, uma lógica de reprodução que integra continuamente os espaços que são fronteiras dos hidronegócios, como a região Amazônica, às áreas de maior densidade técnica onde se intensifica a exploração da força de trabalho. Desse modo, conhecer as diferentes estratégias de dominação espacial é evitar sucumbir ao caráter ideológico desses grandes projetos e às amarras do grande capital.

## 2. Os exilados do rio: as remoções urbanas e os RUC

*As pessoas tão acostumadas aqui. É bagunçado, mas é aqui mesmo, no meio desse bairro de ponte em cima da água que o pessoal tá acostumado, cada um na sua casinha, cada um no seu cantinho. A mudança pra mim vai ser muito diferente, vai ser complicado. [...]*

*(Entrevistada da Rua das Olarias, 2013)*

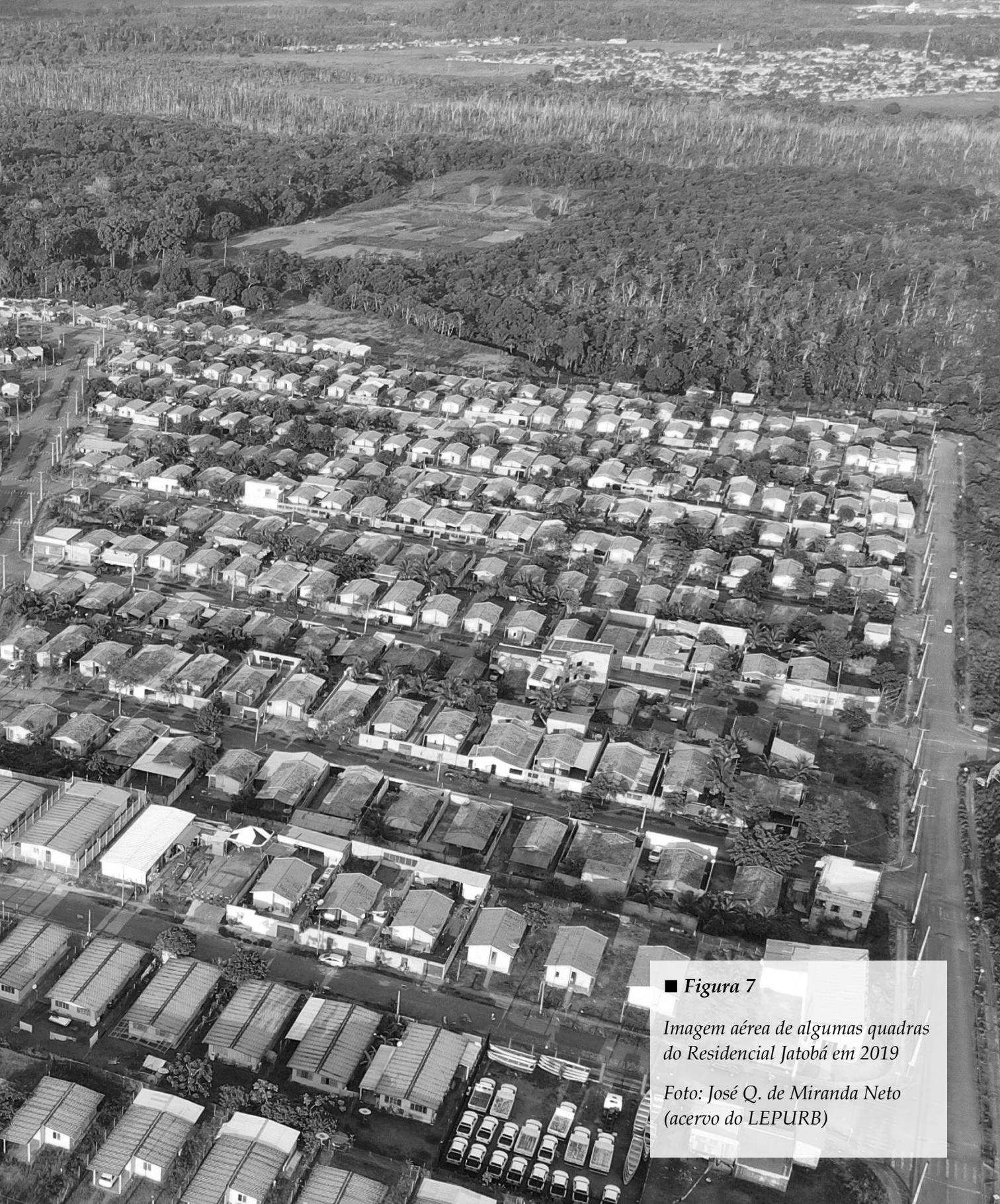
Com a instalação da UHBM, emerge na cidade de Altamira uma nova espacialidade urbana: o Reassentamentos Urbano Coletivo (RUC). Trata-se de um componente diferente de todos os que se já estabeleceram nesta cidade, pois ao mesmo tempo em que se manifesta como uma das formas-conteúdo representativas do grande empreendimento, traz em si as marcas e contradições evidentes nas periferias amazônicas. Neste capítulo, apresentamos os principais processos que envolvem a produção dos RUC e analisamos os mecanismos desenvolvidos pelos diferentes agentes: Norte Energia, Prefeitura de Altamira, proprietários fundiários e sujeitos atingidos na produção e (re)definição dessas espacialidades.

Para tanto, começamos a partir do debate sobre a criação da ADA Urbana, uma área definida pelo empreendimento hidrelétrico nas proximidades dos rios/igarapés urbanos que foi desapropriada pela Norte Energia. Depois, tratamos sobre os residenciais destinados aos reassentamentos urbanos na cidade de Altamira e as transformações espaciais decorrentes. Por último, abordamos sobre o significado das remoções urbanas e o papel histórico que essa prática assume na cidade capitalista, que remete à “higienização social” e à valorização do solo urbano na área central, do mesmo modo que transfere parte da população assalariada para áreas mais distantes da cidade, levando consigo antigos e novos problemas sociais.



Voltar ao  
sumário





■ **Figura 7**

*Imagem aérea de algumas quadras do Residencial Jatobá em 2019*

*Foto: José Q. de Miranda Neto  
(acervo do LEPURB)*

## 2.1 Os acolhidos pelo rio: ocupações urbanas e a Área Diretamente Afetada

Ao longo de seu processo de ocupação, a Região Amazônica incorporou o papel preponderante dos rios como componente essencial à vida de sua população. Pelo menos até o final da década de 1970, o modo de vida de grande parte da população da Amazônia se dava prioritariamente à beira-rio, compondo vilas e cidades situadas entre a várzea e a terra firme. Tal forma de organização produziu formas urbanas adequadas aos contornos da natureza, composta por uma arquitetura vernacular que inclui palafitas, casas flutuantes e elementos produzidos, em geral, com uso de madeira e outros materiais disponíveis no local. Essas tipologias são representativas de uma organização que se estabeleceu ao longo de um lento processo de adaptação da população migrante no interior da região.

A cidade de Altamira-PA se inseriu em um contexto de exploração econômica mais ampla apenas ao final do século XIX, durante a economia da borracha. Como entreposto estratégico à produção extrativista, o pequeno assentamento populacional criado entre o Rio Xingu e uma estrada de varação<sup>2</sup> se constitui como cidade-sede do município de Altamira<sup>3</sup>. Na década de 1960, tem-se o momento de decadência geral da economia gomífera e, paralelamente, o Estado começa a articular as ações do Programa de Integração Nacional (PIN), a partir de um forte incentivo à migração sob a promessa de apoio técnico e financeiro, a exemplo do “urbanismo rural” (BECKER, 1985). Com esse processo de ocupação, tem-se a relativa ruptura dos padrões de povoamento anteriores, na qual algumas das antigas cidades ribeirinhas se tornaram mais complexas e modernas e outras acabaram por “dar as costas” ao rio, privilegiando os novos eixos de circulação baseados na estrada.

Nesse contexto, a cidade de Altamira se tornou um importante centro de suporte aos projetos de colonização, de modo que cumpriu a função de uma *rurópolis*. Na segunda metade da década de 1970, entretanto, a política de urbanização rural foi deixada de lado pelos militares, culminando em um movimento migratório do campo para a cidade. Em apenas uma década a população urbana cresceu em cinco

No contexto da colonização dirigida, o governo militar planejou o um sistema urbano hierarquicamente definido, composto de três níveis: as Agrovilas (menor unidade urbana, essencialmente residencial), as Agrópolis (pequeno centro-urbano e administrativo) e as Rurópolis (o centro principal de uma comunidade rural). Cidades já existentes como Altamira-PA cumpriram a função de uma Rurópolis, centralizando os demais centros urbanos (BRASIL, 1972).

2. Como eram designadas as estradas que faziam a passagem dos produtos extrativistas em locais em que a circulação hidroviária era difícil ou inviável.

3. Desmembrado do extinto município de Souzel, em 1911.

vezes, saltando de 5.374 habitantes em 1970 para 26.911 em 1980. Esse aumento populacional expressivo se deu por consequência do “fechamento da fronteira agrícola” (BECKER, 1985), uma tendência de redução no ritmo de incorporação de novas áreas à atividade produtiva regional.

Com efeito, Altamira se tornou um ponto de confluência dos processos migratórios, consolidando um papel de centralidade regional e, conseqüentemente, ampliando os problemas sociais e ambientais na cidade. A partir de então, tem-se a expansão de assentamentos espontâneos localizados em áreas próximas ou no próprio leito dos igarapés Altamira, Panelas e Ambé, periodicamente sujeitos às inundações causadas pelas cheias do Rio Xingu.

Entre as décadas de 1970 e 1980, vários estudos como os da Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU) e da Secretaria de Planejamento do estado do Pará (SEPLAD) tratavam de como a cidade não estava preparada para o elevado contingente populacional que a ela se destinava, destacando a necessidade de construção de infraestruturas básicas de saúde, educação e saneamento. Em documento, a SEPLAD especifica as condições observadas:

Nas áreas marginais do Igarapé Altamira, a forma da ocupação se faz de maneira intensa, com habitações praticamente geminadas. Aí, o padrão construtivo decai, ocorrendo inclusive, o surgimento de palafitas, que devido à falta de instrumentos controladores do solo urbano e a inexistência de áreas apropriadas para a transferência da população aí residente, tende a se agravar. (PARÁ, 1981, p. 32).

Na época, uma das instituições que tomou a frente na tentativa de abrigar as populações que vinham do campo foi a Prelazia do Xingu, uma circunscrição territorial da Igreja Católica criada em 1934. Na ocasião, os padres organizaram o assentamento de migrantes no eixo norte da cidade, em terras da Prelazia no perímetro do Igarapé Ambé. O Padre Frederico Tschol foi responsável por organizar o loteamento Nossa Senhora da Aparecida (LOTAP), como recordou em entrevista realizada em 24 de março de 2016:

*Todos os bairros nasceram com o fluxo do povo que chegou de fora e não conseguiu meio de vida, então, se colocaram aqui [...]. E a pobreza cresceu com isto, então nós abrimos o loteamento Aparecida, toda essa grande área além do Igarapé, hoje bairro Brasília, era área da Prelazia (Frederico Tschol, 85 anos).*

Tratava-se de mais de mil lotes urbanos, organizados para aquisição por parte da população a preços baixos, pagos em parcelas mensais, sendo que os recursos eram utilizados inteiramente para suprir os custos do loteamento. Não se tratava de uma área de alagamento, pois foram realizados levantamentos topográficos a fim de que os lotes não avançassem em direção ao leito do Ambé. Ainda assim, a população passou a ocupar áreas que adentravam à extensa planície periodicamente inundada pelo igarapé, estendendo-se para além do que havia sido proposto no projeto da Prelazia. Tal área, pela proximidade em relação ao loteamento oficial, foi denominada informalmente de “invasão dos padres”.

Essa ocupação se somava a várias outras localizadas em Altamira, como Baixão do Tufi, Açaizal, Prainha e Rua das Olarias, situados entre o centro da cidade, a orla e os Igarapés Altamira e Ambé. As habitações que se estabeleceram nessas áreas reproduziram o padrão de construção ribeirinho, caracterizados por residências construídas sobre palafitas e os acessos se davam por meios de extensas passarelas de madeira. Em geral, tratava-se de assentamentos desprovidos de infraestrutura para o abastecimento de água e ausência de rede de esgoto, além da irregularidade das vias e com a maioria dos lotes não legalizados.

Apesar de o padrão de construção ser representativo das formas ribeirinhas, os conteúdos passaram a ser diversos, pois as atividades realizadas eram bem mais ligadas ao terciário urbano e nem sempre estabeleciam uma relação intrínseca com o rio, tendo um contexto de fluvialidades fragilizadas, como argumentam Miranda Neto e Mendes (2022). A contradição, nesse caso, ocorre pela quebra de vinculações *in situ*, uma vez que o rio perde sua prioridade como condutor das relações sociais, ainda que as pessoas nele estabeleçam suas moradias.

Porém, mesmo acuado, o vivido jamais prescindia das relações com o rio, sobrevivendo enquanto (re)existência.

No que tange às intervenções por parte do Estado, nota-se uma deficiência histórica quanto ao estabelecimento das famílias na cidade de Altamira. De acordo com o Estatuto das Cidades (Lei Nº 10.257/2001), o processo de “favelização” é um dos principais problemas identificados em periferias urbanas e está diretamente ligado ao uso irregular do solo urbano, uma vez que se trata das áreas que, por conta da pressão do mercado imobiliário nas grandes e médias cidades, acabam sendo utilizadas como alternativa de acesso à cidade por populações de mais baixa renda. Essa realidade é apontada por Maricato (2015), quando afirma que:

A habitação dos trabalhadores não é problema para o capital e, na maior parte das vezes, nem para o Estado. Por isso, os bairros de moradia dos trabalhadores são construídos por eles mesmos, nos seus horários de descanso (“autoconstrução”). E, também por isso, as favelas fazem parte do processo de reprodução da força de trabalho formal (MARICATO, 2015, p. 20).

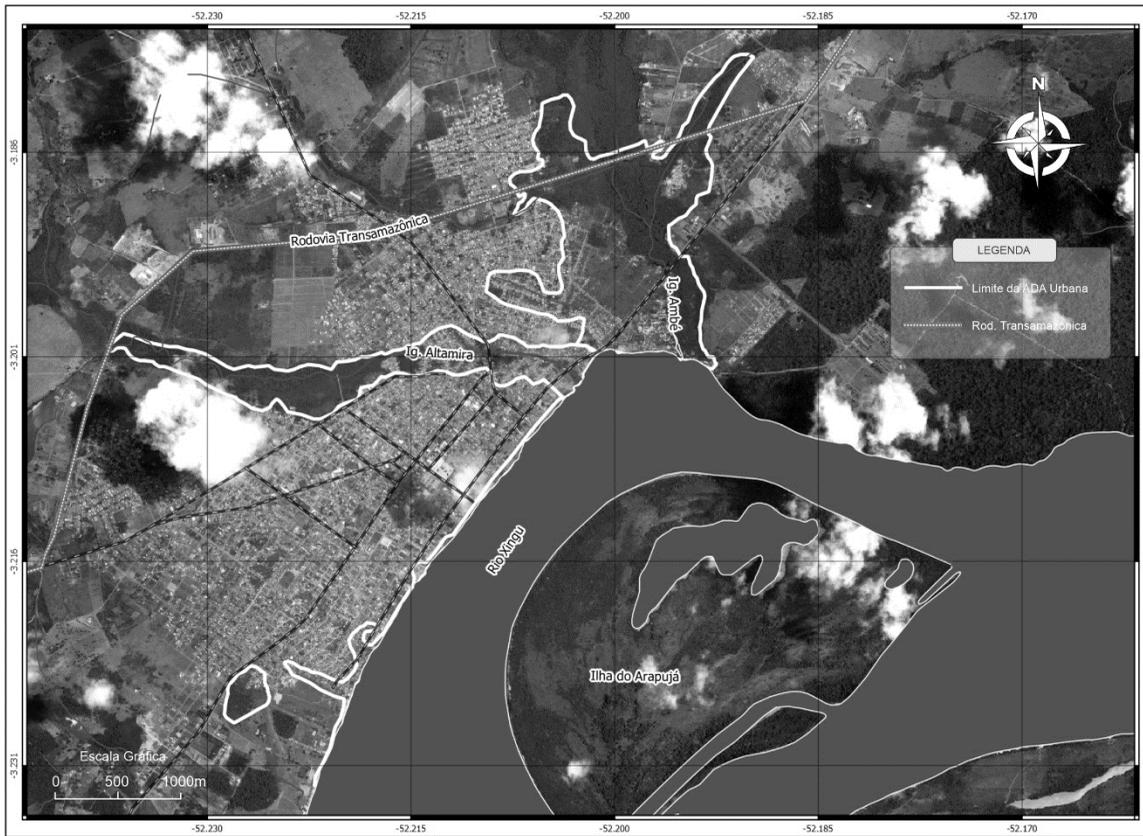
Pelo menos até 2012, nenhum projeto importante de habitação foi desenvolvido em Altamira e pouco se fazia no sentido de conter o avanço populacional no leito dos rios/igarapés. Tal constatação torna a mudança que se opera a partir de Belo Monte ainda mais contraditória, pois rapidamente o antigo discurso de ausência de recursos e de incapacidade de operar a mudança por parte do Estado desliza para o campo do “risco social” e da “habitação precária”. Suscita-se, de instantâneo, a premente necessidade de remoção urbana, como se houvesse uma legítima preocupação com a vida das pessoas naquela área. Para isso, os operadores do projeto conceberam a Área Diretamente Afetada Urbana (ADA Urbana), a partir da qual a narrativa da inoperância histórica é substituída pela urgência operacional da “requalificação urbana”.

A ADA Urbana representa a concepção de atingido baseada no **polígono do empreendimento**, uma unidade física rigidamente delimitada a partir da cota de 100 metros acima do nível do mar. Os domicílios contidos nessa área apresentavam, em geral, condições de habitabilidade que se assemelham às ocupações irregulares em grande

*A ideia de “polígono do empreendimento” foi prevista no decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010, que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica. Para os representantes de alguns movimentos sociais e do Painel de Especialistas (coletivos de cientistas independentes), essa delimitação nunca esteve em acordo com suas previsões.*

parte da Região Amazônica.

Vale ressaltar que esse foi um dos primeiros elementos de contestação dos atingidos representados pelo MAB, que viram nessa delimitação uma possível estratégia de exclusão de uma parte dos atingidos no perímetro urbano de Altamira (ver Figura 8).



■ **Figura 8**  
Mapa da ADA Urbana, definida a partir da cota de 100 metros acima do nível do mar.

Fonte: Miranda Neto (2021)

Para se entender a realidade das pessoas que viviam na ADA, alguns dados se fazem necessários. Em relação ao esgotamento sanitário, do total de 5.241 famílias localizadas na área afetada, apenas 54 apresentam fossa séptica, 2.706 possuem fossa rudimentar, 1.176 estão ligadas a uma vala negra e 518 não possuem nenhum tipo de instalação (NORTE ENERGIA, 2013). Nestas áreas, havia também alta densidade

habitacional, com média de 20,07 unidades por hectare, conforme aponta a Tabela 1.

TABELA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ADA URBANA - 2013

ADA	Hectare	Residentes	Não residentes	Entidades	Total de lotes	Densidade habitacional*
Orla	26,00	55	46	6	107	4,12
Igarapé Panelas	11,00	372	247	23	642	58,36
Igarapé Ambé	238,90	2532	1213	81	3826	16,02
Igarapé Altamira	112,20	2282	787	146	3215	28,65
TOTAL	388,10	5.241	2293	256	7790	20,07

Fonte: Dados Norte Energia (2013) e levantamento cartográfico.

\* Em unidades habitacionais por hectare.

A zona mais extensa da ADA, que compreendia partes dos igarapés Altamira e Ambé, estendia-se às áreas mais próximas ao centro histórico e contíguas ao centro comercial (ver Figura 3). Não por acaso, aí se estabeleceu a ocupação mais densa, classificado pelo IBGE como **aglomerados subnormais**. Devido a essa localização, o caráter de periferia urbana se aplica apenas em parte, pois os deslocamentos eram curtos e acessíveis a pé em relação aos pontos mais acessados da cidade, como a orla, a feira e o mercado, tornando-se um fator de redução dos custos de transporte. Como afirma Cardoso (2008, p. 180): “quanto mais pobre a população, mais ela necessita de boa acessibilidade, preferencialmente em localizações próximas ao centro da cidade”.

Ao se tratar do tema ocupação/remoção, alguns cuidados são necessários sob pena de se manter o debate apenas no âmbito reflexivo. No contexto da cidade capitalista, as ocupações urbanas representam uma estratégia de acesso à cidade por parte da população trabalhadora, na qual o valor de uso da moradia é o componente fundamental. Por essa lógica, a alta densidade habitacional, a autoconstrução da moradia e, sobretudo, a ocupação em área irregular no leito dos rios/igarapés são compensados pela maior acessibilidade em relação aos pontos de interesse da cidade, como o centro comercial, hospitais, postos de saúde, escolas, praças etc. Para além disso, a ausência de im-

*Aglomerados subnormais são os setores urbanos que se caracterizam pela ausência de títulos de propriedade, irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes, além de carência de serviços essenciais, como: rede de água, coleta de lixo, rede de esgoto, energia elétrica e iluminação pública (IBGE, 2010)*

postos e tarifas (como de energia elétrica) ajudavam a reduzir a pressão sobre os salários, ainda que isso sacrificasse a salubridade das habitações.

Alguns componentes da desigualdade urbana fizeram de Altamira um receptáculo dessas habitações. Com a chegada da massa populacional do campo, a população se deparou com o subemprego, os baixos salários e o alto preço do solo urbano. Como estratégia de sobrevivência, nesses assentamentos os habitantes reduzem ao máximo o número de cômodos, apertam-se em ambientes pequenos e, não raro, constroem anexos para finalidade de aluguel, visando a complementação da renda. Internamente às ocupações, criam-se relações de sociabilidade e cooperação, como no caso da “Invasão dos Padres”, onde pelo menos uma vez por ano os moradores precisavam se antecipar aos alagamentos e reconstruir as estivas (passarelas de madeira) que faziam o acesso às casas, recorrendo-se aos mutirões e ao trabalho em grupo. No verão amazônico (entre julho e dezembro), essa estrutura era removida e a planície do Ambé revelava os caminhos secos, inclusive com ruas trafegáveis por veículos, como se pode verificar na Figura 9.

No processo de remoção, as áreas que compõem a ADA passaram a ser tuteladas pela Norte Energia, sobretudo quando da execução do cadastro socioeconômico. A partir de 25 de janeiro de 2013, os moradores se surpreenderam com uma placa afixada em vários pontos de seu bairro, que alertava: “Atenção. Não construa. Essa área será reurbanizada. Consulte o plantão social”. Tratava-se do procedimento oficial denominado “congelamento”, pois uma vez finalizado o cadastro social, quaisquer benfeitorias realizadas seriam desconsideradas para fins de indenização. Por um longo período, os moradores ficaram sem realizar as manutenções em sua habitação e, inclusive, deixando de recompor as estruturas que dariam acesso às casas no inverno, o que causou outros episódios de famílias desalojadas.

■ **Figura 9**  
Perfil de uma via em período seco no leito do Igarapé Ambé. Nota-se, à esquerda, um veículo abaixo de uma residência.



Fonte: Miranda Neto (2013)

Em 2013, após a finalização do cadastro socioeconômico, realizamos uma entrevista semiestruturada em quatro áreas que integram a ADA: o Baixão do Tufi, o loteamento Aparecida, a orla de Altamira e a Rua das Olarias. Na ocasião, um morador do loteamento Nossa Senhora da Aparecida, nas proximidades do Igarapé Ambé, questionou a respeito da possível inundação relacionada à cota 100, assim como as expectativas após a remoção, como afirma:

*Eu acho errado, porque na altura que eles dizem, na cota 100, isso aqui não alaga. Na cota 100 que eles marcaram, que vai ficar lá na imediação do cais isso aqui não alaga. É errado eles tirar essas pessoas todinhas daqui. [...] Vai mudar pra pior, devido as escolas dos meninos vai ficar muito longe. O hospital vai ficar longe, aliás tudo, comércio, tudo (Entrevistado 5 do Bairro Aparecida, 8 de agosto de 2013).*

No bairro Nossa Senhora da Aparecida e na orla de Altamira (margem do Rio Xingu), dois moradores que possuíam comércios se preocupavam com a situação de suas atividades após a iminente mudança de local, os quais relataram, respectivamente:

*Eu tenho que saber pra onde é que o pessoal vai né, onde vai botar esse pessoal daqui do Baixão. Até hoje ninguém tem decisão nenhuma de onde vai botar, porque aqui é meu ponto de comércio. Aqui é alugado, eu pago 330 reais por mês. Aí tem que ver se tem direito de ganhar ou não, se tem direito de ganhar alguma coisa (Entrevistado 6, do Bairro Aparecida, 8 de agosto de 2013).*

*Pra mim, pra minha mãe e pra todo mundo que mora [aqui] acho que vai ser pior né [...] minha mãe aqui em cima trabalha com restaurante, aí então vai ser obrigado ela fechar. Então eu acho assim que é pior né (Entrevistada 12, da Orla de Altamira, 26 de julho de 2013).*

Uma moradora da Rua das Olarias, área situada no leito do Igarapé Ambé, questiona a respeito das indenizações, revelando uma intervenção do Ministério Público Federal (MPF) na tentativa de aumentar o valor oferecido pela Norte Energia:

*Pelos últimos comentários né, teve a intervenção do Ministério Público, então acho que eles estão agindo de má fé na verdade (...). Certo que aqui as casas não têm nenhum valor legal pra venda, mas é o lugarzinho que todo mundo já reside né. E eles querendo pagar trinta mil por terreno já não dá pra comprar nem outro terreno em outra localidade. Agora com a intervenção do ministério [MPF] vai pra 60 mil o valor do terreno. Da Norte Energia eu não concordo, mas com intervenção do ministério público vai ser uma coisa justa né? Não é pelo valor que vale, porque [inaudível] não tem valor né, mas é o transtorno da pessoa estar conquistando outro espaço. Tem um custo né (Entrevistada 3, da Rua das Olarias, em 16 de agosto de 2013).*

Ao se referir ao local de residência como algo que “não tem valor”, a moradora em questão demonstra um caráter evidenciado por Harvey (1982) de que, para a classe de trabalhadores, a ênfase da moradia é dada ao “valor de uso”, isto é, ao atendimento de suas necessidades. A disputa, entretanto, girava em torno dos baixos valores impostos pela

Norte Energia no **Caderno de Preços** e da impossibilidade de conseguir um terreno ou casa equivalente em uma circunstância do mercado que, à época, fazia-se impraticável devido à alta especulação imobiliária. Tal processo revelava, então, a geometria complexa entre o Estado e a Norte Energia numa cidade que, a essa altura, já estava controlada pelos promotores imobiliários em busca de ampliar cada vez mais o “valor de troca” dos terrenos.

Entre 2014 e 2015, ocorreu o processo de remoção das famílias, a partir do Programa de Reassentamento Urbano desenvolvido pela Norte Energia. Ao passo que a população era retirada da área, procedia-se a derrubada das casas e nos locais afixavam placas com os dizeres: “Propriedade particular. Não Entre. Área protegida conforme Declaração de Utilizada pública” (ver Figura 10).

Esse processo, entretanto, não ocorreu sem resistência. Como denunciou o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) no dia 15 de abril de 2015, quando algumas famílias do Baixão do Tufi resistiram por uma semana contra a demolição das casas por parte da Norte Energia (MXVPS, 2015). Nesse período, os despejos ocorriam de forma compulsória, inclusive com uso da força policial.

Uma parte da população que residia na ADA Urbana foi reassentada em loteamentos padronizados, construídos especificamente para essa função, denominados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC). Houve, portanto, uma substituição quase por completa do padrão residencial ribeirinho em áreas urbanas por casas planejadas sob a ótica do empreendedor hidrelétrico.

Em razão das condições anteriormente citadas, a simples remoção e a melhoria nas condições de habitabilidade não representam, por si só, a solução para os problemas que afligem as classes mais pobres. Como afirmou Abelém (1988) em seus estudos sobre o Programa de Recuperação das Baixadas (PRB) em Belém-PA na década de 1970 “sem questionar o sistema, procura-se eliminar alguns sintomas incômodos [...]. Como é de se esperar, as medidas visando sanear esses sintomas, sem atingir suas origens, tem apenas efeitos paliativos” (ABELÉM, 1988, p. 20). Em geral, o Estado e os planejadores descartam

*O Caderno de Preços é o documento que contém os elementos necessários para avaliar os terrenos urbanos, edificações e benfeitorias interferidas pelas obras da UHE Belo Monte na Cidade de Altamira, produzido pela Norte Energia em maio de 2013.*

as relações mais complexas que envolvem a questão da moradia e ressaltam o aparente, o incômodo do mau cheiro, das condições sanitárias, da deterioração das construções etc., colaborando na defesa dos interesses dominantes.



■ **Figura 10**  
Área de uma casa removida no leito do Igarapé Ambé.

Fonte: Miranda Neto (2014)

Tal condição permitiu a elaboração de uma dupla estratégia por parte daqueles que planejam e organizam a cidade. A primeira estaria relacionada às *ideologias de redenção* suscitadas no Capítulo 1 desse livro, que elabora o argumento falacioso de que a remoção, a indenização e o conseqüente reassentamento dessas pessoas estariam promovendo o desenvolvimento social e a qualidade de vida apenas por conta da alteração de seu local de residência. A segunda estratégia é subjacente ao discurso anteriormente exposto e remete à tática de higienização das áreas centrais, produzindo o embelezamento e a

“requalificação” de espaços anteriormente excluídos da intervenção pública no tocante à habitação<sup>4</sup>.

Na seção seguinte, o foco será direcionado ao RUC como espaço de chegada, dos problemas recorrentes e formas de readaptação da vida após a mudança dos locais de residência.

## 2.2 Os RUC: do exílio coletivo às (re)existências do viver

Antes de adentrar, especificamente, aos processos que envolvem os loteamentos urbanos construídos pela Norte Energia, é importante ressaltar que algumas propostas foram concebidas no Plano Básico Ambiental (PBA, Vol. III, Tomo 1) e, inclusive, sugeridas para o objetivo do reassentamento, a exemplo das alternativas de habitações geminadas, multifamiliares e/ou verticalizadas em áreas de maior declividade, em semelhança às produzidas em Manaus no projeto PROSAMIN<sup>5</sup>. Tal solução se articulava à ideia de se produzir habitações integradas à malha urbana já construída em Altamira, evitando longos distanciamentos e, de igual maneira, impedindo a produção de paisagens monótonas e repetitivas como as que se manifestam em grandes centros urbanos. A proposta de expansão urbana concebida pelos planejadores no PBA, no entanto, sequer de longe se concretizou.

Em princípio, foram selecionadas 15 áreas dentro do perímetro urbano de Altamira com potencial para preencher os vazios urbanos e conectar os novos bairros à malha existente. Porém, a demora em realizar a legalização dos terrenos fez com que o mercado imobiliário se antecipasse com seus novos loteamentos urbanizados, ocupando uma parte dessas áreas. Houve, inclusive, disputas e barganhas de proprietários tradicionais de Altamira em relação aos valores propostos para aquisição de terrenos por parte da Norte Energia, na tentativa de inflacionar propositadamente o solo urbano. Tal estratégia, associada a outras relacionadas à presença do grande empreendimento na região (como locação de casas e hotéis), tornou a cidade de Altamira um dos locais mais caros para habitar na Amazônia, notadamente entre 2013 e

4. O tema da requalificação será evidenciado com maior detalhe no Capítulo 3 deste livro.

5. Referimo-nos ao Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, iniciado em 2006, que incluiu a execução de obras ambientais, urbanísticas e habitacionais na cidade de Manaus-AM.

2016.

Apenas a partir de 2013 começa o processo de seleção e aquisição das áreas, da construção dos sistemas que integram o loteamento (saneamento, água, energia etc.) e, finalmente, das residências destinadas aos atingidos. Devido à demora na entrega dos imóveis e em função das cheias do Rio Xingu, em 2014 alguns moradores desabrigados chegaram a ocupar o RUC Jatobá ainda em processo de construção, evidenciando uma condição na qual o déficit habitacional contrastava com a oferta de milhares de lotes urbanos por empresas incorporadoras. De acordo com Miranda Neto (2016), contando apenas as seis maiores empresas do ramo imobiliário, chegaram a ser ofertados mais de 28 mil lotes urbanos entre 2014 e 2016. Enquanto, por um lado, parte da população se abrigava em tendas e dependia de doações por conta dos alagamentos, por outro a cidade de Altamira se tornava um grande negócio em função da exploração da renda do solo urbana por parte de agentes capitalizados.

Ao longo desse processo, a Norte Energia organizou reuniões junto aos representantes dos atingidos que definiram questões como o tamanho dos terrenos, as localizações e a tipologia das residências. Em algumas dessas ocasiões, participamos como convidados institucionais e podíamos presenciar os técnicos da empresa que exibiam os novos bairros em telas de *datashow* e em representações 3D, bem como suas técnicas “inovadoras” de construção em concreto injetado. Essa virtualização baseada na imagem ajudou a concessionária de Belo Monte a promover o controle necessário à concretização do empreendimento. Tal forma de exposição, a nosso ver, ocorre bem ao estilo da “sociedade do espetáculo”, na qual, segundo Debord (1967, p. 16): “a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, e retoma em si própria a ordem espetacular dando-lhe uma adesão positiva”.

Apenas a partir de 2015 tem-se a movimentação mais forte de mudança para os novos loteamentos. Ao todo, foram construídos seis residenciais para a finalidade de reassentamento urbano. Por questionamentos apresentados pela FUNAI, pelo Ministério da Pesca e pelo

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no final de 2014 a Norte Energia iniciou a negociação de mais uma área para o reassentamento de famílias de indígenas citadinos de várias etnias, incluindo Xipaia, Kuruaia, Juruna e Kayapó, além de pescadores e moradores da ADA do Igarapé Pannels e da orla da cidade. Em princípio, esse último loteamento foi denominado “Pedral” e posteriormente batizado de “Tavaquara”, nome que faz alusão ao primeiro assentamento Jesuíta na região da Volta Grande do Xingu. A Tabela 2 apresenta alguns dados de lotes e residências dos RUC e da Vila Residencial de trabalhadores presentes em cada loteamento.

TABELA 2 - ÁREAS DE REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO (RUC)

RUC	Nº de Lotes (Estimativo)	Residenciais RUC	Vila Residencial de trabalhadores
<i>Jatobá</i>	1244	1230	14
<i>São Joaquim</i>	1038	932	106
<i>Casa Nova</i>	452	452	-
<i>Água Azul</i>	806	806	-
<i>Laranjeiras</i>	599	599	-
<i>Pedral (Tavaquara)</i>	150	150	-
<b>TOTAL</b>	<b>4289</b>	<b>4181</b>	<b>120</b>

Fonte: Norte Energia (2013) e Trabalho de Campo (2021)

Não houve uma diversidade no padrão construtivo das habitações, sendo escolhida uma tipologia única, de 63m<sup>2</sup> construída em terreno de 10x30m (300m<sup>2</sup>), compondo uma residência com dois quartos, uma suíte, banheiro social, sala de TV, sala de jantar, cozinha americana e área de serviço. Houve, também, outros dois modelos destinados às pessoas com deficiência, porém com características gerais semelhantes em termos de tamanho e estrutura.





■ **Figura 11**

*Perfil de casas alinhadas em um  
RUC na cidade de Altamira*

*Foto: Foto: A. M. Teixeira*

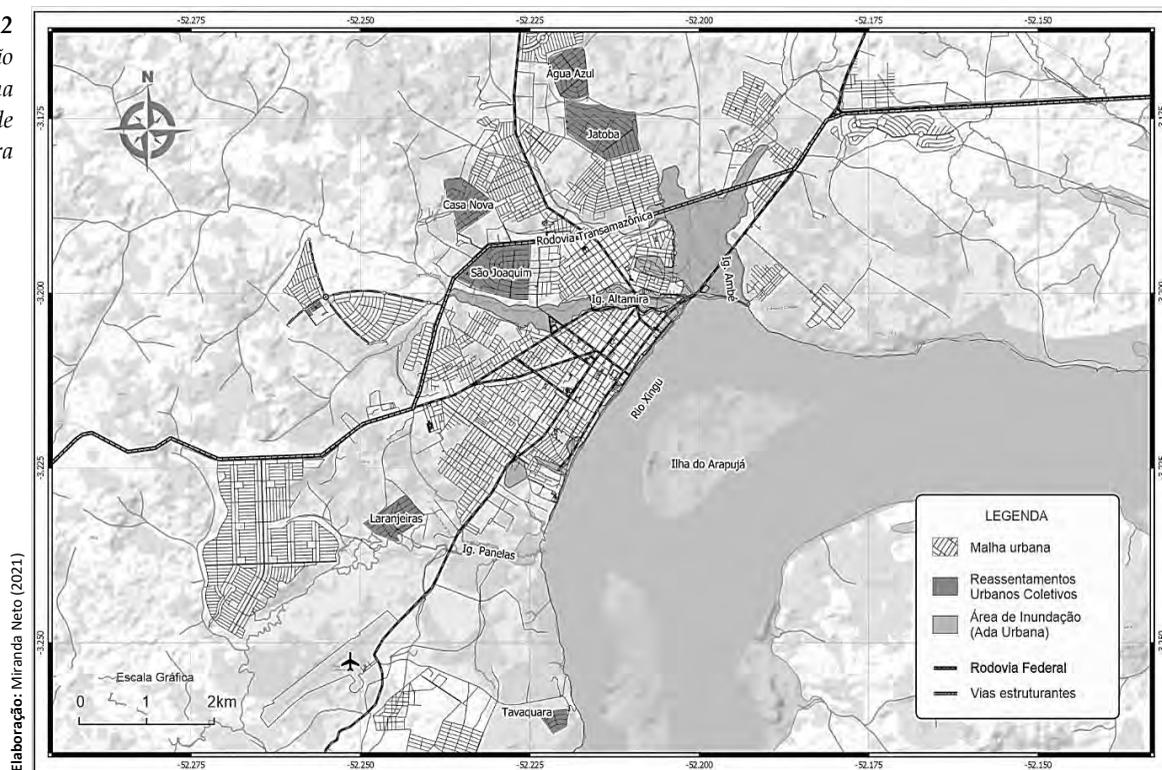
O material construtivo é de concreto injetado, no qual foram utilizadas fôrmas de metal como molde para as paredes, diferenciando-se do padrão construtivo local de alvenaria de tijolos. Essa iniciativa reduziu o tempo de construção, o número de trabalhadores e, certamente, os custos de produção para a empresa. No entanto, houve questionamentos por parte da população atingida, sobretudo por conta de fissuras nas paredes, de dificuldades de adaptações ao concreto e desconfiças em relação ao conforto térmico. Pequenos reparos e consertos eram impraticáveis para a população não acostumada a lidar com esse tipo de material, causando uma dependência direta de ações da Norte Energia. Essa dependência, aliás, estendeu-se a vários serviços relacionados aos RUC, causando um ciclo vicioso de amparo privado e profundamente assimétrico no que tange às relações de poder.

De um modo geral, o RUC, enquanto unidade urbana pensada no contexto de uma cidade pré-existente, com suas particularidades, formas, funções, relações de sociabilidade e de vizinhança se deu, pelo menos em princípio, sob uma lógica de pleno estranhamento. Em oposto ao que se propunha no PBA, concretizaram-se formas repetitivas, monótonas, de modo que ao se circular de veículo ou mesmo a pé se tem a sensação de estar no mesmo lugar, causando certa desorientação espacial. As pinturas diferenciadas, na tentativa de minimizar o caráter repetitivo dos loteamentos, parecem acentuar o caleidoscópio de cores e formas padronizadas.

O Mapa da Figura 12 apresenta os RUC e suas localizações na cidade de Altamira. Em tese, a Norte Energia se utilizaria de um critério de proximidade para transferir as populações atingidas pela inundação da barragem aos novos loteamentos, não superando a distância máxima de 2 quilômetros. Por essa configuração, a população que se encontrava no Igarapé Ambé seria direcionada aos RUC Jatobá e Água Azul e aqueles que residiam próximas ao Igarapé Altamira seriam transferidos para os RUC São Joaquim e Casa Nova. Os habitantes que residiam na ADA do Igarapé Pannels, por sua vez, seriam reassentados no RUC Laranjeiras. Os indígenas citadinos e os habitantes da orla de

Altamira, que dependem da atividade da pesca e de relações mais próximas com o rio, estão atualmente em processo de transferência para o loteamento Tavaquara.

■ **Figura 12**  
Localização  
dos RUC na  
cidade de  
Altamira



O critério de distância adotado pela Norte Energia faria, na teoria, uma certa equivalência<sup>6</sup> entre as áreas de origem e de destino dos moradores, mas ao se considerar os percursos reais em relação ao centro da cidade, tem-se uma diferença bem maior. Essa diferença não constitui um mero detalhe, pois ao se morar distante de onde se consome e se trabalha, os salários passam a ser proporcionalmente menores em função dos custos de deslocamento e do tempo que envolve esses percursos. Como argumenta Harvey (1980, p. 42): “as mudanças na forma espacial da cidade e nos processos sociais, que

6. Essa equivalência é, de fato, teórica, pois conforme consta no PBA em seu Vol. III, Tomo 1 se fez uma análise a partir de um raio abstrato, um centroide fictício que não considera os deslocamentos reais (sistema viário, constrangimentos espaciais e, mesmo, a topografia dos terrenos).

operam na cidade, provocam mudanças na renda do indivíduo”. Vale ressaltar que estamos tratando de populações originadas dos baixões, cuja renda já é bastante reduzida<sup>7</sup>, o que causa um impacto ainda mais expressivo.

Como grande parte dos reassentados é originalmente representada por trabalhadores do setor terciário, como comércio e serviços (GEDTAM, 2014), a ampliação das distâncias interfere diretamente no custo do deslocamento para a área central, que é o espaço que tende a absorver esse grupo de trabalhadores. A Tabela 3 define as distâncias aproximadas da ADA Urbana (antigo local de moradia) e dos RUC, ambos em relação ao centro da cidade, considerando os percursos reais (caminhos mais curtos).

Há, portanto, um aumento do tempo de trabalho (incluindo-se aí o tempo de deslocamento) em relação ao tempo livre. Com a alteração dos locais de residência dos habitantes da ADA Urbana para áreas afastadas do centro da cidade, é possível avaliar um relativo prejuízo para aqueles que são desprovidos de veículo particular e, mesmo, para os que possuem condução própria, sobretudo por conta da elevação do preço dos combustíveis após o golpe de 2016.

Para os que dependem de transporte urbano, a qualidade desse serviço é um dos problemas mais significativos na opinião dos moradores dos RUC. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), 65% dos entrevistados afirmaram que a mobilidade e o sistema de transporte público pioraram após a mudança para o RUC, o que refletiu na oferta de outros serviços que são ainda mais concentrados, como os serviços bancários (FVPP, 2017).

7. Conforme os dados por setores censitários do IBGE em 2010, a média de renda da população dessas áreas era de 100 a 500 reais (IBGE, 2010).

TABELA 3 - DISTÂNCIAS EM RELAÇÃO À ÁREA CENTRAL - ADA e RUC

<i>ADA (origem)</i>	<i>Distância da área central (km)*</i>	<i>RUC (destino)</i>	<i>Distância da área central (Km)</i>	<i>Variação (km)</i>
<i>Ambé</i>	2,7	Jatobá	3,5	0,8
		Água azul	5,4	2,7
<i>Altamira</i>	0,79	Casa Nova	3,9	3,2
		São Joaquim	2,4	1,7

<i>ADA (origem)</i>	<i>Distância da área central (km)*</i>	<i>RUC (destino)</i>	<i>Distância da área central (Km)</i>	<i>Varição (km)</i>
<i>Panelas</i>	3,2	Laranjeiras	5,2	2,0
<i>Orla, pescadores e indígenas</i>	1,6 (diverso)	Tavaquara	13,0	11,4
<i>MÉDIA</i>	2,07		5,5	3,6

\* Medição feita pelo Google Earth Pro, utilizando-se do caminho mais curto.

Fonte: Adaptado de Miranda Neto (2016).

Para os que se deslocam de bicicleta ou a pé, a situação é ainda pior. Apesar de as distâncias se alterarem em média 3,6 quilômetros após a mudança para o reassentamento, o que não seria uma grande distância em termos absolutos, não se pode dizer o mesmo da topografia dos terrenos. Por exemplo, o antigo morador do Baixão do Tufi, que antes estava praticamente ao nível do rio, agora precisa se elevar a 45 metros para retornar do centro da cidade ao loteamento Jatobá, atual local de moradia do reassentado.

Existe, igualmente, uma ampliação dos custos da nova residência, a exemplo dos valores relativos ao consumo de energia, já que, em geral, as ligações elétricas nas antigas moradias não eram oficiais (obtidas a partir de “gatos”) e essas despesas não impactavam diretamente na renda dos indivíduos. Como veiculou o *Jornal Estadão* em abril de 2016 “a conta de luz virou uma dor de cabeça para os moradores, que preferem vender os imóveis novos e procurar algo mais em conta, ou até voltar para um barraco” (*ESTADÃO*, 02/03/2016).

Por contrato, as residências não podem ser vendidas ou disponibilizadas em forma de aluguel. Na frente de cada um dos residenciais foi afixada uma placa da Norte Energia que alerta: “os imóveis desse reassentamento coletivo possuem restrições à venda e à cessão. Não comprem ou negociem os imóveis, sob pena de invalidação do negócio e perda dos valores investidos”. Ocorre, entretanto, um mercado paralelo de venda desses imóveis, inclusive ofertados em classificados online tanto para fins de aluguel, quanto para venda, com valores que variam entre 48 e 120 mil reais, o que constata a iniciativa de muitos moradores em se desfazer da residência do RUC. Percebe-se, então,

que ao ser indenizado, o reassentado é impossibilitado de utilizar, por vias legais, o imóvel enquanto valor de troca e, com isso, também é impedido de explorar a renda do solo contida nesta residência, restando como opção a comercialização irregular em valor abaixo do mercado.

Por essa lógica, adotamos a expressão “exílio coletivo” para se referir ao processo de remoção em Altamira, uma vez que a existência do RUC, enquanto uma das “modalidades” de indenização propostas em função de Belo Monte, não foi propriamente uma opção ao sujeito atingido pela usina hidrelétrica. As demais formas (dinheiro e carta de crédito) não eram, sequer de longe, equivalentes no contexto social de Altamira frente à forte pressão do mercado imobiliário. Trata-se, imperativamente, de uma remoção compulsória e sem possibilidades de se utilizar, por vias legais, do seu valor de troca.

A realidade dos RUC deixa evidente, mais uma vez, a face da desigualdade social na cidade capitalista, pois apesar de as residências possuírem melhores condições de habitabilidade, os rendimentos familiares e as suas condições de trabalho e emprego permaneceram as mesmas. Ademais, os custos relacionados à moradia são ampliados por conta das faturas de energia, água, IPTU etc., que devem ser arcadas pelos moradores. Como um processo associado à reprodução da vida, resta então a decisão de se desfazer do imóvel do RUC, adquirir outro terreno (possivelmente em área irregular) e utilizar o valor restante para suprir, pelo menos por algum tempo, as despesas familiares.

Por se tratar de um processo que envolve a remoção de pessoas que viviam em áreas próximas ao rio, muitas delas estabeleciam relações diretas que envolviam o trabalho, a exemplo da pesca e de outras atividades que movimentavam as áreas de porto, como construção/reparos de embarcações, vendas de alimentos, bares e prostíbulos. O rio e os igarapés também eram utilizados como forma de lazer, que envolviam as crianças e os adultos nos finais de semana em práticas diversas como banhos, conversas e festas. Havia, portanto, relações de sociabilidade mediadas pelo rio, ou seja, as populações que por ali mo-

ravam e circulavam proviam àquela forma conteúdos diversos e que, em função do afastamento forçado, deixaram de acontecer. Tal fenômeno, muito embora tenha suas especificidades por conta da instalação da usina hidrelétrica, não é inédito e se articula às práticas de segregação que ocorrem em várias cidades no Brasil, incluindo metrópoles como Belém-PA, que passou por diversos processos de reestruturação demarcados por essa separação da população mais pobre em relação ao rio. A esse respeito, Trindade Jr. (1998), ao analisar a transferência das populações das baixadas urbanas para os subúrbios em Belém, afirma que:

Quando ainda morador destas, sente uma de suas principais perdas que é exatamente a do rio que muitas vezes “comandou sua vida”, já que nas margens dos igarapés que cortam a cidade ele não pode mais usufruir desse recurso hídrico, seja para a sua alimentação, seja como via de circulação, ou mesmo como espaço de lazer” (TRINDADE JR., 1998, p. 48)

Na concepção do setor hidrelétrico, entretanto, esse conjunto de relações poderia ser substituído ou “compensado” pela existência de um loteamento planejado e provido de melhores condições de habitabilidade internas, mas isso não era suficiente. O RUC Laranjeiras anteriormente teria a função de abrigar a população com esse perfil ligado ao rio a partir de uma conexão pelo Igarapé Panelas, seguindo um curso sinuoso de aproximadamente 2,7 quilômetros que, em períodos mais secos, tornava a navegabilidade impraticável. Em função disso, surgiram os tensionamentos para a construção do RUC Pedral (Tavaquara), como aponta o relatório da missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) em relação à população atingida:

A aquisição da área Pedral deu-se após inúmeros embates dos indígenas com a Norte Energia, que insistia na desnecessidade de aquisição de nova área, uma vez que haveria o RUC Laranjeiras cujo acesso por água seria possível. Tanto o IBAMA como a FUNAI já haviam se posicionado sobre a insuficiência do RUC Laranjeiras para garantir o acesso ao rio. Portanto, no contexto em que a empresa deveria realizar a prospecção de novas áreas para um reassentamento, que garantisse a relação de grupos in-

dígenas e de pescadores com o rio, foi adquirida a área Pedral. Entretanto, o processo de remoção das famílias começou antes da construção do bairro Pedral, de modo que pescadores e indígenas estão hoje assentados provisoriamente nos RUCs gerais, distantes do Rio Xingu (CHDN, 2015)

Consideramos, então, que apesar de existir uma assimetria de poder entre a Norte Energia e os atingidos na área urbana, em que as decisões mais importantes são tomadas unilateralmente pela empresa, as tensões sempre se fizeram (e se fazem) presentes no processo de produção do espaço. O RUC Tavaquara é um resultado dessa dialética entre o concebido e o vivido na área de instalação do grande empreendimento, uma vez que uma parte daqueles que foram “exilados do rio” e que estão hoje em diferentes reassentamentos devem reestabelecer suas relações de proximidade com ele, ainda que não nas mesmas condições. Os processos que envolvem sua criação e ocupação são, inclusive, acompanhados por um grupo de trabalho (GT Tavaquara) que envolve a Defensoria Pública da União (DPU), Funai, Ibama e lideranças indígenas.

Situado a aproximadamente 13 quilômetros da área central da cidade, o RUC Tavaquara está finalizado e pronto a abrigar uma parte da população de atingidos. Trata-se de um espaço praticamente isolado do restante da malha urbana de Altamira (ver Mapa da Figura 6). Conectado pela estrada do Pedral, revela-se quase no encontro entre a floresta e Rio Xingu, uma clareira urbana em meio à vegetação que, não por acaso, remete-nos a um simulacro de aldeia (ver Figura 13).

Houve, inclusive, a alteração do Perímetro Urbano e da Lei de Bairros de Altamira especificamente para a inclusão dessa área. O reassentamento possui áreas de uso múltiplo e comunitário, centro tecnológico, centro cultural, barracão de barcos, mercado de peixes e feira. Possui, também, uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

■ **Figura 13**  
*Vista aérea*  
*do RUC*  
*Tavaquara*



Foto: Miranda Neto (2021)

Contudo, se antes as pessoas moravam na confluência entre o rio e a cidade, valendo-se tanto dos atributos relacionados ao rio quanto da dinâmica urbana, incluindo a maior proximidade em relação às atividades de comércio (feiras, supermercados, padarias, lojas diversas etc.) e estruturas de lazer (parques, praças, orla etc.), o caráter de segregação centro-periferia se tornou ainda mais expressivo. Nesse caso, mesmo reconhecendo a luta dos povos indígenas pela constituição de um território específico e sob condições diferenciadas, entendemos que se trata de uma solução que pode trazer certos desafios aos reassentados. Em princípio, pelo fato de uma localização não integrada ao tecido urbano reforçar o estigma da relação entre determinados grupos

sociais como sujeitos que deveriam estar restritos a espaços isolados ou específicos, como afirmam Alonso e Castro (2006):

Como uma experiência histórica particular, a vivência das famílias indígenas no espaço social e geográfico da cidade de Altamira parece ter favorecido a criação de vínculos e de sentimento de pertença que colocam em questão ideias sobre as sociedades indígena, arraigadas, de um modo geral, no senso comum, como a de índio localizado numa dada aldeia ou território (ALONSO; CASTRO, 2006, p. 200)

Ainda de acordo com Alonso e Castro (2006), antes de todo o processo decorrente de Belo Monte, havia necessidade de “construir e modificar olhares em relação às populações indígenas da Amazônia e, em particular, os que habitam a cidade de Altamira” (ALONSO; CASTRO, 2006, p. 202). Nesse caso, a dependência em relação a serviços complexos (como os de saúde e educação) e produtos mais raros e necessários aos indígenas sempre foi razão de deslocamento e fixação de residência na cidade. Diante disso, questiona-se como o RUC suprirá internamente essas necessidades e/ou como os gestores desse processo (Prefeitura de Altamira e/ou Norte Energia) contribuirão para esses deslocamentos frequentes. Até o ano de 2020, apenas 21 famílias se decidiram pela mudança para o reassentamento Tavaquara, deixando ainda em aberto como serão os processos de ocupação e utilização desse espaço residencial pela população.

As casas no RUC Tavaquara, apesar de possuírem estrutura semelhante à dos demais reassentamentos, possuem uma característica adicional: os muros no perímetro de cada terreno, além de varanda e portões. Tal característica apenas adiciona, de forma oficial, uma prática que já estava sendo evidenciada em quase todos os RUC. Ao analisar os processos de transformação desses residenciais, constatamos que uma das primeiras obras que os moradores fazem (senão a primeira) é a construção de um muro, separando os terrenos uns dos outros. Questões como a ampliação do índice de homicídios e a grande incidência de furtos nos RUC são qualificadores para a sensação de violência e instigam a necessidade de proteção, motivando não apenas a

fabricação de muros, mas o reforço geral da segurança das casas, problema que foi ampliado pela introdução da usina hidrelétrica no contexto social de Altamira.

■ **Figura 14**  
*Casa no RUC Tavaquara. A separação por muros tornou-se um padrão nesse reassentamento*



Seria imprudente, no entanto, afirmar que o RUC Tavaquara é um espaço literalmente segregado, uma vez que sua concepção segue outros termos que precisam ser criteriosamente analisados após o efetivo processo de ocupação – como, por exemplo, o acesso ao centro pelo próprio Rio Xingu. O que se pode dizer, em princípio, é que mesmo quando há tensões que resultam em soluções positivas para os grupos atingidos na área de instalação do empreendimento hidrelétrico, elas acabam acontecendo sob as regras e condições delineadas por aqueles que comandam a execução da usina de Belo Monte. Por exemplo, considerando que ainda existem propriedades privadas e grandes vazios

urbanos nas proximidades do rio e da cidade, por qual razão instalar um RUC em área tão distante? Nestes termos, o limite do possível para quem questiona as iniciativas da Norte Energia se restringe ao que seja “negociável”, isto é, certas concessões se tornam admissíveis sob a condição de que não comprometam a continuidade do grande capital, reforçando a tese das “ideologias de redenção” suscitadas no Capítulo 1 deste livro.

Considerando os reassentamentos de um modo geral, atualmente as famílias constituíram aquilo que denominamos de (re)existências do viver, adaptando os loteamentos às suas necessidades, construindo suas obras (muros, cercas e atividades de comércio local etc.) e, de certo modo, humanizando aquilo que foi produzido na frieza das formas repetitivas e monótonas. Aos poucos, os bairros se integram à cidade, não pela concepção distópica dos planejadores, mas pela prática real dos habitantes que constroem seus anexos nos quintais de suas residências, não raro combinando concreto e madeira. Uma parte da madeira utilizada nessas iniciativas de autoconstrução, por sinal, foi obtida pelo desmonte das residências antigas, compondo formas combinadas entre a casa de concreto, especificidade do RUC pensada do ponto de vista de quem planeja de fora, e a tradicional prática vernacular dos ribeirinhos e moradores urbanos amazônidas, sobretudo daqueles que viviam nas proximidades dos rios/igarapés. Em um caso específico, registramos uma casa de palafita construída no espaço entre dois terrenos no RUC São Joaquim (Figura 15).

Ainda que esteja localizada em uma área a mais de 45 metros de altura em relação ao curso d’água mais próximo. Ao fazerem isso, os moradores realizam uma representação do espaço a partir do vivido em outro tempo, isto é, constroem formas que remetem às práticas de viver à beira-rio, porém sem a presença física do rio. O rio, neste caso, parte do que é imaginado pelos sujeitos enquanto reminiscência, como fragmento da memória ou resíduo. Tal objetivação nos faz lembrar de entrevista recente realizada junto ao Prof. José Guilherme Magnani<sup>9</sup>, que relatou a respeito de um trabalho desenvolvido em Manaus sobre remoções em áreas periféricas, o qual ouvia entre os técnicos respon-

9. Refere-se à entrevista concedida por José Guilherme Cantor Magnani ao Laboratório de Estudos Populacionais (LEPURB) em 2020, disponível em: <https://www.lepurb.com.br/post/entrevistamagnani>

sável pela remoção que “é mais fácil tirar as pessoas da palafita do que tirar a palafita de dentro das pessoas” (MAGNANI, 2020, p. 19).

■ **Figura 15**  
Construção  
em palafita  
no RUC São  
Joaquim



Para concluir este capítulo, elencamos pelo menos quatro proposições centrais a respeito do processo de reassentamento em Altamira, olhando para as questões anteriormente apontadas no Capítulo 1 deste livro:

(i) Os processos de ocupação de áreas urbanas na Amazônia se deram em função das contradições históricas de projetos que excluíram parte da população mais pobre do campo e da cidade, resultando em muitos assentamentos precários em áreas de baixadas ou “baixões” como os que se desenvolveram na cidade de Altamira. O fato de a introdução de uma usina hidrelétrica constituir fator de mudança demonstra, em nível geral, que a preocupação se dá muito mais em

relação à imagem do empreendimento como promotor de um “desenvolvimento” desigual, porém devidamente estratégico para a continuidade do grande capital na Amazônia;

(ii) O processo de remoção que se deu em decorrência da instalação do complexo hidrelétrico de Belo Monte contribuiu ao processo de segregação de uma parte da população de menor poder aquisitivo em Altamira, afastando-os das áreas centrais e restringido suas possibilidades de mudança, culminando no que denominamos “exílio coletivo”;

(iii) A melhoria das condições de habitabilidade internas ao reassentamento, como a estrutura das casas, as vias pavimentadas e a instalação de sistemas de abastecimento de água e esgoto são vendidas como imagem de “desenvolvimento urbano”. Porém, ao reverberar essa ideia, os responsáveis pela hidrelétrica tentam nos fazer esquecer que os RUC também trouxeram custos que comprimiram a renda de grande parte das famílias, o que culminou em processos de abandono e negociação informal de muitos desses imóveis;

(iv) Ainda que a Norte Energia constitua como o agente promotor de grande parte das mudanças que alteraram a vida dos atingidos, esse processo não ocorreu sem resistências e tensionamentos, como os que resultaram na instalação do RUC Tavaquara. Existem, portanto, mudanças que decorrem dos conflitos e que se fazem apesar das condições impostas pela concessionária de Belo Monte. As lutas e organizações localizadas, ainda que não consigam operar descontinuidades ao movimento do grande capital, são fagulhas de (re)existências que nos dão esperança e acedem a chama de uma mudança concreta.

### 3. Do lazer como fábula ao lazer real: o plano de requalificação urbana

*Lazer tanto é distrair-se como ser distraído. Não esqueçamos de que vivemos na era da globalização, que tudo confunde e que ameaça conduzir-nos em meio à confusão, se não estivermos alertas ao dever da análise do mundo que nos rodeia.*

*(Milton Santos, 2000)*

Discutir o lazer à luz de um grande projeto como é o caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM) é tarefa complexa, pois nos remete a refletir a respeito dos condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais que se articulam a esse evento. A partir desse contexto das grandes obras, não raro o lazer passa ser valorado por instâncias do Estado como uma mera formalidade, em geral desconsiderando os conteúdos da ordem vivida.

Na análise feita por Starepravo e Bernabé (2018), os conteúdos do lazer estariam subsumidos a uma agenda formal, a uma espécie de burocracia estatal, culminando no que denominaram de presença ausente do Estado. Essa breve mediação teórica ambienta-nos no debate que ora se inicia. A princípio, na configuração técnico-jurídica de Belo Monte, o lazer constituiu-se como uma espécie de apêndice, uma dimensão de valor secundarizado, basta notarmos a extensão com que esse elemento é tratado no Plano Básico Ambiental (2011), que fora previamente aprovado por instâncias do Estado brasileiro.

As diretrizes contidas no Plano Básico Ambiental de Belo Monte revelam a sistemática adotada pela empresa concessionária de Belo Monte quando do trato com o componente lazer, restritas a três projetos específicos: a) Projeto de recomposição das praias e locais de lazer; b) Projeto de reestruturação das atividades produtivas de turismo e lazer; e c) Projeto de parques e reurbanização da orla (NORTE ENERGIA, 2011). Trata-se, pois, de uma dimensão pensada a partir de intervenções requalificadoras.



Voltar ao  
sumário

Requalificação urbana tem a ver com uma estratégia gestada na dinâmica da produção do espaço capitalista que visa transformar as formas e os usos de determinados espaços urbanos favorecendo um ambiente especulativo, sobretudo porque essas intervenções ocorrem próximos a locais de alto valor econômico, como sugere Serpa (2018):

É típico dos anos 1990, em especial nos Estados Unidos e em alguns países europeus, projetos de requalificação de waterfronts (áreas marginais a corpos d'água), o que inclui as orlas marítimas e fluviais de grandes e médias cidades, dado seu alto potencial como vetores de valorização econômica nas áreas onde são executados (SERPA, 2018, p. 60)

A partir dessa estratégia, o espaço social passa a repercutir esse ideário, sobretudo quando se considera as ações de valorização do solo urbano impetrada por agentes capitalistas. No caso das grandes obras a exemplo da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM), é possível notarmos essas transformações na cidade tendo em vista o potencial redefinidor que esses grandes objetos técnicos possuem. Em Altamira, na emergência da UHBM, as formas urbanas foram submetidas a um conjunto de intervenções cujos resultados implicaram diretamente nos conteúdos da ordem vivida, especialmente no que tange às redefinições espaciais nas margens dos rios urbanos e da orla de Altamira.

No contexto de Belo Monte, esse lazer reflete um padrão burocratizado, consubstanciado em planilhas e relatórios estratégicos que demarcam a racionalização imposta aos agentes locais. Revela uma idealização cuja estética urbana passa por projetos criados de fora para fora, conforme afirma Mendes (2018, p. 16). Trata-se da institucionalização de uma arquitetura do des-encontro, valendo-se da expulsão dos pobres do centro da cidade, conforme escrevera Baudelaire (1961) em *Os olhos dos pobres*. Evidentemente, essa perversidade perpetrada pela Norte Energia nas formas-conteúdo de Altamira é apresentada como algo positivo, refletindo o que aqui denominamos de “o lazer como fábula”.

A expressão fábula, metáfora empregada por Santos (2001) ao se referir à globalização perversa, ajuda-nos a formular argumentos para

pensarmos as contradições do lazer na emergência de Belo Monte. Trata-se de considerá-lo a partir de duas dimensões distintas e interdependentes: 1) o lazer tal qual como nos fazem crer: o lazer como fábula; e 2) o lazer como poder ser: um outro lazer. Em Altamira-PA, a fábula a que nos referimos diz respeito ao engodo operacionalizado pela empresa concessionária de Belo Monte no seu Plano Básico Ambiental, que vincula o lazer diretamente aos projetos de requalificação urbana, como se a infraestrutura *per se* fosse o definidor dos conteúdos sociais.

Belo Monte, como um projeto do capital em nível mais amplo, não se explica ou se reduz apenas pela dimensão operacional da NESAs. No contexto dessa globalização perversa, como afirma Santos (2001), há uma articulação solidária com outros agentes implicados no processo, conforme defende Miranda Neto (2016).

Todavia, é a NESAs quem dá forma a esse Leviatã chamado Belo Monte, podendo ser definida como o principal agente nas escalas local/regional. Ao barrar o Xingu, obstrui suas artérias e impõe uma arquitetura revestida de intencionalidades externas. Como denuncia Antônio Melo, militante do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), tem-se a anatomia de um “monstro”. Tal imagem, ao mesmo tempo imponente e assustadora, caracteriza como a morfologia de Belo Monte deformou o meio ambiente e as relações sociais, que passaram a ser corporificados e conformados à medida que devora e deforma a região e seus habitantes.

Para além de deformada e devorada, podemos considerar que a cidade, o rio e, de um modo geral, a cidadania, encontram-se mutilados, conforme Santos (1997). Se na Ágora, local onde ocorriam as reuniões dos cidadãos na Grécia Antiga, a cidade exercia uma centralidade não apenas como um espaço urbano, mas essencialmente como um espaço público possibilitando o encontro e a festa, em Altamira assistimos uma indução invertida àquela da sociedade grega, cuja finalidade é a negação da cidade aos pobres; acirrando sua hierarquização e sua fragmentação socioespacial.

Todavia, esse lazer que se apresenta como fábula, como algo idea-

lizado que favorece a destituição da cidade enquanto obra humana e impõe uma perversidade socioespacial somente é possível porque, anterior a essa materialidade, existe um discurso, um ideário. Na seção a seguir acrescentaremos alguns elementos que ajudaram a entender como se processam, ao longo do tempo, essa forma de objetivação do lazer.

### 3.1 O lazer como fábula: a construção de um ideário

Não são raras as vezes em que o lazer é apresentado como sinônimo do “fazer nada”, em geral associado a inadequação ao mundo do trabalho. No Brasil da era Vargas, havia uma lei que punia a **vadiagem** com pena de até três meses de reclusão. Trata-se, portanto, de uma moralidade do trabalho (RUSSEL, 2002).

Ao nos referirmos a uma moralidade do trabalho em contraposição ao lazer, queremos afirmar que há uma construção histórica que toma o lazer como uma espécie de atividade profana, como um desvirtuamento da alma e do corpo (LAFARGUE, 1999). Trata-se, portanto, da necessidade da negação do ócio (neg-ócio). Foi assim que, especialmente na idade Média, o ócio<sup>10</sup> naturalizou-se como um privilégio das classes abastadas, e o trabalho como uma obrigatoriedade de uma massa de empobrecidos (VEBLEN, 1974). Todavia, é possível visualizarmos características dessa moralidade do trabalho em períodos bem anteriores a que se referiram Lafargue (1999) e Veblen (1974).

Consideramos, como analogia, o conhecido o mito de Sísifo, aquele que importunando a onisciência dos deuses recebera uma punição eterna: a tarefa de levar da base de uma montanha até seu topo uma imensa rocha, que rolava novamente até sua base para que a tarefa se reiniciasse. É possível interpretar esse mito como uma reafirmação do trabalho manual, penoso e infinito, combinado com uma negação da astúcia, da criatividade humana como se observa no **mito de Ícaro**. Ao se conceber um contexto social análogo à condição de Sísifo, dominado pela repetição e pelo esforço sem fim, como viven-

*A lei referente à vadiagem dizia respeito a: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses” (BRASIL, 1941).*

10. Não é consenso teórico que ócio e lazer se equivalham, o que ocorre é que na língua espanhola o vocábulo “lazer” inexistente, vindo a ser utilizado o conceito ócio para, mais ou menos, designar o que no Brasil entendemos como lazer. Sobre isso ver Gomes (2004).

*Na mitologia grega, Ícaro era o filho de Dédalo. Ambos foram jogados no labirinto, que ironicamente fora projetado por Dédalo. Para fugir do intransponível labirinto, o pai de Ícaro projetou asas, alertando seu filho a não se aproximar tanto do sol. Ao experimentar a sensação do voo, Ícaro negligenciou completamente a orientação do seu pai, caindo fatalmente no mar.*

ciar experiências de lazer?

Pode-se dizer que o lazer até hoje não conseguiu efetivamente desvencilhar-se dos seus grilhões: o trabalho. Esse trabalho que aprisiona o lazer corresponde a sua forma externa, estranha ao homem (MARX, 2013). Essa ideia de trabalho gestada e gerida especialmente a partir de uma ética industrial, isto é, um trabalho alienador, condiciona a prática do lazer a sua liberação. Tal dicotomia trabalho-lazer está refletida na clássica definição de Dumazedier (1976, p. 34).

Lafargue (1999) foi um dos primeiros a questionar essa “loucura” que acomete os homens. De modo provocativo, este autor defende o direito à preguiça, numa evidente contestação ao modo de organização social cujas bases estão no tripé: igreja, Estado e mercado. Não por acaso, nos preceitos doutrinários católicos a preguiça é concebida como um pecado capital.

Ócio, passatempo, divertimento ou qualquer sinônimo que remeta ao lazer sempre foi tratado como um privilégio das classes dominantes e com algo a ser negado às classes subalternas. Na Grécia antiga, o Skholé era privilégio dos homens livres que experimentavam três modos de vida: o corpo, a política e o conhecimento. Tratava-se da possibilidade de desfrutar de uma gama de atividades no tempo livre já, que trabalho e labor eram atribuições das classes subalternizadas (ARENDETT, 1989, p. 21).

Está evidente, pois, que o lazer sob um ponto de vista histórico está permeado de coações, negações, de sanções, de imposição de limites. Erigiu-se um ideário que naturaliza o lazer como um privilégio de poucos, ao que se desqualifica a possibilidade dos menos favorecidos vivenciá-lo. Se a cidadania é mutilada, o lazer é um privilégio dos privilegiados (SANTOS, 1997).

Ao longo desta exposição, mobilizamos o conceito de Gomes (2004) a partir do qual o lazer incorporaria uma dimensão cultural constituída por atividades lúdicas em um tempo-espço viabilizado pelo sujeito ou pelo grupo ao qual pertence.

Há uma pequena história, contada a nós por Magnani (2020), segundo a qual um médico fora passar um fim de semana no sítio.

Instalado, pegou uma enxada e pôs-se a limpar a horta. O caseiro passando pergunta: trabalho doutor? Aquele responde: lazer. Mais tarde, estando o cidadão deitado numa rede lendo um livro, dele se aproxima o caseiro que pergunta: lazer doutor? E o médico lhe responde: trabalho!

Essa simples história reflete o modo embaraçoso como certas pessoas são condicionadas a ver o lazer. Há uma espécie de campo cego limitando, de um lado, a real compreensão do lazer e, de outro, a dificuldade em se discernir práticas significativas do lazer. Prevalece uma espécie de infraestrutura social cuja centralidade é secundarizar o lazer enquanto prática humana, privilegiando uma moralidade do trabalho.

Não por acaso, desde nossa primeira infância somos compelidos a clausura das salas, das filas e dos bancos escolares durante pelo menos quatro horas do nosso dia. O recreio, o momento da distração, da criação, do corpóreo, corresponde a não mais do que míseros 30 minutos. Essa ambiência prepara-nos para o mundo do trabalho, cuja lógica alimenta um estranhamento do homem com sua própria condição humana (ARENDDT, 1989).

A fábula institucionalizada na emergência de Belo Monte remete-nos a esse ideário urbano-ocidental baseado na negação da cidade como espaço do encontro, da festa, do sentido público. A isso, soma-se um discurso baseado na centralidade do trabalho como exterioridade humana, isto é, apenas uma condição da artificialidade do mundo, favorecendo o estranhamento do sujeito em relação a si mesmo. Finalmente, como soma dessas condições primeiras, o lazer é naturalizado como um privilégio dos privilegiados e como algo a ser concedido de forma precária aos menos favorecidos. Os projetos de requalificação urbana derivados da UHBM refletem e acirram essa caracterização.

Na seara da política, não é raro que se promova o descompasso arbitrário entre os conteúdos e as formas, a partir do qual a mais bem intencionada intervenção tende a falhar nos seus objetivos prévios (STAREPRAVO e BERNABÉ, 2018). Cresce, na base do tecido social, o

entendimento de que o lazer, sendo um privilégio, pode esperar um pouco mais.

Mais ou menos dessa forma o lazer se apresenta como uma fábula, como um padrão que, mimetizado socialmente, não corresponde à realidade. Trata-se de uma construção fetichizada, uma espécie de simulacro na definição da Baudrillard (1991). Se a cidade é induzida à fragmentação, à periferação, à hierarquização, esvaziando seu sentido público, por outro lado expande-se os valores urbanos. O shopping center, poderia ser apresentado como uma espécie de Panteão do tempo atual, cuja adoração recairia nos objetos, nos produtos, ou no que Baudrillard (2011) chamou de “a sociedade de consumo”. A esse respeito, Serpa (2018) acrescenta que:

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais “de cadentes”, recuperando e “integrando” waterfronts, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo”. Isto é particularmente evidente nos Estados Unidos e nos países europeus, onde as experimentações se multiplicam, antes de se “exportar” para o resto do mundo (SERPA, 2018, p. 60)

Essa digressão histórico-conceitual nos ajuda a entender o modo com que o lazer passa a ser instrumentalizado na emergência de obras como a Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM). De um lado, a reiteração do mito fundador do homem moderno, isto é, a negação do corpóreo, da cidade enquanto local do encontro, da festa. De outro lado, a instrumentalização das formas urbanas, da inserção de uma racionalidade própria da ordem hegemônica somados a um culto ao consumo.

Inicialmente, convém destacar que esse debate poderia partir de diferentes locais da Amazônia brasileira, já que, de um modo geral, esse espaço reflete e potencializa as características dessa globalização que, anunciada como positiva, reveste-se de perversidade. Trata-se, então, de refletirmos sobre um processo cuja centralidade é a técnica que, modificando a natureza primeira, modifica também os modos de

vida e as formas urbanas. Para Santos (2000), técnica e natureza deveriam sempre ser utilizadas em paralelo.

Após a década de 1960, a Amazônia se subordina enquanto espaço da reprodução ampliada do capitalismo, de sorte que se integra de maneira mais intensa aos elementos da *modernidade*. Martins (2019), ao refletir sobre esses elementos modernizadores na Amazônia, o faz a partir da ideia de fronteira, não apenas como um limite econômico ou ambiental, mas como espaços da alteridade, do desencontro e da degradação do sujeito pelo sujeito.

Harvey (2013), refletindo acerca dos limites do capital, considera haver, mesmo nos países menos desenvolvidos tecnicamente, uma dinâmica ordinária que permite ao capitalismo (re)produzir-se. A isso Harvey denominou de *acumulação por desposseção*, isto é, um modo de reprodução do capitalismo em economias periferizadas.

A partir de então, a considerarmos as ponderações de Martins (2019), Harvey (2013), podemos problematizar os nexos derivados da UHBM como sendo efeitos da própria ordem hegemônica que se instaura a partir de (re)produção capitalistas em espaços como a Amazônia. Nesses termos, tal como definimos no Capítulo 1 desse livro, projetos como os das usinas Tucuruí (PA), Balbina (AM), Jirau e Santo Antônio (RO), correspondem a um *modus operandi* da reprodução ampliada do capital nesse espaço. Em todos esses megaprojetos, o lazer assume um caráter acessório e, por vezes, ausente.

### 3.2 Os projetos de requalificação e a arquitetura da ordem hegemônica

Ainda no ano de 2009, de frente para o Rio Xingu, na sede da então Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) em Altamira-PA, um amplo salão abrigava uma enorme maquete com detalhes da obra prestes a se iniciar. Para esse local rumavam dia após dia turmas inteiras de alunos da educação básica a superior de Altamira e de outras cidades para conhecerem o que seria a futura Usina de Belo Monte.

Em diversos pontos da cidade, nas mais diferentes instituições, assistia-se a uma corrida desenfreada por parte dos técnicos a serviço da Eletronorte em demonstrar a viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do empreendimento. Utilizavam-se, então, de cartografias aprimoradas e de um discurso técnico cuja finalidade era tanto justificar os impactos da obra na vida das pessoas quanto promulgar os prováveis “benefícios” em decorrência de sua instalação.

No contexto de Belo Monte, desde as famigeradas audiências públicas, o lazer foi apresentado de forma secundarizada e, em muitos casos, como sinônimo de turismo. Tratava-se, antes de tudo, da necessidade de legitimar uma panacéia de documentos cuja finalidade era a subordinação da vida cotidiana entre o rio e a cidade. Estas ações, contudo, somente seriam possíveis por iniciativa daqueles que instrumentalizam o aparato técnico-jurídico ou, como denomina Lefebvre (2001), por uma *tecnocracia*.

Assim, em junho de 2011 a UHBM ganha *status* de legalidade por conta da emissão da Licença de Instalação (LI). Evidentemente, a licença emitida pelo IBAMA representava naquele contexto uma atividade meramente proforma, já que os impactos no local nem sempre coincidem com o fato jurídico. É verdade, todavia, que a partir de 2011 intensifica-se o que podemos chamar de uma *arquitetura da ordem hegemônica*.

O trabalho de Miranda Neto (2016, p. 338-340) apresenta uma síntese das (re)definições socioespaciais ocorridas em Altamira e na sua área de influência por ocasião da UHBM. O autor parte do conceito de estruturação urbana (uma dimensão duradoura e geograficamente regular) para se refletir sobre a reestruturação urbana, ou seja, aquilo que é produzido nas frestas, na instabilidade própria do movimento histórico e social. Conclui Miranda Neto (2016), que em Altamira-PA os nexos de re-estruturação provocados pela construção da UHBM avançaram muito mais na direção da reestruturação da cidade (o espaço intraurbano e suas diferenciações internas), do que na direção da reestruturação urbana (as relações que se dão na escala da rede urbana).

O termo “três pontes”, refere-se a um conjunto de pontes construídas sobre um afluente do Xingu (na rodovia Transamazônica) que à medida que a topografia da rodovia sofria modificações na sua altimetria, uma nova ponte era construída sobrepondo-se a anterior. Para entender um pouco do cotidiano vivenciado nessa área, assista ao vídeo a partir do QR Code abaixo:



A “Prainha” estava localizada na antiga rua da peixaria e muito frequentado pelos moradores. Com a construção de Belo Monte, a maioria dos seus usuários foram removidos para os RUC e atualmente o local recebe os efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

Essa constatação pode ser visualizada tanto do ponto de vista material, a exemplo da remoção compulsória de mais de 22 mil pessoas, a extinção de diversos espaços de lazer como as Três Pontes e a Prainha, quanto do ponto de vista simbólico, com a extinção de práticas e sociabilidades presentes no local.

A construção da UHBM não apenas institui o novo, como extingue o preexistente. Essa ambivalência traz em seu poder uma materialidade, mas também um discurso. Assim, os projetos de requalificação urbana, sobretudo na orla da cidade, relativizam a dimensão vivida dos sujeitos, instituindo uma racionalidade ao lugar. Ademais, nota-se uma espécie de *cerceamento* do Rio Xingu, que também pode ser analisada dos pontos de vistas material e simbólico.

Aos nos referirmos a *cerceamento*, temos por base Polanyi (2000), que demonstra a inflexão histórica que destitui o sentido comum ou comunal do uso da terra, passando a vigorar uma dinâmica privatista. No mesmo sentido, Dardot e Laval (2017) caracterizam como o comum, pois, enquanto princípio político sucumbiu ao domínio privado, constituindo-se em algo reificado ou na *reificação* do comum (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 35). Tais referências fundamentam o nosso ponto de vista, segundo o qual os processos analisados em Altamira-PA nos revelam essas contradições como parte do processo histórico e material.

Em Altamira, o princípio do comum pode ser discutido a partir do Rio Xingu e dos seus usos, amplamente relativizados. Isso porque atualmente a antiga Praia do Pajé encontra-se materialmente cercada por arames/cercas. Soma-se a esse limite uma extensão jurídico-burocrática que impede que as pessoas se apropriem do lugar, já que este está sob o domínio da NESA.

A figura 16 permite-nos inferir que o cercamento a que nos referimos ocorre tanto do ponto objetivo (colocação de boias nas praias, construções de cercas), como do ponto de vista simbólico (como as barreiras econômicas que separa quem pode ou não frequentar espaços à beira-rio, como os bares e restaurantes). Soma-se a isso uma gestão técnica das espacialidades/fluvidalidades da orla, baseadas sobretudo em ações de requalificação, favorecendo uma espacialidade contro-

lada.

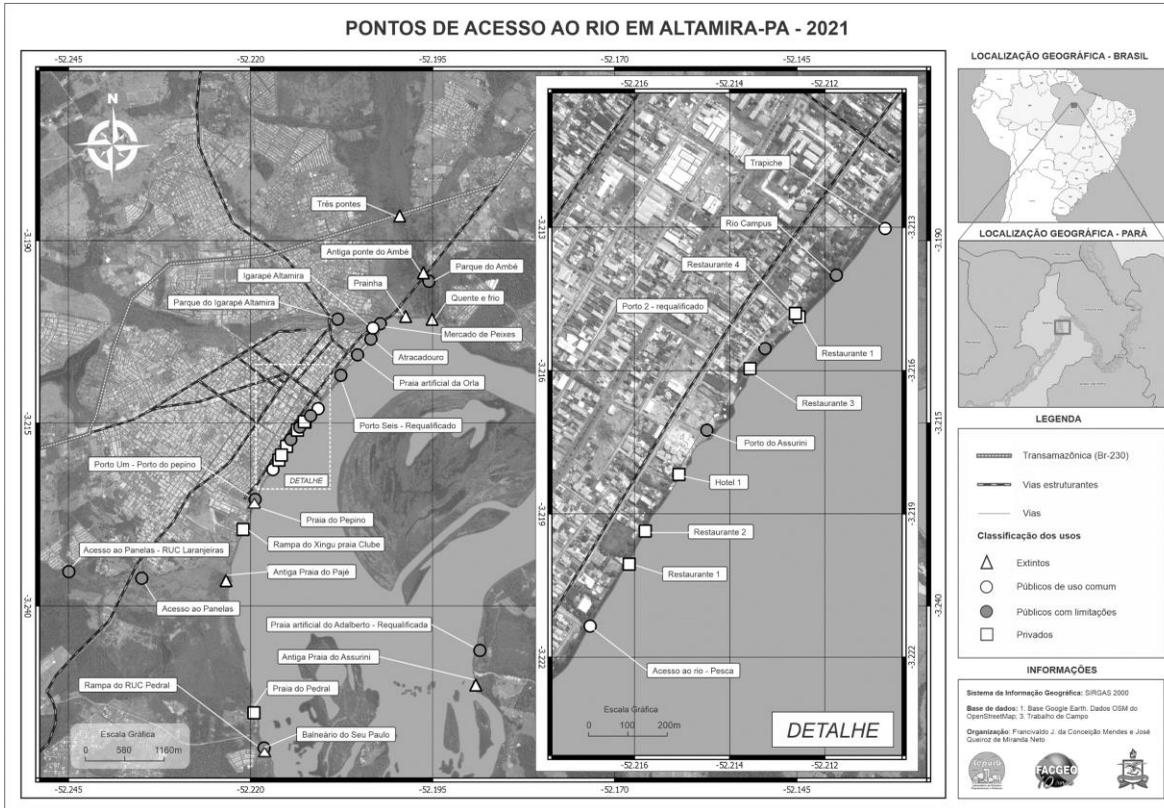
■ **Figura 16**  
*Requalificação  
urbana na orla  
de Altamira e no  
parque do  
Igarapé  
Altamira*

Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/threads/altamira-principal-cidade-do-xingu-paraense.191914/>



No tempo atual, o Rio Xingu e suas possibilidades de lazer estão implicados a um conjunto de mediações políticas, culturais, econômicas. A beira do rio, conforme Trindade Júnior e Amaral (2008), antes um espaço da apropriação, do contato face a face, dos conteúdos da ordem vivida, agora reflete outra ambiência, muito mais racionalizada e mercantilizada, conforme podemos visualizar no Mapa da Figura 17. Neste, sintetizamos as redefinições da beira em três categorias: a primeira delas corresponde aos espaços extintos (como é o caso da Praia do Pajé), a segunda categoria refere-se aos espaços requalificados e, por fim, a terceira categoria corresponde aos espaços privatizados.

Trata-se de fato de uma nova espacialidade do lazer gerada numa ambiência tecnocrática e em geral apresentada como algo positivo.



■ **Figura 17**  
Pontos de acesso aos rios/figarapés em Altamira-PA - 2020

Fonte: Mendes e Miranda Neto (2022)

11. Nas palavras de Harvey (2013), “meu argumento é de que essa atividade predatória foi internalizada no capitalismo (por exemplo, por meio da privatização, da desindustrialização ou da erosão dos direitos de crédito e pelo desdobramento dos poderes do Estado). Como este é um processo internalizado contínuo, prefiro chamá-lo de “acumulação por despossessão”, em vez de acumulação primitiva (HARVEY, 2013, p. 20).

Ao problematizarmos as contradições socioespaciais provenientes da construção da UHBM, não advogamos em prol de um retorno ao lazer perdido. A leitura não pode ocorrer de forma essencializada, muito apenas centralizada numa dimensão nostálgica, ainda que a memória coletiva seja um importante ingrediente social.

Refutamos, porém, um discurso que justifica a predação da natureza, a extinção de espaços de lazer com seus conteúdos ligados ao plano do vivido, a partir de um eventual incremento econômico pela ampliação da chamada matriz energética. A manutenção da natureza e da humanidade pressupõe rever esse modelo de desenvolvimento

baseado na exploração, ou em Harvey (2013) na acumulação por despossessão<sup>11</sup>. Para isso é necessário manter o Xingu vivo, a partir do qual os diferentes modos de vida e as experiências de lazer continuem a existir.

A figura 18 apresenta um panorama a respeito da centralidade que o Rio Xingu e suas praias exerciam, no momento anterior a UHBM, em relação às possibilidades da vivência do lazer. Trata-se de uma espacialidade baseada na simetria, na reciprocidade e nas relações sociais densamente constituídas. Coexistia uma lógica socioespacial que, tacitamente articulavam-se em circuitos, para utilizarmos uma categoria de Magnani (2002).

Evidentemente a escala da análise de Magnani (2002) é a metrópole, mas esse o faz a partir de situações e contextos específicos. O que queremos enfatizar a partir da categoria antropológica é que, antes da UHBM, a Praia do Pajé, a Praia do Pepino, a Prainha, a Praia do Massanori, as Três Pontes, a Ponte do Ambé, o Porto Seis, estavam contiguamente articulados num circuito socioespacial do lazer. Havia uma horizontalidade de relações já mencionadas reveladoras de um conjunto de relações densamente construídas, tanto em relação aos espaços, quanto em relação às pessoas.

A descrição anterior revela uma espacialidade mantida a partir da beira do Xingu, entretanto, havia outras apropriações especialmente relativas a ilhas e as inúmeras praias a montante do que hoje é a UHBM. A Praia do Sossego, a Praia do Besouro, a Praia do Amor, a Praia do Adalberto, a Praia do Arapujá, entre outros, simplesmente desapareceram com a formação do lago permanente.

A realidade da UHBM revela como a Amazônia e seus subespaços estão subordinados a uma agenda neoliberal. Uma vez concretizada, tal agenda evidencia as contradições históricas do capitalismo e reitera sua força hegemônica no local. Todavia, na lógica da construção do espaço social, não há força totalizante, haverá sempre resíduos que escampam a esse domínio (LEFEBVRE, 2001). Essas práticas residuais contêm uma potência histórica capaz de tornar a cidade uma obra humana, um espaço do encontro. Acreditamos que o lazer real pertença

a esse universo residual, muitas vezes tratado como algo de menor importância. Por se constituir como uma irredutibilidade do poder sua ocorrência, o lazer real, independe da burocracia estatal ou, como disse Starepravo e Bernabé (2018), de uma *polity*.



■ **Figura 18**  
Antiga Praia  
do Pajé-  
Altamira-PA  
(espacialidade  
extinta)

Fonte: Mendes e Rocha (2011)

Em que pese a negação da cidade enquanto espaço público, enquanto espaço do encontro, as pessoas (no caso de Belo Monte, especialmente aquelas removidas compulsoriamente) cotidianamente estabelecem densas relações socioespaciais. Não podendo apropriar-se da cidade de forma plena, passam a estabelecer contra-usos, conforme Leite (2002). Trata-se então de práticas que subvertem o uso previamente planejado, podendo ocorrer o oposto, ou seja, os sujeitos não legitimam o espaço a partir do uso, a exemplo do que tem ocorrido nos

parques lineares, especialmente o do igarapé Altamira.

A figura 19 é representativa pois, reitera uma contra-ordem, um lazer insurgente ou nas palavras de Santos (2000) um lazer rebelde. A rotatória, previamente concebida como um objeto de controle de fluxos passa a ser apropriada pelos desterritorializados de Belo Monte que, subvertendo seu uso, negam uma espacialidade pensada de forma racional. O lazer real subsiste enquanto síntese dessas contradições historicamente gestadas. Sua existência, embora possa emergir de uma política ou intervenção estatal, não se condiciona a essa formalidade. Trata-se de uma mediação possível.

■ **Figura 19**  
*Campo de futebol numa rotatória do RUC Água Azul-Altamira-PA*



Foto: Mendes (2019)

Nesse capítulo, demonstramos as contradições históricas, econômicas, políticas e sociais e suas interfaces com a ocorrência do lazer. Tratamos de analisar como o lazer se expressa na emergência de gran-

des obras a exemplo de Belo Monte. De um lado, o lazer está refletido em projetos de requalificação urbana e nos hábitos da sociedade urbana, é o lazer enquanto fábula; de outro o lazer reflete as táticas dos despossuídos, dos removidos, dos excluídos da cidade, é o lazer real. As mediações nos possibilitaram afirmar que a Amazônia enquanto espaço social em produção e o lazer enquanto prática e direito, historicamente, estão subordinados a um ideário centralizador e a uma agenda: a agenda neoliberal.

Desse modo, partindo-se dessa visão hegemonzadora, a Amazônia é tomada como uma fronteira econômica a partir da qual se justifica um conjunto de ações predatórias ou como disse Harvey (2013) uma acumulação por despossessão. O lazer então reflete esse cenário, na medida em que passa a ser controlado, a ser ordenado, a partir de uma política de requalificação urbana. Essa nova configuração das formas-conteúdo do lazer que emergem com a Belo Monte se apresentam como uma fábula, como algo positivo, todavia no nosso entendimento ocultam uma perversidade, já que desconsidera aquilo que aqui denominamos de lazer real e que, felizmente, re-existe a essas contingências hegemonzadoras como é o caso da UHBM.

## 4. O lazer encarcerado: as praças fechadas e a arquitetura do medo

*A cidade grega, o fato político que funda a sociedade ocidental, estabelece um novo vínculo social, não mais a função de uma comunhão religiosa, familiar ou da submissão a um mesmo monarca, e sim da integração de indivíduos, como sujeitos de direito, de uma nova associação, fundada na coparticipação de uma soberania política. Assim, a polis grega cria um novo domínio da vida coletiva e redefine seus quadros físicos e comportamentais. (Gomes, 2014)*

Numa **entrevista** concedida ao *Le Monde Diplomatique* Brasil, o *rapper* e compositor dos Racionais MCs, Mano Brown, afirmou que “o sistema depende da violência para sobreviver”. Seus argumentos, tendo por base a fisiologia do Brasil real, desmitificam a equivocada ideia de que as periferias e seus moradores são violentos. Ao contrário disso, o artista nos apresenta as bases da estrutura sobre as quais as elites edificam uma cidade que, fechada em si mesmo, gera pavor, provoca o medo e, por isso, viabiliza o lucro daqueles que enriquecem às custas da (in)segurança.

Este capítulo visa abrir um debate sobre o modo pelo qual o lazer tem sido instrumentalizado a partir de uma ideia de espaços seguros em Altamira-PA. Ganha centralidade nesse debate as praças fechadas que, na escala da cidade, inauguram uma nova espacialidade do lazer, retroalimentando aquilo que aqui denominamos de *arquitetura do medo*<sup>12</sup>.

Essa espacialidade, muito embora não seja uma peculiaridade da cidade de Altamira-PA, emerge no contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM), tendo em vista a característica deste grande projeto em deflagar novos processos no local em que se instala. Tal realidade nos permite buscar, como pontos de partida, os determinantes históricos da cidade ocidental, que crescentemente incorporam ao espaço público outros sentidos que não aqueles responsáveis pela integração dos indivíduos, conforme a argumentação de Gomes (2014)



Voltar ao  
sumário

A entrevista “Mano Brown, um sobrevivente do inferno” está disponível na rede social Youtube e pode ser acessado pelo QR Code abaixo:



12. Ao nos referirmos a arquitetura do medo temos por base os argumentos de Lira (2017) e Souza (2008), os quais retomaremos mais à frente.

na epígrafe deste capítulo.

#### 4.1 O espaço público: considerações históricas

É conhecida a periodização feita por Lefebvre (1999) a respeito das cidades, na qual o autor parte da cidade política, passando pelos períodos da cidade comercial, industrial e, por fim, uma zona crítica na qual a cidade “explode” e tende a se pulverizar no tecido social. Essa pulverização da cidade é, na perspectiva Lefebvriana, a gênese do fenômeno urbano, quando não apenas as infraestruturas são reproduzidas em escala planetária, mas ideias e valores tendem a ser replicados e, de certo modo, impostos ao mundo de forma generalizada. Como expressões desse fenômeno, destacam-se os conceitos que definem a forma das cidades, seu desenho e seus conteúdos, incluindo aí a definição do “espaço público” como um componente fundamental.

A esse respeito, entretanto, é Arendt (2020) quem caracteriza de maneira mais complexa como o espaço público se configura na cidade ocidental. O novo domínio ou os novos vínculos sociais configurados na emergência da cidade ocidental institui o espaço público como diferenciador da vida privada.

Ampliando as reflexões Aristotélicas, Arendt (2020) afirma que ser cidadão na *polis* grega significava romper com lógicas que se baseavam no parentesco, a partir do que o cidadão passava a pertencer a duas ordens existenciais, uma ligada ao que lhe era próprio (*idion*) e outra que lhe era comum (*koinon*). Desse modo, a *polis* grega conferia legitimidade a um conjunto de outras relações que não aquelas estritamente privadas, passando-se então a primazia do espaço público.

Isso não quer dizer, sob nenhum aspecto, que naquela sociedade imperava a simetria social e a apropriação dos espaços públicos por todos os sujeitos. Ao contrário disso, ser cidadão na Grécia antiga era privilégio de poucos, pois, na lógica do sistema escravagista “os cidadãos estão efetivamente dispensados do trabalho produtivo; a participação na vida pública depende, porém de sua autonomia privada como senhor de casa” (HABERMAS, 1984, p. 15)

O *skholé*<sup>13</sup>, que na Grécia clássica correspondia a qualquer tipo de ocupação que não fosse negócio, nem obrigação, por exemplo, era privativo dos homens livres. Aliás, na *polis* grega é conhecida a distinção feita por Aristóteles acerca das três formas de vida<sup>14</sup> privativa dos homens livres: *biostheoretikos* (vida contemplativa do filósofo), *biosapolausticós* (vida dedicada ao prazer) e a *biospolitikos* (vida política), todas visando a *Eudaimonia* (realização pessoal ou a felicidade).

Importa-nos chamar atenção para a inflexão histórica a qual foi capaz de mudar um paradigma social, cuja evidência maior visualizamos na conformação do espaço público enquanto *locus* agregador de outras lógicas que não aquelas do espaço familiar, de acordo com Arendt (2020),

viver em uma pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da pólis. (ARENDRT 2020, p. 83)

Esse primeiro enunciado nos ambienta a pensar sobre o modo com que as cidades e, especialmente, o espaço público se constitui enquanto fato histórico no ocidente, especialmente por influência da antiga sociedade grega. Nesse espaço, agregavam-se os mais diferentes vínculos sociais, cuja lógica de interação era o exercício político em sentido amplo, isto é, do convencimento, da busca pelo consenso, tendo como centro irradiador um espaço específico para isso, uma materialidade que centralizava essas relações sociais. Por essa lógica, a cidade e o sentido público dela inerente articulam e centralizam os diferentes interesses coletivos. Trata-se, neste caso, da primazia da *Ágora*.

A *Ágora* constituía a praça central das cidades gregas no final do período helenístico (entre os séculos III e II a.C.) que, para o caso de Atenas, configurava-se como um espaço aberto e flexível em que se davam as trocas (o mercado da cidade) e os debates sobre assuntos de interesse comuns. A importância dessa configuração é apresentada por Benevolo (2019, p. 118), ao afirmar que “a simplicidade das casas deriva das limitações da vida privada; durante a maior parte do dia

13. Ver Gandolfi (2014) em “Skholé: um modo de vida”.

14. Muniz Sodré (2002) fala de uma quarta bios: a “bios midiático”

vive-se ao ar livre, no espaço público ordenado e articulado segundo as decisões tomadas em conjunto na assembleia”. A forma da cidade, em si, revelava a primazia do público sobre o privado, dado que o padrão construtivo dos templos e das áreas destinadas ao uso comum eram, em geral, produzidos em material de grande durabilidade, enquanto as residências (espaço familiar) eram feitas em tijolos de argila e delas pouco se resta, hoje, enquanto ruínas.

O modelo das cidades livre gregas é adotado de forma semelhante na antiga Roma, que se organiza a partir de um sistema no qual a vida pública é o elemento central da configuração urbana. Há, portanto, uma projeção que se dá em equilíbrio entre o *otium* (lugar de moradia) e o *negotia* (fazer negócios) na qual a praça central, de forma análoga à Ágora, é chamada de *forum*. Segundo Habermas (1984), é dessa lógica que deriva a *res-pública*, isto é, aquilo que é de partilha ou de interesse de um conjunto de pessoas. Não por acaso, a palavra “praça” se origina do latim: *platea*, que se refere às áreas livres de edificações e que propiciavam a convivência ou a recreação entre seus usuários. Após o declínio do império romano, contudo, há um espraiamento da vida social no campo e o sentido da vida urbana tal qual definido pela cidade política entra em decadência, assim como os espaços abertos voltados à vida pública que, apesar de manterem sua existência física, passaram a ser revestidos de outros conteúdos.

Na idade média, a relação entre o público e o privado ocorre sem uma antítese tal como no modelo clássico antigo, uma vez que “a organização econômica do trabalho social faz da casa do senhor o centro de todas as relações de dominação” (HABERMAS, 1984, p. 18). Nesse caso em específico, a autoridade do “público” e do “privado” se dá de modo inseparável numa unidade que se relaciona aos bens fundiários do senhor. Em termos de organização espacial, muito embora existisse o recinto de trocas no interior dos palácios ou as grandes feiras, não se tratava de um espaço de debates, de decisão compartilhada ou de caráter comum. Ademais, o senhor fundiário detinha, em si mesmo, a representação do público e do privado, o qual, segundo Habermas (1984, p. 20): “apresenta-se como a corporificação de um poder supe-

rior”. O lugar da praça, em geral, é ocupado pelas atividades religiosas e centralizada pelas igrejas ou catedrais que, a depender do tamanho e da importância das nucleações, constitui um componente imprescindível à organização do espaço feudal.

Com o advento do Estado-nação ao final da Idade Média, ocorre novamente a cisão entre aquilo que entendemos por esfera privada e esfera pública. Seguindo as tendências de reorganização política do século XVIII entre Igreja, realeza e nobreza, a “polarização do poder principesco é primeiro marcada visivelmente pela separação entre o orçamento público e os bens privados do senhor fundiário” (HABERMAS, 1984, p. 25), constituindo a base dos estamentos que culminam na organização da “sociedade burguesa”. Tal separação, agora institucionalmente elaborada, inaugurava uma tendência de intensificação das trocas comerciais e de acumulação privada de bens, enquanto o Estado, representante primordial da esfera pública, seria o elaborador e organizador dos produtos institucionais, como a justiça, o exército e a administração pública. Esse modelo ocidental de separação entre o público e o privado, conveniente à instituição da ordem burguesa, remete ao exemplo grego de organização da sociedade baseado nas cidades livres, com a carga ideológica intrínseca de que todos os homens são partícipes comuns da sociedade.

Com a intensificação das atividades comerciais propiciada pelos dos burgos (área fortificada na qual se realizava o comércio), dominante na fase mercantilista do capitalismo, temos a emergência de áreas de circulação livre, porém em princípio fechadas em si mesma. Aos poucos e sob os auspícios de uma classe burguesa, esses centros de comércio passaram a realizar novos intercâmbios e trocas comerciais em larga escala, ampliando o tamanho e a importância das cidades no contexto europeu, que rearranjam suas formas e promovem intensas reestruturações. A partir de então, emerge a concepção de praça tal qual a conhecemos, como áreas abertas, públicas e urbanas destinados ao lazer e ao convívio da população, que adota na cidade capitalista a característica de centralidade.

Com a industrialização e a emergência do ideário urbano proje-

tado por todo o espaço social, tal como preconiza Lefebvre (1999), exporta-se o conceito de “praça” como um elemento urbanístico fundamental, sobretudo a partir do século XIX inspirado nos processos de redefinição espacial de cidades como Paris e Barcelona. A partir de então, qualquer projeto urbano ou concepção de cidade desejável do ponto de vista “moderno” considera a existência da praça como espaço público de convívio social.

O debate a respeito da praça enquanto espaço público, com raras exceções, reflete uma visão reducionista que enfatiza o fato de a existência física de uma área pública em uma dada comunidade (em um novo loteamento urbano, por exemplo) ser suficiente para a sua realização como tal. Como supõe Lefebvre (2013): “um sítio, uma praça, uma rua podem se dizer ‘apropriadas’. Tais espaços abundam, ainda que não seja sempre fácil dizer em que e como, por quem e para quem, eles foram apropriados” (LEFEBVRE, 2013, p. 214, tradução nossa). Por essa lógica, é possível que uma praça criada sob a insígnia de espaço público seja apropriada por apenas um certo grupo de sujeitos com status ou padrão social diferenciado, prática que, por exemplo, é comum em áreas periféricas que foram “requalificadas” e passaram a ser utilizadas por grupos de maior poder aquisitivo. Em paralelo, é possível que ocorra a restrição de certos grupos menos favorecidos pela segregação socioeconômica, por constrangimentos decorrentes da intensa vigilância policial ou, mesmo, pelo cercamento físico de tais espaços.

Manifestações como essa, que alguns teóricos passaram a denominar “gentrificação” (que remete ao homem gentil – integrante de nobreza), refletem como a cidade capitalista, produzida ideologicamente como um arquétipo das cidades livres da antiguidade, revelam contradições que precisam ser compreendidas no sentido de reposicionar uma compreensão apressada a respeito do tema. Nestes termos, o processo de produção de espaços como praças e parques públicos na cidade capitalista precisa ser entendido e debatido na sua complexidade e isso inclui discuti-lo a partir de uma análise histórica, considerando tanto sua instrumentalização por parte do Estado e de

agentes capitalizados, quanto as (re)existências imanentes ao cotidiano dos sujeitos.

Ao falarmos em instrumentalização, neste caso em específico, queremos reiterar as diferentes propostas de intervenções urbanas que são introduzidas no contexto da construção da UHBM, como pode ser visualizada na materialização das praças fechadas na cidade de Altamira-PA.

#### *4.2 As praças fechadas: expressões da arquitetura do medo*

Em 2015, numa das salas da sede da Prefeitura Municipal de Altamira (PMA) um fato nos chamou atenção. Tratava-se da existência de um grande televisor, a partir do qual era possível acompanhar, em tempo real, o cotidiano de diferentes espaços da cidade, especialmente das praças localizadas ao centro da cidade por meio de câmeras de vigilância. O aparente controle via sistema integrado de segurança, àquela altura, revelava-nos a estratégia do ente municipal que viria a se ampliar nos anos seguintes. Naquele momento, a prática de controle do espaço introduzia o ideário de segurança cujo pilar de sustentação era a “cultura do medo” que ora se manifestava na cidade.

Neste mesmo ano, a cidade de Altamira apresentava o maior índice de homicídios a cada mil habitantes (105,2) entre todas as cidades brasileiras, segundo dados divulgados pelo IPEA no Atlas da Violência de 2017. Em geral, esse índice é associado à elevada criminalidade e constitui base para a aplicação de políticas públicas e de ações do Estado. Quando da divulgação do relatório, os meios de comunicação não hesitaram em estampar, em geral de forma alarmista, que Altamira havia se tornado “a cidade mais violenta do Brasil”. Tal frase, acionada sem uma análise crítica, deixava de lado o “como” e o “porquê” daqueles índices atingirem níveis tão elevados.

De acordo com Miranda Neto (2019), dois fatores associados seriam as condições reais para o número de mortes em Altamira chegar aos níveis divulgados. O primeiro seria o “fator Belo Monte”, que

produziu um forte afluxo populacional para a área de instalação do empreendimento que, entre 2010 e 2014, recebeu mais de 45 mil pessoas. A partir de 2013 esse afluxo populacional passou por abrupta inflexão, especialmente pela diminuição das frentes de trabalho levando ao desligamento de milhares de trabalhadores da UHBM. Ainda que as consequências desse contexto social demandem estudos mais aprofundados, convém reiterar os argumentos de Reis e Souza (2016, p 220) para quem o aumento da criminalidade potencializada no contexto dos megaprojetos de infraestrutura está relacionada a ausência de perspectivas econômicas.

Ainda de acordo com Miranda Neto (2013, p. 4), o segundo fator que evidencia o aumento da criminalidade em Altamira é o “reordenamento nacional dos territórios do tráfico de drogas”. Em 2019, um acontecimento trágico ocorrido no Centro de Recuperação Regional de Altamira revelou a proeminência desse processo. Tratou-se, segundo a própria Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (SUSIPE), de um conflito entre facções/organizações criminosas onde 57 detentos foram mortos, representando a maior chacina em um presídio desde o caso do Carandiru, no Estado de São Paulo.

Episódios como esses, associados ao constante alarmismo desenvolvido pelo “jornalismo mundo cão” veiculado por alguns serviços de imprensa, geram o medo e a aparente necessidade de autodefesa do “mundo externo”, que tanto se reflete na segurança das residências (os muros e cercas elétricas), quanto no próprio ambiente público (as praças fechadas). Nesse caso, a disposição das câmeras e a ostensividade militar podem, até mesmo, provocar certo consenso entre os usuários de que o cercamento e o aparato de segurança são as melhores soluções. Esse contexto reforça nosso argumento em torno da existência das *ideologias de redenção*, conforme tratamos no primeiro capítulo desse livro, uma vez que a dinâmica que emana das ações do Estado e do executor da obra de Belo Monte produz o cenário real de desigualdade e violência, mas por não abordar as causas reais desse fenômeno que acabam engendrando a sensação de segurança pela vigilância e aprisionamento do próprio cidadão.

As praças fechadas discutidas ao longo desse capítulo revelam uma fração, um pequeno recorte da materialização de um ideário muito mais amplo e perverso que, com a construção da UHBM, acaba gerando um campo cego em torno do real sentido do espaço público e do lazer enquanto fenômeno. Mesmo assim, é preciso ter em mente que o caso aqui discutido não ocorre simplesmente em função da UHBM, mas da própria lógica da reprodução capitalista, da qual Belo Monte é um importante evento que se integra ao seu processo de reprodução, conforme as ideias de Harvey (2013) já discutidas no primeiro capítulo desse livro.

As reflexões realizadas por Lira (2017) e Souza (2008) corroboram nossos argumentos segundo os quais nas cidades brasileiras cresce o medo e a sensação de (in)segurança, cenário que, sob o ponto de vista político, favorece a tomada de decisões marcadamente repressivas. O esforço reflexivo que merece ser feito nesse momento é entender quais elementos contribuem para que o medo se constitua como parte da dinâmica urbana e a cidade seja apresentada como um espaço perigoso. Nessa conjuntura, a produção da violência favorece a conformação de uma sociedade que tem medo; um medo que também é produzido enquanto *constructo* social e legitima ações coercitivas e de controle como enunciamos no início dessa seção.

A resultante dessa construção discursiva, no plano social, mas especialmente no plano político, é a desfiguração da cidade enquanto espaço público e do espaço público enquanto local agregador do encontro, da festa, da política. Dito de outra forma, essa ambiência favorece a destituição da ágora da própria ideia de polis, o que fatalmente corrobora para a emergência de uma fobópole, termo cunhado por Souza (2008) pela combinação (do grego) entre *phóbos* (medo) e *pólis* (cidade), que se refere às

cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil - o que tem claras im-

plicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia (lato sensu). (SOUZA, 2008, p. 9).

A manutenção desse “*medo da cidade*”, somente é possível pela existência de um forte aparato mobilizado por diferentes sujeitos, sobretudo o Estado e os agentes capitalizados, mas são igualmente absorvidos pela sociedade civil. Nessa lógica, a insegurança e o medo, como elementos socialmente construídos, constituem-se em formulações argumentativas que, ao longo deste processo, viabilizam o empenho e a execução de recursos públicos numa correlação de forças cujo propósito, ousamos dizer, é criar condições para fomentar a “*indústria da segurança*”, representados em objetos como os definidos pela tabela 2.

Tabela 2 - Investimentos na Segurança Pública no Contexto da UHBM

<b>Objeto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
<i>Helicóptero</i>	01	35.000.000,00
<i>Construção do complexo penitenciário em Vitória do Xingu</i>	01	25.000.000,00
<i>Ampliação e reforma do prédio da seccional da Polícia Civil de Altamira</i>	01	1.600.000,00
<i>Sistema de Monitoramento por meio de vídeo</i>	60	Não informado
<i>Microônibus</i>	2	550.000,00

Fonte: Norte Energia, 2015

Segundo a Norte Energia (2020), no contexto da UHBM serão investidos mais de 115 milhões de reais nas diferentes áreas da segurança pública. Destacamos desse aporte financeiro a compra de um helicóptero orçado em trinta e cinco milhões de reais, como também a compra de sessenta câmeras que, assim como a aeronave, já estão em operação.

Notadamente, não se trata de negar os crimes que ocorrem na cidade, que são reais e possuem motivações conhecidas (como o tráfico de drogas). O que problematizamos é a manutenção desse quadro que em muito tem a ver com as decisões tomadas no campo político, as quais atuam no seu efeito imediato (a vigilância e a repressão), quando o ideal seria concentrar recursos e iniciativas para identificar as causas reais da violência e agir na possibilidade de solucioná-las.

O massacre que ocorreu no Centro de Recuperação Regional de

Altamira em julho de 2019 retroalimenta, no plano discursivo, a existência de uma realidade urbana violenta, da qual a sensação de medo lhe é corolário. Ao mesmo tempo, cria-se no imaginário social a ideia de que a coerção e a repressão são necessárias e suficientes para o enfrentamento dessa realidade.

Como mencionamos anteriormente, as ações violentas como a que ocorreram no centro de recuperação de Altamira não podem ser explicadas e muito menos equacionadas na escala local. Há outras interfaces que escapam ao local, que sem isso, fica impossível compreender com clareza a fisiologia desse fenômeno em relação à vida ordinária. Infelizmente, o que temos notado é um crescente apelo sensacionalista por parte, especialmente, da grande mídia e uma apropriação desses acontecimentos por alas políticas que subsistem acirrando um discurso falacioso e altamente reacionário.

Essa constatação nos permite ampliar os argumentos do *rapper* Mano Brow, citados no início desse parágrafo, segundo o qual o *sistema depende da violência para sobreviver* e que as políticas do Estado não têm como prioridade os sujeitos das periferias, sendo urgente a necessidade de desconstruir a ideia de que as periferias são violentas, conforme Lira (2017). Essa ambiência do medo gestada por uma hiper-realidade insegura – na qual o sujeito não consegue distinguir a violência real da mera apologia – favorece a criação de uma série de medidas e, conseqüentemente, de um conjunto de padrões que cada vez mais destitui o espaço público do seu sentido originário. Com efeito, surgem nesses espaços realidades muitas vezes contraditórias e até mesmo paradoxais conforme discutiu Arendt (2020).

Tendo por base duas praças públicas em Altamira, Mendes *et al* (2021) problematizam a racionalidade com que a PMA instituiu e mantém esses espaços propiciando, nas palavras dos autores, os “espaços de desencontros”. Os desencontros, que no espaço público constituem um paradoxo, evidenciam as contradições da cidade moderna-capitalista que se ergue negando as diferenças das formas-conteúdo existentes no plano vivido, conforme Mendes *et al* (2021)

Os espaços públicos, como as ruas, as praças e monumentos são lugares que remetem ao encontro, expressam conversas, festas, gestos e teatralizações espontâneas que suscitam uma linguagem urbana. Porém, quando esse espaço é concebido a partir de uma visão de fora, geralmente favorece um relativo fechamento e uma indiferença, culminando no que aqui denominamos “espaços de desencontro”. (MENDES *et al*, 2021, p. 135)

No contexto das praças construídas ou recentemente requalificadas em Altamira, sobretudo após o ano de 2011, a regra é a proeminência do espaço fechado. Ainda assim nossas investigações sugerem a existências de certas particularidades, a exemplo de uma distinção espacial na qual quanto mais ao centro da cidade privilegiam-se praças fechadas, ao passo que quanto mais distante do centro da cidade é possível notarmos os padrões arquitetônicos abertos (Quadro 1).

Quadro 1 - Praças públicas em Altamira-PA

Nome da praça	Localização	Tipo de praça
<i>Praça “do Ulisses”</i>	Jardim Independente I	Aberta
<i>Praça da Independência</i>	Centro	Fechada
<i>Praça Glauco Meireles</i>	Centro	Fechada
<i>Praça da Paz</i>	Centro	Fechada
<i>Praça do Açaizal</i>	Açaizal	Fechada
<i>Praça Nicias Ribeiro</i>	Brasília	Fechada
<i>Praça do Mirante</i>	Brasília	Fechada
<i>Praça da Boa Esperança</i>	Boa Esperança	Aberta

Fonte: Mendes (2021)

As praças fechadas em Altamira revelam bem mais que uma arquitetura, realçam uma ostensividade cujo sentido de ser é o controle do espaço, das pessoas e das práticas existentes no local. O conteúdo da Tabela 1 é agregador nesse sentido, pois revela o *modus operandi* com que, no contexto da UHBM, essas espacialidades são concebidas e geridas.

Para além de controle que se exerce remotamente (como no caso da TV na sede da PMA, em cuja tela é possível acompanhar sincronamente o dia a dia das praças), os sujeitos na sua dinâmica cotidiana acabam reproduzindo certos padrões restritivos e de vigilância, confe-

rindo legitimidade as ações projetadas pelos entes públicos e seus associados.

A existência de apenas uma entrada (e conseqüentemente uma única saída) a disposição de grades que em certos locais ultrapassam 5 metros de altura, a presença permanente de vigilantes, o sistema de monitoramento 24 horas, além da restrição de uso (todas as praças fechadas ficam disponíveis aos usuários no horário das 6 às 23 horas), reafirmam essa ambiência que aqui denominamos de arquitetura do medo.

**Figura 20**  
*Praça da  
independência  
em  
Altamira-PA*



Foto: Mendes (2020)

Essa breve caracterização socioespacial nos permite articular aos argumentos de Lira (2017) e Souza (2008) e às ideias trazidas por

Gomes (2014), para os quais, em dados contextos espaciais, tem-se a primazia da obediência à lei e às regras que, uma vez descumpridas, justificam a imposição de penalidades, como a exclusão social e territorial. A isso Gomes (2014) denominou de *nomoespaço*. Nas palavras de Gomes (2014, p. 37) o *nomoespaço* é: “uma extensão física, limitada, instituída e regida pela lei”, referindo-se ao espaço como uma configuração socialmente hierarquizada, de estrutura complexa, assim como os dispositivos formais (como as leis) que o regem.

Sendo assim, o *nomoespaço* confere legitimidade a uma ideia de pertencimento formal, mas ao mesmo tempo de ordenamento, de um *jus* que é base para aplicação das normas sociais tanto de prevenção, quanto de punição, todas efetuadas em nome do bem comum.

As praças fechadas se apresentam como espaços de integração social que, nos argumentos do ente municipal, possibilitam segurança aos usuários. Nossas observações e sistematizações efetuadas juntos a esses espaços sugerem haver uma espécie de consenso compartilhado entre os usuários segundo o qual o modo com que o espaço está disposto mostra-se apropriado. Ainda que a adesão a esses espaços seja livre, é necessário obediência a um conjunto de valores e regras os quais estão submetidos a ideia do bem comum.

Os chamados territórios de inclusão e de exclusão derivam exatamente da diferenciação criada pelo Estado na medida em que exclui quem participa ou não de determinado espaço. Essa diferenciação sugere uma *racionalidade*, cuja ocorrência suscita o domínio e o controle.

Ainda assim, outros elementos coexistem a essa noção de *nomoespaço* trazida por Gomes (2014). Trata-se de dissidências que escapam às amarras do controle das formas-conteúdo dominantes, constituindo-se em experiências significativas na cidade e nos espaços públicos. Tais práticas revelam densas redes de interação e sociabilidade que, a despeito de serem ocorrências efêmeras, são suficientes para provocar rupturas cotidianas em contextos como os das praças fechadas em Altamira-PA.

Essas dissidências, ou *insurgências* para usar o termo de Santos

(2000), constituem o cotidiano em sua forma concreta, que se faz mediante um tensionamento entre as dimensões do que é imposto pelos agentes dominantes (a racionalidade do capital mediada pelo Estado) e aspectos ligados à contra-racionalidade, às resistências que emanam dos sujeitos submetidos a tal lógica. A respeito desse tensionamento, Mendes e Amaral (2020) apresentaram uma reflexão acerca do fenômeno do lazer no cotidiano, em que evidenciam determinadas práticas coletivas por eles consideradas como resistência. Nas palavras dos autores, as práticas discutidas são resistência porque se contrapõem a uma lógica irreduzível de poder.

Em outras palavras, são expressões do cotidiano social não capturadas pela racionalidade técnica das formas urbanas e que se encontram dissociadas de um padrão que se baseia no consumo e na efemeridade das relações sociais (MENDES e AMARAL, 2018 p. 47)

O debate fomentado a partir do estudo de Mendes e Amaral (2018), permite-nos articulá-lo às reflexões propostas por Leite (2002), no que denominou de contra-usos do espaço, isto é, práticas que negam os usos formalmente estabelecidos e os subvertem, no plano vivido, instituindo diferentes práticas.

Como referenciado no trabalho de Mendes e Amaral (2018), em que pese a arquitetura da Praça da Independência, coletivos de sujeitos como os “poetas marginais” se apropriam do espaço constituindo relações nem sempre institucionalizadas e legitimadas pelo ente municipal.

Exemplos como os descrito no trabalho de Mendes e Amaral (2018) e pelas argumentações de Leite (2002) realçam, a partir do cotidiano, os limites e as possibilidades do espaço público. De um lado, estratégias reveladoras de um ethos hegemônico, de outro; táticas que enunciam uma contra-ordem, os contra-usos, ou em Santos (2000, p. 30-31), as insurgências.

O trabalho de Santana, Rechia e Rodrigues (2017) permite-nos ampliar as reflexões aqui propostas, especialmente em torno das categorias (táticas e estratégias, enunciadas anteriormente) discutidas

por De Certeau (2001). As cidades, com suas diferentes espacialidades, evidenciam, no cotidiano, essa tensão entre distintos modos de ser e estar na urbe.

Eis um elemento marcante quando da análise das praças fechadas: a existência de um tensionamento materializado por pelo menos duas concepções. Uma delas tende ao domínio, trata-se das formalidades que no plano discursivo e, essencialmente, no plano político justificam ações de ordem restritiva, coercitiva, quase sempre valendo-se de um aparato ostensivo. A outra concepção subsiste enquanto prática residual, já que não é suficientemente aniquilada pela dimensão formal e coercitiva. Assim, nas bordas ou nos poros do espaço público os sujeitos (re)criam cotidianamente diferentes táticas de uso e apropriação da cidade quase sempre negando ou subvertendo os usos hegemonicamente pretendidos.



*Figura 21*  
Coletivo “poetas marginais” em Altamira em 2018

Foto: facebook-[https://www.facebook.com/coletivodepoetasmarginais/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/coletivodepoetasmarginais/?ref=page_internal)

### 4.3 A praça: da morfologia coercitiva ao retorno à *Ágora*

A ideal central desse capítulo foi discutir de forma crítica o modo com que as praças fechadas em Altamira, no contexto da UHBM, mobilizam uma nova morfologia do lazer na cidade. Muito desse ideário do qual deriva a arquitetura do medo está consubstanciado a diferentes fatos que, no contexto capitalista, relativizam o sentido do espaço público. Numa relação inversamente proporcional, na medida em que cresce o aparato de segurança e a vigilância em tempo integral articuladas a uma ostensividade quase sempre coercitiva, diminui o sentido da cidade enquanto *locus* agregador, enquanto espaço da apropriação, enquanto instância corpórea.

Essa ambiência, que repercute nas formas da cidade e que, por extensão, implica nos conteúdos da ordem vivida, somente é possível porque está diretamente articulado a um discurso que, potencializado por certos setores da sociedade a exemplo de alas políticas e certos nichos da mídia, propagandeiam a cidade como sendo um lugar inseguro e violento. De forma reducionista, o contraponto a essa realidade remete a medidas simplistas, como o gradeamento das praças, a disposição de câmeras de segurança e outros instrumentos de controle social. Evidentemente, ações dessa natureza não resolvem os problemas, ao contrário, acirra-os. Isso nos possibilita reafirmar os argumentos do rapper Mano Brow para quem o sistema precisa da violência para sobreviver.

Notadamente, estamos diante de uma estratégia que excede a escala do local e que acaba reproduzindo a ordem capitalista. No caso estudado, esse fenômeno ocorre pela captura do discurso da segurança pública visando a manutenção de um estado ostensivo e coercitivo e, por consequência, a execução de vultuosos montantes financeiros. Há que se frisar, todavia, que no plano do cotidiano, muitos usuários das praças fechadas legitimam tal disposição arquitetônica, o que reafirma nossos argumentos em torno da ideia das ideologias de redenção. Por essa lógica, criam-se as condições para as mazelas sociais relacionadas ao empreendimento hidrelétrico e, ao mesmo tempo, vendem a cura

para o mal, porém de forma paliativa e ineficaz.

Ainda assim, não há uma dominação total, pois observamos diferentes táticas coletivas que coexistem a essa racionalidade. Trata-se de rupturas efêmeras que, escapando às amarras da hegemonia das formas urbanas coercitivas e do discurso enviesado, instituem práticas significativas que devolvem, ainda que fugazmente, o sentido do espaço público à cidade. Essas práticas são as resistências, pois ocorrem independente da institucionalidade do Estado, revelando densas redes de sociabilidade as quais, no nosso entender, são experiências importantíssimas para se ampliar cada vez o sentido público da cidade. Em outros termos, temos que agir no sentido de cultivar, enquanto práxis social, o movimento de retorno à *Ágora*.



■ Imagem aérea da Praça do Açaizal, construída em área requalificada pela Norte Energia.  
Foto: Miranda Neto (2013)



Voltar ao  
sumário

## 5. Esse rio é minha rua? Fluvialidades reprimidas e insurgentes

*A cidade era pequena. Aqui era a rua da frente e tinha pequenas ruas que saíam direto para o rio (...). O rio estava cheio de mulheres lavando roupas. Depois vieram os pescadores, eles encostaram aqui embaixo e a gente ia na beira do rio comprar o peixe para almoçar. E todo o movimento era na beira do rio”*

*(Padre Frederico Stchol, da Prelazia do Xingu, ao descrever a realidade de Altamira em 1958)*

O texto na epígrafe deste capítulo apresenta um fragmento do cotidiano de Altamira-PA na década de 1950, contexto em que a condição daquela cidade, situada à beira-rio, revelava não apenas a localização às margens do rio Xingu, mas um conjunto de relações que se dava por e pelo rio, numa qualidade não apenas de dependência enquanto recurso, mas da própria centralidade da vida social. A temática aqui desenvolvida busca interpretar diferentes momentos em que os rios e igarapés de Altamira foram incorporados, apropriados e, mesmo, afastado da vida dos habitantes, principalmente ao se considerar as mudanças processadas após a chegada da usina de Belo Monte.

É difícil pensar a realidade amazônica sem perceber a importância dos rios e igarapés para a população dessa região. Com a extensa rede de drenagem conectada aos grandes rios, não se trata de um componente que possa ser facilmente ignorado ou tratado como um tema auxiliar nas abordagens científicas, sobretudo nos estudos urbanos. Se, no mundo como um todo, a história das cidades se confunde com a de seus rios, na Região Amazônica, cidade e rio se misturam, mesclam-se e, por vezes, flutuam no mesmo ritmo das cheias e das secas, sem que uma realidade atrapalhe ou embarace a existência da outra.

O rio está na vida do ser amazônida e, juntando-se a este, deixa de ser a natureza primeira e se torna um ente humanizado ou, nos termos de Santos (1997), uma natureza socializada. A história da Amazônia é, pois, a história do hibridismo sociedade-rio, tão abundantemente explorada pela literatura de expressão amazônica, como na citação de Dalcídio Jurandir em que o rio é personificado como testemunha do cotidiano de uma família de pescadores, no trecho em que diz “o menino espiava: o rio, com efeito, chegara até o soalho (...). Também o rio, pela mesma fenda, espiava o telhado sem forro, a corda de roupa rente da janela fechada que dava para a despensa, aquele alguidar cheio d’água”. Na mesma obra, sucedendo tal narrativa, Dalcídio resume esse encontro na frase: “rio e menino continuavam se espiando” (JURANDIR, 1994).

No folclore regional, mitos, lendas e encantados insurgem das águas dos rios e, de igual modo, povoam as mentes e reproduzem as tradições. Não estamos falando apenas do rio em sua materialidade, mas dos símbolos, alegorias e representações que dele emergem, em grande parte transmitidas oralmente por povos indígenas e populações tradicionais que, ao longo de muitas décadas (ou séculos), aprenderam a (com)viver entre águas, florestas, seres e entidades. Como no poema mítico de Juraci Siqueira, no qual o caboclo é seduzido pela Uiara (Mãe d’água) e, num misto de terror e desejo, decide “garpuiar seu destino num rio desconhecido, nas águas do nunca mais”. Ademais, em quase toda cidade tradicional amazônica, grande ou pequena, tem-se história relacionada ao Boiuna (ou Cobra Grande) que tanto produz o banheiro que agita as águas, quanto se recolhe serenamente sob as vilas e cidades, em geral abaixo das igrejas e catedrais.

Tais elementos estão aqui inseridos pois, ao se tentar traduzir a relação das pessoas com os rios/igarapés nesse contexto, exige-se não apenas a frieza da interpretação destrinchada em dados estatísticos ou nas formas e métricas modernas, mas a sensibilidade de se reconhecer, quando necessário, a indissociabilidade entre o real e o fantástico. De tal modo, a configuração do espaço que aqui se produz é imbuída de

imaginações, no qual, segundo Loureiro (2002, p. 125): “o ritual cênico, recolhido ou submerso na paisagem cultural, brota na paisagem geográfica do cotidiano, em uma outra forma de encantamento”. É nessa perspectiva que Oliveira (2004), ao se referir às pequenas cidades amazônicas, afirma-nos que nelas ainda há um tempo para a vivência de forma ilimitada, cujas representações do sobrenatural nos permite “uma das mais raras permanências, refletindo e iluminando miticamente a cultura” (OLIVEIRA, 2004, p. 28).

Se, por um lado, pensar o rio enquanto (i)materialidade e as relações sociais que são construídas por e partir dele estão no cerne do debate aqui proposto, por outro lado temos que reconhecer as contradições e as disputas que modificam os contornos das relações socioespaciais ao longo da história. Assim, este mesmo rio que é a expressão da sociedade em seu movimento, tanto aprisiona como liberta, tanto permite o fluir da vida quanto reprime e mata. No tempo da borracha, havia um sistema de coerção descrita por Weinstein (1993) que se baseava nos locais de “paga-contas”, no qual “qualquer seringueiro detido ali, em seu caminho rio abaixo, que não pudesse provar que estava com suas contas em ordem, seria sumariamente embarcado de volta para o seringal” (WEINSTEIN, 1993, p. 2015). O sistema de aviamento foi estruturado com base nos itinerários fluviais do transporte do látex. Era, portanto, fundamentado no controle geográfico da mão-de-obra entre os pontos de entrada e saída dos rios, caracterizando uma forma de aprisionamento.

Não obstante, ao entrevistarmos um antigo seringueiro do Rio Iriri, que atuou em uma das últimas fronteiras da borracha na Amazônia na década de 1960, este utilizou a seguinte expressão: “o regatão libertou o rio”. A frase, em princípio enigmática, causou um misto de estranheza e curiosidade. O ex-seringueiro fazia alusão à atividade do regatão, um agente de comércio autônomo ou, como designa Ab’Saber (2003, p. 72): “os mascates fluviais do mundo amazônico”, cuja atividade se tornou mais intensa durante a crise da borracha na Amazônia, pois estes negociavam com o próprio seringueiro sem intermédio do barracão (o principal instrumento da exploração do sistema de avia-

mento) tornando as relações menos predatórias. O sujeito da libertação, obviamente o próprio seringueiro, estava ali consubstanciado em rio, numa frase que denota, com efeito, a profundidade de tal relação socioespacial.

Com o avanço do capitalismo na Amazônia após a década de 1950, instala-se um novo modelo de ocupação que, paulatinamente, privilegia a terra firme como espaço de assentamento e a estrada de rodagem como forma primordial de circulação. Nesse contexto, apesar da enormidade da rede hidroviária, não se pôde evitar o desaparecimento de muitos canais fluviais pelo uso predatório do solo, a exemplo da extinção das nascentes e de vários igarapés pela remoção da floresta. Soma-se a isso a prevalência de relações cada vez mais antagônicas com cursos fluviais, que passam a ser canalizados, aterrados e utilizados como destino de efluentes urbanos. Em quase toda cidade amazônica, contam-se sobre canais que desapareceram, foram retificados, aterrados, definitivamente transformados e poluídos.

A oposição em relação ao rio se faz, também, pela mudança de seus conteúdos, cada vez mais reificados como “recurso” e voltados ao mercado ou, mesmo, no esquecimento de suas funções míticas e de seus encantamentos, valores simbólicos que, ao se desprenderem do cotidiano, esvaziam algumas relações sociais e práticas tradicionais como o ritual e a festa. Temos, assim, de um lado as relações cidade-rio reveladoras de particularidades, expressões do cotidiano que remetem à apropriação no plano do vivido; do outro, generalidades próprias da (re)produção ampliada do capitalismo que torna o rio um valor de troca, um mero recurso hídrico. A relação cidade-rio, contudo, não morre, apenas esvanecem em alguns de seus conteúdos. Não raro, agoniza nas práticas subalternizadas que teimam em manifestar sua (re)existência.

Antecipamos, portanto, um pouco do que será abordado neste capítulo: uma análise da cidade de Altamira a partir de sua relação com o rio, que traz como elemento condutor a noção de “fluvialidade”, um termo que fora abordado por Oseki (2000) em seus estudos sobre o Rio Pinheiros, na cidade de São Paulo.

Em estudo recente, utilizamos as fluvialidades para tratar, de forma mais introdutória, sobre as transformações históricas na cidade de Altamira e de seus igarapés urbanos (MIRANDA NETO e MENDES, 2022, no prelo). Este capítulo retoma alguns pontos do trabalho mencionado, porém ampliamos a análise e apresentamos outros aspectos que ainda estavam pouco estruturados no texto anterior. O fato de tal problemática se constituir como parte desse livro nos adiciona, por certo, alguma liberdade adicional e criativa para se tratar desse tema. Vale lembrar que o estudo focado em Altamira, muito embora rico de possibilidades para o caso em questão, é somente uma abertura de campo para expressar essa temática em outras cidades amazônicas.

### *5.1 Esse rio é minha rua? As cidades e as fluvialidades*

*Esse rio é minha rua  
Minha e tua, mururé  
Piso no peito da lua  
Deito no chão da maré*

Os versos acima, parcialmente extraídos da composição de Paulo André e Ruy Barata, permite-nos pensar sobre as singularidades que marcam a dinâmica das cidades que têm suas origens ligadas aos rios. No verso “esse rio é minha rua”, o pronome “minha”, longe de uma ideia de propriedade, manifesta um pertencimento, aquilo que é constituinte do sujeito e próprio de suas relações de coletividade. O entendimento do rio como rua é também interpretado pelo geógrafo AzisAb’Saber, que identificava os igarapés como “a via vicinal dos amazônides, oriundos de muitas procedências étnicas e subculturas em contato” (AB’SABER, 2003, p. 73). O igarapé, termo especialmente voltado à particularidade natural da região, é entendido como aquele que “corre mansamente por um túnel quase fechado de vegetação florestal (AB’SABER, 2003, p. 71). Nesse aspecto, a ausência de luz solar é um importante diferenciador entre rio e igarapé, assim como a difi-

culdade de penetração deste último no coração das selvas, por vezes dificultadas por troncos, galhos e árvores tombadas. Não por caso, os espaços de assentamentos mais antigos da Amazônia privilegiavam a beira, em especial na área próxima ao que o caboclo denomina de “boca do igarapé”.

A beira do rio, por sinal, quando analisada em sua perspectiva histórica, traz uma característica interessante, em especial em oposição ao “centro”. Essa dualidade é apresentada por autores como Velho (1976, p. 192) que analisa a fronteira camponesa na Amazônia (anterior às grandes estradas) e afirma que “a beira – consistentemente era considerada um lugar melhor e mais seguro para se morar”. O centro, por sua vez, “ligava-se à ideia de ‘centro da mata’, mais próximo e em contato com a natureza incontrolada” (VELHO, 1976, p. 192). Segundo Amaral (2010, p. 114): “a noção de centro era usada para localizar os campos dos camponeses; também uma forma de diferenciá-los da noção de beira dos rios”. Ab’Saber (2003), por sua vez, afirma que “as porções de terra firme, que serviam de cabeceira para sub-bacias opostas de igarapés, eram consideradas como espaços desconhecidos e temerários”.

A dualidade centro-beira percebida por tais autores é, então, um contraponto à definição de centro quando pensada do ponto de vista da cidade moderna, que nesse caso é um entroncamento de vias a partir de diferentes direções, uma espécie de nó que possui uma periferia em seu derredor. Diferentemente, a cidade que nasceu e se desenvolveu à beira-rio inverte essa percepção, pois o lugar de maior densidade de relações, em geral, caracteriza-se como uma faixa organicamente delimitada pelo curso dos rios. Não por acaso, o crescimento de algumas pequenas cidades da Amazônia, ao invés de adentrarem como maior ênfase em direção à terra firme, seguem primeiramente a linha ondulante do canal fluvial, de modo que, como afirmou Oliveira (2000, p. 158): “as ruas e os caminhos terminam invariavelmente no porto”. A beira do rio constitui, em síntese, uma espacialidade tradicionalmente relacionada à segurança, à orientação geográfica e à conexão com o mundo externo.





■ *Figura 22*

*Jovem caminha em direção ao rio Xingu para a lavagem de roupas.*

*Foto: Foto: A. M. Teixeira (2019)*

Muito embora com semelhanças a outras regiões equatoriais pelo mundo, os rios articulados às formas urbanas revelam, na Amazônia, tipos de cidades *sui generis*. Aquilo que denominamos “cidades ribeirinhas”, muito embora pareça ter uma definição bem evidente devido sua presença marcadamente expressa na paisagem, não se trata de um conceito tão óbvio quanto parece. Em princípio, torna-se necessário muito mais se desfazer do que é pré-concebido para evitar caricaturas ou expressões que remetem à homogeneidade. Não devem, igualmente, ser debatidas sob um prisma essencialista, aquele cuja ideia remete a um estado de pureza ecológica, de uma natureza intocada ou de uma condição estática no tempo, presas ao passado. Trata-se de cidades que, a par de suas generalidades, são providas de diferenciações internas e singularidades. Segundo Oliveira e Schor (2008), um dos primeiros aspectos a evidenciar é que “a análise das cidades ribeirinhas deve levar em consideração a floresta e a água como ponto de partida e não de chegada” (OLIVEIRA e SCHOR, 2008, p. 19).

Trindade Jr. et al (2008) nos apresentam vários elementos que ajudam a caracterizar as cidades ribeirinhas e serão tomadas aqui como pontos fundamentais de análise. Em princípio, não se pode desconsiderar o papel da paisagem, isto é, aquilo que na definição de Santos (1988) é captado pelos sentidos – imagens, texturas, cheiros e sabores – que nos dão uma impressão primeira, ainda não que não definitiva, de tal realidade. Muito embora seja a primeira visão que se tem dessas cidades, a paisagem chega a ser, em si mesma, reveladora de processos, como a que remete às condições de vida (nem sempre favoráveis) dessa parte da população.

A cidade ribeirinha se expressa, assim, por alguns elementos aqui sintetizados: a) a existência da beira – ponto de contato direto com o rio, irregular e geralmente com solo pouco consistente (a depender da época do ano), revelando as características da várzea amazônica, geralmente tomado pela habitação do tipo palafita. A beira, por sua vez, é sucedida de uma rua: a rua da frente, primeiro elemento de contato entre o rio e o solo urbano; b) a presença do porto (ponto de saída e chegada de quase tudo) a partir do qual se tem forte movimento social,

por vezes conectado diretamente ao mercado e à feira; c) a existência de poucos equipamentos urbanos (a exemplo de órgãos públicos), assim como o reduzido número de veículos automotores; d) nas imediações do porto, do mercado e da feira, encontra-se a igreja, que em geral é precedida de uma pequena praça, principal local dos encontros coletivos; e) todo esse conjunto de elementos não representa um espaço de grandes dimensões, pois, juntamente ao pequeno comércio local, acabam por corresponder a uma faixa que se estende próximo ao rio; f) como o processo de expansão territorial tem origem à beira-rio “há um tendência inicial de organização do espaço urbano de caráter mais espontâneo” (TRINDADE JR. et al; 2008 p. 37).

As cidades ribeirinhas foram aqui descritas de modo a destacar os aspectos mais evidentes e tradicionais presentes na paisagem. Porém, há outros elementos, mais novos e modernos, que de igual maneira precisam ser evidenciados. Oliveira (2004) afirma que, ao se chegar nas pequenas cidades amazônicas pelo rio, “se for dia vemos a torre da telefônica, antes víamos a torre da igreja. À noite é o clarão da cidade que se achega vagarosamente, sem pressa”. A torre de telefonia, além de um destaque na paisagem, é também um sinal de como a técnica passa a pautar novas relações, novas expressões do viver amazônida. Trindade Jr. (2021) destaca que, em sua experiência de viagem até Alenquer-PA, sabia-se da presença da chegada na cidade antes de qualquer sinal visual, como escreve: “comecei a ouvir os sons desses aparelhos [os celulares], por um tempo mudos, sinalizarem a conexão com seus donos, como eu próprio, que logo deduzi que a cidade estava próxima sem ao menos tê-la visto” (TRINDADE JR., 2021, p. 29). Nesse caso, pode-se dizer que os conteúdos da cidade, que se fazem ouvir pela conectividade dos aparelhos celulares, apresentaram-se primeiro que as formas: a torre, a igreja e ou clarão de luzes na floresta.



Foto: Leidiani Brage Sousa (2019)

■ **Figura 22**  
*Imagem da  
Chegada, pelo rio,  
na cidade de  
Melgaço – PA,  
com a nítida  
presença das  
torres de telefonia  
e da igreja  
católica.*

Pelo atravessamento das novas dinâmicas decorrentes da globalização, não se pode dizer que as cidades ribeirinhas pararam no tempo. Elas acompanharam o movimento da sociedade urbana, como preconiza Lefebvre (2000), muito embora num ritmo não propriamente demarcado pela aceleração contemporânea (SANTOS, 1998), pois ainda se estabelece a tradição em grande parte de seus aspectos. Há, por óbvio, expressões, práticas e costumes que se mantêm lembrando aquilo que Santos (2006) denominou de “rugosidades”, uma paisagem construída no passado, mas que se mantém no presente, demarca relações e expressa seus conteúdos, ainda que estes não sejam os mesmos de outrora. A cidade ribeirinha é, pois, esse mosaico de diferentes elementos, uma “acumulação desigual de tempos” (SANTOS, 2004, p. 9), porém com certos arranjos do passado que resistem ou que ainda não foram acometidos pelo poder transformador – e por vezes predatório

– do grande capital. Nessas cidades, a disseminação do fenômeno urbano expressa singularidades que permitem a Trindade Júnior (2013) abordar sobre a existência de uma urbnodiversidade, noção necessária para explicar formas e conteúdos urbanos para além de tipologias habituais.

Chega-se, com isso, ao ponto crucial da proposta aqui delineada, pois muito embora as cidades amazônicas não sejam alheias aos rios, alteram-se as relações cotidianas que por ele são objetivadas, em especial nas cidades que passam por grandes mudanças, a exemplo de grandes projetos hidrelétricos e minerais e do avanço do capital agrário em suas diferentes facetas. De que maneira, então, os processos mais recentes relacionados à constituição do urbano na Amazônia determinam as relações da população das cidades amazônicas com os seus rios/igarapés? Para se abordar o caso de Altamira, um caminho possível de análise surgiu a partir do trabalho de Oseki (2000) sobre o Rio Pinheiros, na Metrópole Paulista, que aborda sobre um canal fluvial retificado, canalizado e aterrado em vários pontos da cidade. Nessa circunstância, a Metrópole Paulista modificou as formas orgânicas do rio, subjugando-o ao traçado retilíneo e funcional das vias e quadras urbanas. Na pesquisa citada, o autor tenta desvendar a influência daquele canal fluvial no cotidiano das pessoas e concluiu que “para a maioria da população que vive ou passa pelo rio, ele é basicamente um espaço operacional de redes urbanas, um não-espaço (ou um espaço que não serve a nada)” (OSEKI, 2000, p. 174).

Consideramos que a expressão “não-espaço” usado pelo autor foi, na ocasião, uma hipérbole no sentido de demonstrar que os moradores não conseguiam perceber a existência do rio, ainda que ele estivesse ali em suas proximidades. Havia uma condição de indiferença, um estranhamento que foi produzido ao longo de décadas de alienação em relação aos canais fluviais, mediado por um modelo de cidade que se constituiu como oposição ao rio, eclipsando-o e destruindo suas espacialidades. Oseki (2000) aborda sobre a “fluvialidade no Rio Pinheiros” sem, contudo, entrar em maiores detalhes sobre o conceito (ou noção) abordada. Ao se perceber os potenciais teóricos para a análise, formu-

lamos uma definição, ainda que temporária, das fluvialidades e de seu uso na ciência geográfica. O prefixo “fluvio”, do latim *fluvialis*, relativo a rio e o sufixo “dade”, que “tem como origem o sufixo latino ‘-tati’ formam substantivos abstratos que designam ‘qualidade, modo de ser, estado, propriedade’ (PEZZATI, 1990). Em princípio, considera-se a fluvialidade como a relação das pessoas com o rio, sendo este o seu sentido mais elementar. Com base na categoria do cotidiano explorada por Lefebvre (1991), entendemos as fluvialidades como “a expressão da vida cotidiana que ocorre no e pelo rio, possível pela apropriação coletiva das espacialidades fluviais” (MIRANDA NETO e MENDES, 2022, no prelo).

Sabemos que a realidade da metrópole paulista é bem distante das cidades amazônicas, mas o princípio utilizado por Oseki (2000) nos traz importantes elementos explicativos de como, a partir da introdução da usina hidrelétrica de Belo Monte, mudam-se as formas-conteúdo ligados aos rios/igarapés que correm pela cidade e, com efeito, alteram-se também as fluvialidades. Tal mudança se evidencia, pois, certas espacialidades tradicionais, como a beira, o porto e os pontos de acesso livres do rio tendem ao desaparecimento, privilegiando os espaços homogêneos, fortemente segregados e cada vez mais restritos.

A premissa a que nos filiamos é a de que, em cidades como Altamira, cuja origem se condiciona diretamente a presença do rio, é necessário enfatizar a relevância que este produz nas formas da cidade e na vida das pessoas. Buscamos, portanto, compreender a importância que os rios urbanos desempenham nas relações econômicas, na sociabilidade, nas práticas de lazer, na habitação, dentre outros aspectos. Há, com efeito, que se problematizar os condicionantes históricos que redefinem os usos e as diferentes relações que envolvem esses rios, de modo que tais relações podem apresentar certas variações, graus diferenciados e nuances que revelam uma diversidade de relações socioespaciais. Por esse aspecto, os cursos d’água, como extensão da própria dinâmica urbana, podem tanto ser representados como a “minha rua”, expressão utilizada nos versos de Paulo André e Rui Barata,

quanto podem se perder em meio ao traçado racionalmente configurado pelos agentes que planejam e (re)produzem a cidade, tornando o rio somente um elemento de passagem ou de mera contemplação. As fluvialidades podem, assim, aparecer mais ou menos presentes na vida cotidiana, seja na prática concreta seja na memória coletiva dos sujeitos, enquanto reminiscência.

### *5.2 Altamira-PA, das fluvialidades reprimidas às insurgentes*

Com sua nascente no planalto do Mato Grosso, o Rio Xingu se estende por quase dois mil quilômetros até se misturar às águas do Rio Amazonas. A sede do município de Altamira-PA se localiza no início do baixo curso do Xingu, quando recebe a influência do Rio Bacajá, no trecho em que o rio faz a curva da volta grande. Nesse perímetro, a área urbana de Altamira é atravessada por três igarapés afluentes do Xingu: o Igarapé Altamira, o Igarapé Ambé e o Igarapé Pannels, que são fundamentais não apenas para entendermos as transformações na morfologia urbana da cidade, mas para a compreensão das fluvialidades em sua perspectiva histórica.

Como analisamos nos capítulos anteriores, a dinâmica da cidade de Altamira está intimamente relacionada a existência desses corpos hídricos, que se transformam na medida em que a cidade incorpora novos arranjos espaciais, (re)definindo suas formas e, por extensão, a dinâmica da vida cotidiana.

Recorrentemente, utilizamos aqui a expressão “rios urbanos” para se referir aos cursos d’água que se estendem pela área urbana de Altamira, mas advertimos que se trata somente de um recorte espacial de análise, pois, ao se abordar as fluvialidades, enfatizamos que estas funcionam como um fio condutor entre o urbano e o rural. Esse rural é, em verdade, uma rede articulada que envolve vários lugares – ou várias beiras – dispostas ao longo dos rios e que se intercomunicam, como comunidades rurais, locais de caça e pesca, pontos de atividades de lazer e aldeias indígenas. São desses lugares que a cidade faz a troca

de experiências sensoriais que envolve pessoas, produtos, cheiros e sabores necessários à identificação física e simbólica com o rio.

Como anteriormente citado, as fluvialidades correspondem a uma relação socioespacial, de sorte que o rio é pensado para além de um ente natural ou um sistema ecológico, a partir do qual são produzidas as “espacialidades fluviais”, como a beira, o porto, a praia, a orla etc. A depender dos determinantes históricos, essas espacialidades podem desaparecer e, por extensão, as fluvialidades se modificam, recebem outros qualificadores, tornam-se reminiscências (conservadas vagamente na memória) ou, numa condição mais extrema, podem esvair-se tanto na paisagem quanto nas recordações, perdendo suas qualidades físicas e simbólicas. No estudo de Miranda Neto e Mendes (2022, no prelo), propomos avançar em torno desse debate lançando mão de uma periodização das fluvialidades em Altamira-PA, conforme indicado no quadro 2.

Quadro 2 - Caracterização das fluvialidades em Altamira-PA

<i>Tipo</i>	<i>Evento</i>	<i>Período</i>	<i>Característica</i>
<i>Fluvialidades determinantes</i>	Emergência da borracha	1911-1970	Altamira como uma cidade ribeirinha e os rios como principais vias de acesso.
<i>Fluvialidades fragilizadas</i>	Abertura da Transamazônica (BR-230)	1970- 2010	Intensas ocupações urbanas às margens dos rios e igarapés.
<i>Fluvialidades reprimidas</i>	Início da construção de UHBM	A partir de 2011	Processo de reestruturação da cidade após a introdução da usina de Belo Monte.

Fonte: Miranda Neto e Mendes (2022)

Longe de sugerir uma linearidade analítica, tal periodização representa diferentes fases de mudança por qual passou a cidade de Altamira. A depender do contexto histórico, a estrutura da cidade está diretamente ligada a diferentes relações com os rios e igarapés. De um modo geral, trata-se de três grandes momentos, o primeiro correspondendo ao período da borracha (entre 1911 e 1970), em que Altamira

começa a se consolidar enquanto núcleo urbano. Naquele momento, expressavam-se as fluvidades determinantes, pois o rio era indispensável a própria existência material da cidade e se constituía um componente determinante para ao conjunto de relações e atividades desenvolvidas naquela época. Ainda que houvesse a existência das estradas, elas eram muito mais utilizadas como vias de expansão da atividade agrícola para a terra firme, correspondendo a dualidade centro-beira abordada anteriormente. A figura 23 apresenta alguns aspectos da margem do Rio Xingu em Altamira na década de 1940, caracterizando a paisagem de uma cidade ribeirinha.

■ **Figura 23**

*A beira de Altamira na década de 1940, com barcos, animais e a vegetação rasteira compondo a paisagem.*



Foto: IBGE, década de 1940

A partir de 1970, especialmente por conta das intervenções macropolíticas nessa região, a exemplo da construção da rodovia Transamazônica (BR-230), essas relações outrora determinantes passaram a sofrer importantes restrições, correspondendo ao mo-

mento das “fluvialidades fragilizadas”. É característico desse período, que vai de 1970 a 2010, uma contradição na qual, ao mesmo tempo em que a cidade adentra aos canais fluviais, tornando-os vetores de ocupação urbana, os rios se apresentam como obstáculos, como barreiras a serem superadas. Ao passo que a cidade começa a crescer, em geral por ocupações informais, as formas urbanas passam a negar alguns dos elementos que outrora eram dominantes, como os rios e a floresta. A Figura 24 apresenta um importante elemento de mudança para o caso de Altamira, a construção do muro de arrimo e da orla da cidade na década de 1970.



■ **Figura 24**  
*Aterramento para construção da Orla de Altamira na década de 1970, no contexto de instalação da rodovia BR-230.*

Foto: IBGE, década de 1970

Tendo como base as redefinições relativas aos rios urbanos da cidade de São Paulo, como os estudos de Seabra (1996) e Sant’Anna (2004) demonstram como a capital paulista se ergueu sobre os rios, na exata medida em que estes foram retificados ou ocultados pelos siste-

mas de canalização e aterramento. Trata-se de exemplos cristalinos de como certas iniciativas de planejamento não veem como possível admitir os rios como parte orgânica da paisagem. Nossas reflexões sugerem que as *fluviialidades fragilizadas* decorrem desse ideário urbano moderno, cuja centralidade é a destituição dos valores de uso, da fragilização das práticas cotidianas em função de intervenções cada vez mais racionalizadoras do espaço. Nesse contexto, o termo “fragilizado” é utilizado porque os sujeitos não conseguem mais se apropriar e viver plenamente experiências significativas que envolvem os rios, pois, dentre outros razões, “as relações de propriedade foram invadindo domínios amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os” (SEABRA, 1996, pp. 74-75).

No caso de Altamira, como mencionamos ao longo do Capítulo 2, a remoção compulsória dos moradores do entorno dos igarapés Altamira e Ambé no contexto da UHBM abriu caminho para os chamados Projetos de Requalificação que, criando os parques lineares e as alterações paisagísticas da orla da cidade, institui não apenas uma nova espacialidade urbana, como induziu a um conjunto de práticas que não guardam relação com os conteúdos do vivido mantidos antes da construção da UHBM.

A inserção da usina hidrelétrica trouxe ao debate um elemento novo, pois, muito embora as políticas ambientais em nível nacional tragam como imperativo as regras de uso relativas aos corpos hídricos em áreas urbanas e rurais, as cidades amazônicas quase sempre tomam o leito dos rios como espaço de ocupação sem grandes restrições, seja no aspecto da habitação ou do lazer que, em geral, é provido de áreas populares, de origem pública ou devoluta, voltadas ao uso comum da população. Esse era o caso de Altamira até a chegada da UHEBM, que ao transformar o uso do rio em hidronegócio precisou garantir a institucionalização de um espaço de atuação próprio e produzir as modificações previstas no Plano Básico Ambiental (PBA). Desse modo, as áreas nas margens dos rios e igarapés passaram a ser tutelados pela Empresa, que manifesta um poder de decisão mais expressivo que o próprio Estado na figura da Prefeitura Municipal de Altamira (PMA),

sobretudo devido ao caráter de “utilidade pública” do projeto, conforme evidenciamos no Capítulo 1.

As restrições se iniciam de forma mais expressivas no aspecto da habitação, pois a partir de certo ponto no tempo-espaço não se admitia mais a existência de novas habitações ou mesmo benfeitorias e na área atingida, sob pena de se perder os valores investidos. A partir de 2013, muitos moradores se surpreenderam com uma placa avisando sobre o congelamento da área afetada, uma estratégia utilizada pela concessionária de Belo Monte para garantir que o marco relativo às indenizações não seria alterado após a finalização do cadastro social. A partir daquele ponto no passado, quaisquer modificações realizadas pelos moradores seriam desconsideradas.

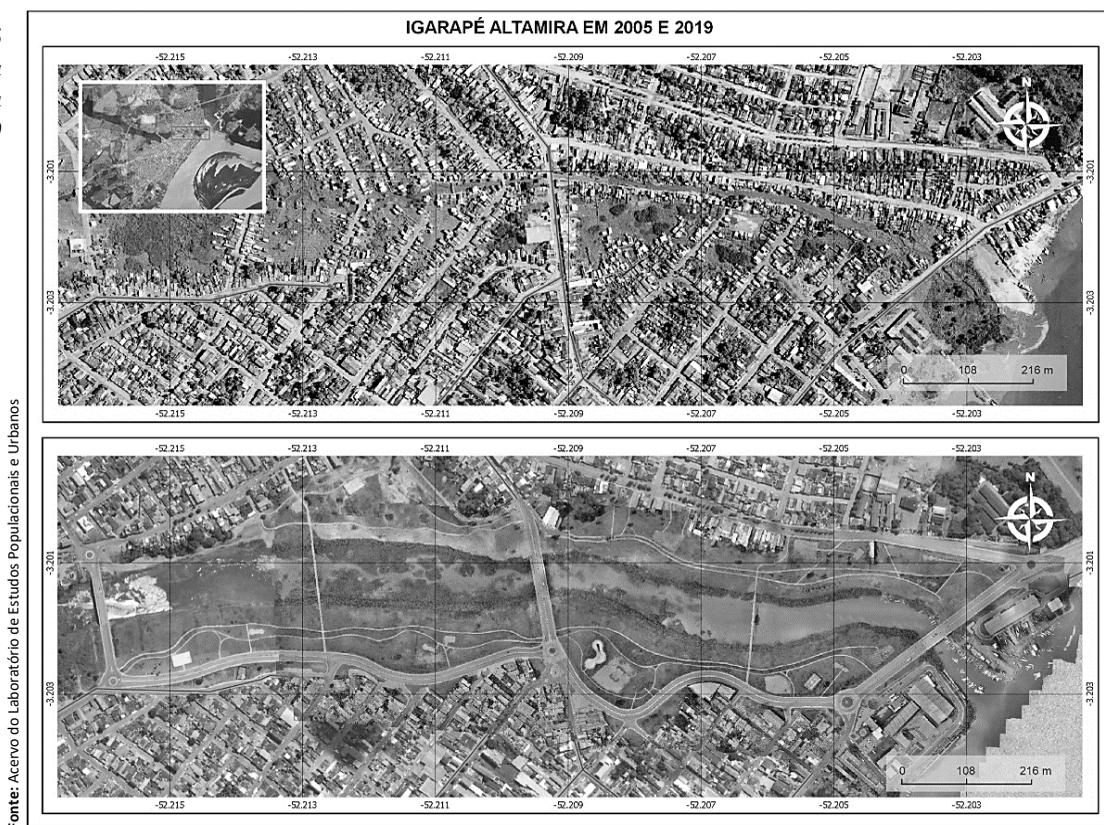
Iniciava-se, então, uma forma de repressão e cerceamento das atividades desenvolvidas no curso dos rios antes mesmo que aquelas espacialidades fossem definitivamente alteradas do ponto de vista de sua forma. Tratava-se, em verdade, de uma desconstrução simbólica e material de práticas voltadas à moradia, à pesca, à extração mineral de areia, seixo e argila, bem como às atividades de lazer. Por essa lógica, as fluvialidades eram revestidas de novos conteúdos, não mais demarcados por constrangimentos de ordem local/regional, mas pela intencionalidade de sujeitos que agem de acordo com interesses econômicos mais amplos. Ao criticar a dupla forma de intervenção espacial que envolvem as remoções urbanas e inserção de formas espaciais estranhas ao local, Mendes (2018) considera tais ações como concebidas de “*fora para fora*”, isso porque não apenas são revestidas de intencionalidades externas, como trazem em si uma concepção espacial completamente estranha. Trata-se, a bem da verdade, de medidas que visam produzir um “novo” que forçosamente nega o preexistente.

Ao abordamos esse tema de forma crítica, não estamos defendendo, ao nível prático, o uso do rio sem critérios ou à margem das regulamentações ambientais que têm ajudado a preservar a qualidade dos mananciais hídricos de modo geral. Para além disso, denunciemos as estratégias que possuem como fundo a dominação espacial e restritiva do uso do rio na cidade capitalista, que amputa as possibilidades

para a população em geral e, contraditoriamente, agem com permissividade para o seu uso exclusivo por certos sujeitos capitalizados.

Alguns dos principais pontos de acesso ao rio, que eram usufruídas livremente pelos habitantes, passaram a sofrer consideráveis restrições após as intervenções da Norte Energia. Muitos desses locais foram modificados sob a ótica do empreendedor, em consonância com o “Plano de Requalificação Urbana” (NESA, 2011). A criação de parques nas áreas afetadas dos igarapés Altamira e Ambé foi um dos principais componentes desse plano. Na representação cartográfica da figura 25 é possível observar o mesmo trecho do Igarapé Altamira no ano de 2005 e de 2019, demonstrando como foram profundas essas mudanças na paisagem.

■ **Figura 25**  
Igarapé Altamira  
em 2005 e em  
2019



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos

Apenas no perímetro do Igarapé Altamira, mais de três mil lotes urbanos foram removidos (NORTE ENERGIA, 2013) e algumas obras foram efetivadas transformando totalmente o local, incluindo o alargamento do canal do Igarapé Altamira e a construção de um parque com calçadas, quadras poliesportivas, pontes para passagem de veículos, passarelas para pedestres, dentre outras modificações. Esta área, somando-se a outras sob intervenção paisagística, compõe um verdadeiro cinturão institucional sob tutela da Norte Energia, conforme salientamos em detalhes no Capítulo 4.

Após realizarmos um levantamento de campo relacionados aos diferentes pontos de acesso ao rio após a intervenção da usina hidrelétrica, verificamos que 23% são áreas privadas nas quais o uso é reservado aos proprietários ou são limitados ao pagamento, a exemplo de clubes e restaurantes com acesso ao rio. Para além disso, grande parte dos agentes de maior poder aquisitivo mantiveram suas propriedades às margens do Rio Xingu (Figura 26), com rampas e marinas particulares.

As áreas públicas permanecem dominantes, com 54% dos pontos observados, porém apenas 8% destas são destinadas ao uso comum, como trapiches e rampas nas quais se praticam a pesca, a travessia de barco e atividades de lazer, sem uma restrição específica. As alterações paisagísticas e funcionais são evidentes em quase todas as áreas públicas analisadas, que passaram a ter algum tipo de destinação exclusiva, como a praia artificial da orla de Altamira, os portos e terminais de balsas. Houve, portanto, uma maior fragmentação territorial das áreas que dão acesso aos rios, revelando uma espécie de zoneamento que, de um lado, atribui funcionalidades especial e facilita o seu uso por um conjunto determinado de sujeitos, mas, por outro, conduzem a certos tipos de restrições que amputam a experiência do vivido pela população em geral.

Grande parte das áreas que possibilitavam uma relação mais próxima das pessoas com os rios/igarapés foram extintas ou estão em pleno desuso por conta de limitações artificiais da nova infraestrutura implantada pela NESAs, pois a elevação do nível da água inviabilizou

a existência desses espaços, a exemplo da Praia do Pajé e da área destinadas a banhos conhecida como Três Pontes. Por conta disso, o maior fluxo de pessoas foi direcionado para a praia artificial localizada junto à orla da cidade, que apresenta uma maior frequência de visitas não por sua existência em si, mas pela destruição das diversas áreas utilizadas anteriormente pela população. Como analisa Mendes (2018), os sujeitos que possuem condições de maiores deslocamentos passaram a frequentar balneários mais afastados do centro da cidade ou se direcionaram a outros municípios, para além do cinturão institucional de controle da Norte Energia.

■ **Figura 26**  
*Residências e  
espaços  
comerciais  
privados com  
acesso ao Rio  
Xingu*



Na tentativa de entender como a população concebe a presença do rio no seu cotidiano, realizamos no ano de 2019 uma entrevista estru-

turada com 25 questões relacionadas aos canais fluviais mais próximos. Ao todo, 55 pessoas foram ouvidas em modo anônimo, entre moradores das áreas mais próximas aos rios e outros que apenas passavam pelos locais, com destaque aos bairros: Centro e Explanada do Xingu, que são caracterizados pela presença de vários estabelecimentos comerciais voltados ao rio. Destes, pelo menos 26% dos entrevistados disseram não saber da existência de algum rio ou igarapé naquelas proximidades e 12% não responderam corretamente o nome do curso d'água. No que tange especificamente ao uso, 69% praticam no rio alguma atividade de lazer, principalmente aos finais de semana. Esse lazer, entretanto, não está exatamente relacionado ao perímetro analisado, pois 51% disseram que não frequentam o circuito de bares e restaurantes no entorno da orla e ao longo do Rio Xingu. Tal constatação revela o caráter desses estabelecimentos como voltados preferencialmente a um nicho de classe média.

No que se refere ao acesso direto aos rios, 49% dos entrevistados afirmam que o fazem apenas pela orla e 23% pelo Porto do Assurini, confirmando o caráter excludente do planejamento executado após a instalação de Belo Monte. As fluvialidades que ora se manifestam, dão-se em meio ao cerceamento do rio, isto é, são atacadas por um conjunto de limitações físicas, jurídicas, simbólicas e, sobretudo, sociais que nos permite falar das “fluvialidades reprimidas”. Tal fenômeno é assim analisado pois, anteriormente a 2011, havia maior poder de decisão sobre o que fazer (e como fazer) em relação ao rio enquanto um recurso social de uso coletivo e com menos restrições. Atualmente, tem-se um maior controle por parte do Estado e da Norte Energia, que determinam os pontos de acesso ao rio, ordenam os espaços e definem (em geral sem qualquer consulta) quem pode acessá-los e em que tempo. Conforme definimos no Capítulo 1, esse fenômeno ocorre ao passo da transformação do Rio Xingu em “hidronegócio” (BATISTA e MIRANDA, 2019) em função da instalação da Usina de Belo Monte.

Ainda assim, como temos demonstrado ao longo desse livro, a dominação não pode ser compreendida como absoluta. A partir de uma leitura baseada na categoria do cotidiano, temos a possibilidade am-

pliar os acontecimentos aparentemente banais, mas que são a estrutura edificante da reprodução da vida. Esse cotidiano expressa uma ambivalência e nos permite reafirmar o argumento de que há forças que visam aniquilar as experiências dos sujeitos no seu dia a dia, porém ainda assim existem, no plano vivido, práticas que escapam a essa dominação. A esse respeito, Seabra (1996) afirma que:

No entanto é no vivido, como nível da prática imediatamente dada, que a natureza aparece e transparece, como corpo, como uso. É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir. Possibilidade que funda nas particularidades (SEABRA, 1996 p. 74-75).

Por esta leitura, podemos visualizar as fluvialidades no embate entre forças contraditórias que, em cada contexto histórico, suscita uma lógica que envolve, de um lado, a racionalização e o ordenamento capital em suas diferentes manifestações e, de outro, as expressões que remetem ao vivido, ao cotidiano dos sujeitos por vezes resistente ao que se impõem de fora, por vezes resignado pela força. Muito embora se processe uma limitação de suas possibilidades, as fluvialidades sempre (re)existem na medida em que há o uso social do rio.

Consideramos que as formas produzidas pelos atos da modernidade, como as que se relacionam à ideia de “requalificação urbana” são, como define Santos (1998), objetos imbuídos de um discurso. Esses discursos e suas materializações contribuem diretamente ao processo capitalista de produção do espaço, sendo este desigual em sua essência. O conjunto de ações relacionadas à Belo Monte produziu aquilo de denominamos de fluvialidades reprimidas, pautadas por uma racionalização que não apenas limita o uso do rio, mas estabelece um sistema muito bem aprimorado de zoneamento que tanto designa usos específicos quanto permite sua apropriação por sujeitos capitalistas e populações de alta renda. Entretanto, como designa Oseki (2000, p. 174): “esse rio tornou-se um lugar tanto de revolta como de resistência. O vivido acuado se mostra como violência, como indiferença (ausência), como excrescência”. Desse modo, cada ato que contravenha à

ordem estabelecida de uso do rio se torna, em si, um ato de resistência, de sorte que o retorno à fluvialidade é, de certo modo, a utopia da reconciliação da cidade com o rio (MIRANDA NETO e MENDES, 2022, no prelo).

Na fotografia da Figura 27, registramos um pescador abaixo da ponte sobre o Igarapé Altamira, uma área de alto tráfego de pessoas e veículos. Tal imagem expressa, então, algumas permanências, ainda que resistentes, das fluvialidades nos rios urbanos.



■ **Figura 27**  
*Pescador  
abaixo de uma  
ponte de  
intenso tráfego  
de veículos no  
Igarapé  
Altamira*

Foto: Miranda Neto, 2019.

Após mais de cinco anos de transformação da paisagem entre o Rio Xingu e os igarapés urbanos de Altamira, verificamos alguns reencontros que ocorrem à revelia do que foi concebido pelo Estado e pelo empreendedor hidrelétrico. Nesse aspecto, temos percebido que o la-

zer constitui um elemento condutor para as práticas de sociabilidade associados diretamente ao rio. Um exemplo é o campeonato realizado no leito do Igarapé Ambé, área requalificada pela Norte Energia, em um campo improvisado pela própria população. Esse reencontro ocorre literalmente em um campo de várzea, denominado ninho do Urubu e, apesar de seu caráter não institucionalizado, tem um significado próprio para os moradores daquela área, pois é o mesmo local em que residiam uma parte das populações hoje reassentadas nos RUC ou moradores de outros bairros de Altamira. Além do campeonato, existem as confraternizações que acontecem no entorno deste, como relata um dos antigos moradores do bairro Açaizal, hoje reassentado no RUC São Joaquim:

Inclusive a galera do esporte é a galera da cerveja também, porque terminou ali o pessoal faz uma confraternização. Depois que a gente saiu do Açaizal já foi feito, se eu não me engano, umas seis confraternizações do bairro Açaizal. O pessoal se reúne de todos os bairros que foram realocados e vão pra lá. É bacana, bem divertido mesmo (Josinei Feitosa da Silva, 45)

Ao se observar esse fenômeno, percebemos que existe um movimento de retorno à fluvialidade, de reconciliação deste rio que foi forçosamente afastado da população. Esses encontros, muito embora fugazes e constituídos nas brechas do sistema racionalizado imposto pela NESA, são repletos de significado e denotam a insurgência do vivido diante da espacialidade que é pensada e imposta pelo outro.

A fotografia da Figura 28 apresenta uma visão aérea do Campo de Várzea “Ninho do Urubu”, no leito do Igarapé Ambé, na final do Campeonato realizado no ano de 2022. Ao fundo, dezenas de veículos expressam a quantidade de visitantes, jogadores, familiares e amigos que, por alguns momentos do ano, compartilham das relações sociais e vivenciam, muito embora que em outras bases, as fluvialidades presentes naquele local.



■ **Figura 28**  
*Final do  
Campeonato  
no Ninho do  
Urubu,  
situado na área  
próxima ao  
igarapé Ambé.*

Foto: Miranda Neto, 2022.

Salientamos, então, que a mudança espacial operada a partir de Belo Monte, muito embora seja produtora de impactos expressivos, não é capaz de aniquilar as relações entre as pessoas e as espacialidades que envolvem o rio. No caso em questão, temos um exemplo de uma espacialidade de base comum e coletiva que se deu de forma sobreposta à concepção espacial do empreendedor hidrelétrico. Assim, as fluvialidades reprimidas são também insurgentes, pois denotam a resistência que vem de dentro e são parte orgânica da Geografia dos lugares e de suas relações com os rios.

## Considerações Finais

É importante salientar o sentido que expressamos quando nos referimos ao percurso de “uma década”, pois se trata de algo que vai para além de uma mera contagem de tempo. Na tradição Judaico-Cristã, por exemplo, a provação, a resignação, a abnegação estão diretamente relacionadas aos simbolismos representados pelo número 10. Trata-se, comumente, de uma unidade que transcende o significado numérico, não raro utilizado para abrir e fechar ciclos e compor uma trajetória. A escolha de se abordar no título deste trabalho sobre “uma década de Belo Monte” revelou-se, então, como apropriada para investigarmos e explicarmos determinados processos gerados e catalisados na emergência desta megaobra, que nos permitiu trilhar caminhos teóricos e empíricos minimamente sedimentados em face do objeto que nos propusemos a discutir neste livro.

A essa perspectiva de análise diacrônica, articulamos o eixo das simultaneidades e das coexistências, permitindo-nos estabelecer mediações com os determinantes históricos que atravessam as distintas temporalidades e constituem o espaço social, de modo a descrever as ocorrências do fenômeno real e nos aproximar de uma totalidade concreta. Nosso anseio foi, em cada temática analisada, apresentar o reencontro do passado com o presente historicamente elucidado, destacando as dissidências que se encontram no cotidiano como potência humana e histórica.

A partir do *cotidiano*, conceito operacionalizado por Lefebvre (1991), buscamos explicar como se caracterizam, uma década depois do início da construção de Belo Monte, as dimensões do lazer e da habitação, elementos indissolúveis da vida social. O cotidiano, porém, não foi analisado apenas como o lugar da reprodução linear da vida, onde as coações do mundial se projetam sobre o local, mas sobretudo como o local das dissidências, das insurgências e das (re)existências.



Voltar ao  
sumário

Partimos da premissa de que a construção da UHBM no rio Xingu materializa e acelera aquilo que Harvey (2005) denominou de *acumulação por espoliação* que, em outras palavras, pode ser caracterizada como sendo formas diferenciadas de se estabelecer rupturas e produzir novas fronteiras para a geração de mais-valor, tendo como indutor o apoio indiscriminado dos poderes do Estado. Assim, paulatinamente, o rio Xingu e seus afluentes urbanos, que historicamente ostentavam a diversidade nas formas de uso e aos valores ligados ao plano do vivido, viram-se submetidos a uma concepção (material e formal) que os toma como *espaços de hidronegócio*.

Essa realidade, porém, só é plenamente possível porque, de um ponto vista histórico, ocorrem disjunções e conciliações ao nível político e econômico, como bem frisou Polanyi (2012) ao demonstrar a tentativa constante do capital em transformar, de forma fictícia, os elementos fundamentais à vida como a terra, o ar e a água em mercadorias. As reflexões de Polanyi (2012) dão conta de que, a despeito da equivocada ideia de mercado como algo natural (sugerindo uma personalidade a esse artifício da ordem capitalista) tal sistema não apenas é produzido como é controlado e induzido por lógicas que são comandadas por articulações em nível mais amplo.

Em linha com os argumentos teóricos de Polanyi (2012) e Harvey (2005), o que se constata empiricamente é uma profunda redefinição das relações socioespaciais que se refletem no lugar, especialmente porque tal obra materializou uma concepção de formas- conteúdo externos ao local. Belo Monte é a conformação material, mas também ideológica, do modo com que as lógicas do capitalismo se reproduzem em regiões como a Amazônia e em cidades como Altamira. Trata-se de um *modus operandi* baseado na subalternização da natureza a um ideário instrumental e técnico cuja finalidade precípua é a acumulação e a reprodução do capitalismo.

Tem-se, então, que o rio, enquanto elemento comum torna-se *res* (coisa) conforme argumentos de Dardot e Laval (2017), servindo muito mais como uma mediação operacional ou, no limite, um não espaço conforme fora apresentado por Oseki (2000). Notadamente, não há um

dominação total, ou seja, o rio e seus usos não são plenamente esvaziados dos seus sentidos, dos seus simbolismos, muito embora para Lima (2020) os territórios de uso comum na Amazônia historicamente têm sido impactados por projetos hidrelétricos, logísticos e turísticos. Se o domínio não é total, resta o embate entre uma concepção de domínio do recurso hídrico (muito em função do processo de modernização desses territórios) e experiências de uso comum, as quais evidenciam resistências e mobilização social.

Em Altamira, os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) originam-se do megaempreendimento Belo Monte, impondo uma nova realidade espacial aos antigos moradores das margens do Rio Xingu e Igarapés urbanos. Nossos argumentos sugerem ter havido um verdadeiro *exílio coletivo*, realidade que somente foi possível pela institucionalização das remoções compulsórias de milhares de pessoas que moravam as margens dos rios. A partir desse exílio, materializa-se uma nova concepção de cidade que, estando livre das ocupações precárias e das populações empobrecidas, requalifica-se num apelo fetichista por uma paisagem urbana que demarca quem pode ou não acessar e vivenciar o centro da cidade. Surgem, então, os parques lineares, horizontalidades paisagísticas destituídas de conexão com o cotidiano das pessoas que nela habitam. A intencionalidade desses parques, ousamos afirmar, é a criação de *espaços de desencontros*, pois a concepção externa daquela área dominada por grama e calçada associada à ausência de arborização é a combinação ideal para reprimir o uso e a apropriação desses locais pelos sujeitos da cidade.

Especificamente em relação ao lazer, entendemos que o processo de requalificação urbana se deu na perspectiva do *lazer como fábula*, induzindo as pessoas a acreditarem que o modelo arquitetônico das praças fechadas é o mais adequado para coibir o cenário de violência que assola o país e, especialmente, Altamira no contexto pós UHBM. Alimenta-se, assim, uma causalidade simplista, tentando nos fazer acreditar que a solução para os dilemas da segurança pública passa pela prática do enclausuramento das pessoas nos seus momentos de lazer. O efeito nada mais é do que a manutenção da *arquitetura do medo*,

que no caso em específico é transposto da esfera privada para o espaço público, objetivado pelo fechamento da praça.

Trata-se de uma estratégia que excede a escala do local, já que se revela enquanto emanção da própria ordem capitalista em nível mais amplo. Em Altamira, esse fato materializa-se pela captura do discurso da segurança pública, na figura de um Estado ostensivo e coercitivo, quase sempre viabilizando a execução de vultuosos montantes financeiros. É curioso notar que apesar dessa visível contradição (a de que as espacialidades de lazer devem subordinar-se a um Estado ostensivo), no plano do cotidiano muitos usuários das praças fechadas atestam tal disposição arquitetônica, reafirmando nossos argumentos em torno da existência das chamadas *ideologias de redenção*. Por essa lógica, produz o ambiente perverso e, concomitantemente, vende-se a cura, traduzida como a salvação (a redenção) objetificada pela intensa vigilância e enclausuramento.

Mesmo assim, notamos dissidências que se manifestam cotidianamente, cujos protagonistas são os sujeitos despossuídos da cidade. Essas práticas são as resistências, pois ocorrem independente da institucionalidade do Estado e revelam densas redes de sociabilidade as quais, no nosso entender, são experiências importantíssimas para se ampliar cada vez o sentido público da cidade. Trata-se de rupturas que, escapando às amarras do poder hegemônico, instituem práticas significativas que devolvem, ainda que temporariamente, o sentido do espaço público à cidade.

Tais sujeitos lançam mão de táticas, de contra-usos do espaço, materializando a apropriação da cidade à revelia das estratégias do Estado ou do Empreendedor hidrelétrico. Não seria demasiada a afirmação de que, nesse contexto de apropriação da cidade, as experiências de lazer constituem-se numa espécie de fio condutor às práticas de sociabilidade. O lazer funciona, então, como uma espécie de elemento de coesão social, vinculando e articulando diferentes sujeitos a práticas específicas, como constatamos no campeonato de veteranos realizado no “Ninho do Urubu” em 2022, um campo de várzea no leito do igarapé Ambé que promove os reencontros entre

sujeitos atingidos e, igualmente, simboliza as (re)existências no campo do vivido.

Essa apropriação da cidade que ocorre a partir das experiências de lazer sugere uma espacialidade bem particular, já que o modo com que as pessoas se apropriam dos espaços da cidade materializa-se das bordas para o centro, isto é, os moradores da chamada ADA Urbana ou dos baixões (agora residente nos RUC) retornam para os espaços centrais da cidade e o fazem a partir das experiências de lazer.

Concluimos, finalmente, que a introdução da usina hidrelétrica viabilizou um conjunto de mudança em diferentes aspectos da vida cotidiana, afetando e produzindo desigualdades inerentes às dimensões da habitação e do lazer. Por um lado, pelo fato de se promover um verdadeiro *exílio coletivo* que se materializa quando os sujeitos são retirados das margens dos rios e impossibilitados de vivenciarem o centro da cidade. Por outro lado, visualizamos as (re)existências, os reencontros a partir das relações de sociabilidade tecidas entre os sujeitos e deles com o rio, pautados sobretudo pelo retorno às fluvialidades. Tal movimento é representado, por exemplo, pelos reassentamentos à beira do rio Xingu (RUC Tavaquara), pelo lazer real realizado pelos ex-moradores da ocupação açazal e por formas diversas utilizadas pela população para expressar as suas espacialidades, apesar das estratégias de dominação veiculadas pelos operadores da usina de Belo Monte.

## Referências

- AB'SÁBER, Aziz. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABELÉM, A. G. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: UFPA/NAEA, 1988.
- ALONSO, S; CASTRO, E. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém, ADUFPA, 2006.
- AMARAL, Márcio Douglas Brito de. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental - Marabá (PA) e Macapá (AC)*. 2010. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. - 13. ed. rev. -[Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- BATISTA, I. M. S.; MIRANDA, L, M. Os Hidronegócios nos rios da Amazônia. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 39 no. 81. São Paulo, May/Aug. 2019. Epub July 15, 2019.
- BAUDELAIRE, Charles. Les Yeux Des Pauvres. In: *Le Spleen de Paris. Oeuvres Complètes: Bibliothèque de la Pléiade*. Paris: Éditions Gallimard, 1961, 269-269.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Editora Galiléia, 1991.
- BECKER, Bertha K. *Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* *Parcerias Estratégicas*, n. 12, setembro. Rio de Janeiro, 2001
- \_\_\_\_\_. *Fronteira e urbanização repensadas*. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 47, n. 3/4, p. 357-371, jul./dez. 1985.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BENEVOLO, L. *História da Cidade*. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
- BERMANN, Célio. *O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia*

- energética como paradigma. In: *Novos cadernos NAEA*. v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012, ISSN 1516-6481
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. 2ª Ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941*. Lei das contravenções penais.
- BRUM, E. A Amazônia é centro o mundo. *El País*, São Paulo, 19 ago. 2019. Opinião, Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/09/opinion/1565386635\\_311270.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/09/opinion/1565386635_311270.html). Acesso: 06 nov. 2022.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Assentamentos informais e a pobreza urbana em Belém. In: VALENÇA, M. M (Org.) *A cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- CASTRO, E. (org.). *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: Categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (org.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: NAEA/UFPA, 1997.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH. *Relatório da missão do CNDH em relação à população atingida pela implementação da UHE Belo Monte*. Brasília, 03 de junho de 2015.
- CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte. In: *Novos cadernos NAEA*. v. 19, n. 3, p. 233-254, set-dez 2016, ISSN 1516-6481/2179-7536
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo, Livros da Revolta, 1967.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. [Tradução: Maria de Lourdes Santos Machado] São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR - FVPP. *A voz dos atingidos por Belo Monte: desafios e direitos*. Altamira: FVPP, 2017.
- JORNAL ESTADÃO. *Altamira enfrenta a ressaca de Belo Monte*. Texto de Renée Pereira. Em 2 de abril de 2016. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/>
- GEDTAM. Grupo de Estudos Desenvolvimento e Dinâmicas territoriais na Amazônia. *Tendências de crescimento na cidade de Altamira*. Relatório de trabalho de campo. Altamira: Universidade Federal do Pará, 2014.

- GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. 06 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução, Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Os limites do capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Para entender O capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789 -1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 33 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HÉBETTE, J. (org.) *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- IBGE. *Censo demográfico 2010: Aglomerados subnormais – primeiros resultados*. Rio de Janeiro, 2010.
- JURANDIR, Dalcídio. *Três casas e um rio*. 3. ed. Belém: CEJUP, 1994. 396p.
- KOSIK, Karel. *A dialética do Concreto*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LAFARGUE, P. (1999). *O direito à preguiça* (J. Teixeira Coelho Netto, trad.). São Paulo: Hucitec, 1999.
- LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Trad. e intr. Emilio Martinez Gutiérrez. Madrid: Capitain Swing, 2013[1974]. (Colección Entrelíneas.)
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: editora UFMG. 1999. 178 p.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* Vol. 17 no 49 junho/2002.
- LÉNA, O.; OLIVEIRA, A. E. (org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LIRA, Pablo Silva. *Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise da criminalidade violenta e das instâncias urbanas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles, 2017.
- MAGNANI, Guilherme. *Abrindo as fronteiras da Etnografia urbana: entrevista*

- com o Professor Dr. José Guilherme Cantor Magnani. [Entrevista concedida ao laboratório de Estudos Populacionais e Urbanos da UFPA]. MENDES; F. J. da C; MIRANDA NETO, J. Q. de. LEPURB, Altamira-PA, Nº 1, p. 1-25, novembro, 2020.
- MAGNANI, J. Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49. p. 1-34. São Paulo, junho de 2002.
- MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- MARX, K. *O capital, Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederich. *Manifesto do partido comunista*. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.
- MENDES, Francivaldo José da Conceição. *Lazer em Altamira-PA: um estudo a partir do RUC Laranjeiras*. (Dissertação de mestrado 123 f). Bragança-PA, 2018.
- MENDES, Francivaldo José da Conceição. *Lazer em Altamira-PA: um estudo a partir do RUC Laranjeiras*. (Dissertação de mestrado 123 f). Bragança-PA, 2018.
- MENDES, Francivaldo José da Conceição; AMARAL, Márcio Douglas do. O lazer no cotidiano: práticas coletivas como resistência. *Nova revista amazônica* - volume VIII - nº 03 - dezembro 2020.
- MENDES, Francivaldo José da Conceição; MIRANDA NETO, José Queiroz de; GOMES, Christianne Luce; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Do lazer encarcerado aos espaços de desencontro: um estudo em duas praças de Altamira-PA in: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer e XVIII Seminário "O Lazer em Debate"*. Raquel da Silveira, Ariane Correa Pacheco, Mauro Myskiw (organizadores). Porto Alegre: PUC, ESEFID/UFRGS, 2021, 753f.
- MIRANDA NETO, José Queiroz de. *Cenários pós Belo Monte: uma análise da violência em Altamira*. Laboratório de Estudos Populacionais Urbanos (LEPURB). 18 de dez. de 2019. Disponível em: <https://www.lepurb.com.br/post/violenciaaltamira1>
- MIRANDA NETO, José Queiroz de. *Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da usina belo monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência*. 2016. 370 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade

- Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.
- MIRANDA NETO, José Queiroz de; MENDES, Francivaldo José da C. As fluvialidades em rios urbanos: as relações cidade-rio em Altamira-PA após a instalação da UHE Belo Monte. In: *Caminhos da Geografia*, Dez/2022 (no prelo).
- NORTE ENERGIA S.A. *Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. 2011.
- NORTE ENERGIA S.A. Relatório anual 2020. disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/norte-energia/relatorios-anuais>
- NORTE ENERGIA. *Apresentação da Comissão de Reassentamento Urbano. Altamira-Pa*. 2012. 28 slides: color. Slides gerados a partir do software PowerPoint. 2013
- OLIVEIRA, J. A. de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. In: *Ciência e Cultura*. vol.58 no.3 São Paulo July/Sept. 2006
- OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza a natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Orgs.). *Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. 15-26.
- OSEKI, J. H. A Fluvialidade no Rio Pinheiros: Um Projeto de Estudo. *Revista do Programa de Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, São Paulo, 2000.
- PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Perfil urbano de Altamira: caracterização/proposta/proposta de investimento*. Belém, 1981.
- PEZZATI, E. G. A gramática da derivação sufixal: os sufixos formadores de substantivos abstratos. In: *Revista Alfa*, nº 34, 1990 (p. 53-174).
- PEZZUTI, J., CARNEIRO, C., GARZÓN, B. R., MANTOVANELLI, T. *Xingu, o rio que pulsa em nós - Monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu*. Altamira, ISA-Instituto Socioambiental, 2018.
- PINTO, L. F. *Amazônia, o século perdido (a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização)*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 1997.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Edições 70, 2012. - 554 (Coleção História & Sociedade)
- RIBEIRO, Gustavo Lins. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. *Desarrollo Económico*, v. 27, nº 105, junio 1987.
- ROSA, L. P; SCHAEFFER, R. A política energética brasileira. In: SANTOS,

- Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. (Orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1988. pp. 53-58
- RUSSELL, B. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.
- SANTANA, Daniella Tschöke; RECHIA, Simone; RODRIGUES, Emília Amélia Pinto Costa. As brechas da cidade: a praça de bolso do ciclista da cidade de Curitiba/PR. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 1., p. 311-324, jan./mar. de 2017.
- SANTOS, Milton. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R. de; MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. S. (org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.
- \_\_\_\_\_. *As cidadanias mutiladas*. in: LERNER, Júlio. *O preconceito*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, p. 133-144, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITC, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Lazer popular e geração de emprego*. In: SESC/WLRA. *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004c. 5 ed.
- \_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 1ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEABRA, O. C. de L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2019.
- SERPA, ÂNGELO. Comércio de rua e requalificação de espaços públicos em Salvador-BA: uma agenda de pesquisa. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES*. Julho-Setembro, 2018
- SEVÁ, Oswaldo. Obras na volta grande do Xingu: um trauma histórico provável In: SANTOS, Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. (Orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo:

- Comissão Pró-índio, 1988. p. 25-41
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288p.
- STAREPRAVO, Fernando Augusto; BERNABÉ, Anderson Peloi. Lazer e políticas públicas no século XXI. In: SILVA, Junior Vagner Pereira Da; MOREIRA, Wagner Wey (orgs). *Lazer e esporte no século XXI: novidades no horizonte?* Editora Intersaberes Ltda., capa mole em português, 2018. 313 p.
- THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Aparecida de. O sistema elétrico brasileiro. *Confins* [En ligne], 26 | 2016, mis en ligne le 02 mars 2016, consulté le 26 octobre 2016.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. *GEOUSP: espaço e tempo (online)*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39-52, 1998.
- \_\_\_\_\_. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013.
- \_\_\_\_\_. Vilas e cidades da Amazônia: paisagens, memórias e pertencimentos. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021. 160p.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos A. Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das "janelas" às "portas" para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TAVARES, Maria Goretti da Costa (Orgs.). *Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. 27-47.
- VEBLEN, T. *A Teoria da Classe Ociosa*. Um estudo econômico das instituições. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Atica, 1974. (Os pensadores).
- VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1972. 178p.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.